

A DIPLOMACIA PORTUGUESA NO PROCESSO DE AUTODETERMINAÇÃO TIMORENSE (EVOLUÇÕES ENTRE 1974–1999)

Flávio Daniel de Oliveira Araújo Ramos

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
especialização em Estudos Políticos de Área**

SETEMBRO DE 2010



«Senhor, libertai-os do seu cativeiro, dai-lhes a paz, a justiça, a liberdade.

Dai-lhes a plenitude da Vossa graça».

Sophia de Mello Breyner Andersen

Aos meus pais, que souberam refazer uma vida em 1975 e me incutiram o gosto pela aprendizagem e por um mundo além fronteiras.

À minha irmã, mestre Sara Ramos, exemplo maior de profissionalismo, constante facilitadora de caminhos, metas e sonhos.

À Lu, verdadeiro farol e porto de abrigo para todos os projectos. Que sempre ouviu, acalmou, aconselhou e motivou. Que garante todo o espaço e compreensão. Que acredita.

«Tudo vale a pena se a alma não é pequena».

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao professor doutor Pedro Aires Oliveira. Enquanto docente de Política Externa Portuguesa, fez-me apaixonar por uma temática valiosíssima para a melhor compreensão do nosso país, mundo e tempo. Foi de sua sugestão que arrancou este projecto e sob sua orientação que floresceu. Devo mencionar a sua extrema capacidade para o detalhe, elegância expositiva e habilidade para me motivar entre as tormentas.

Agradeço igualmente ao professor Carlos Gaspar pelas magníficas sessões de Relações Transatlânticas. A sua análise vivida e profunda tem o mérito de transpor a audiência para os acontecimentos que aborda. Muito me ajudou a reactivar mecanismos. Destaco a abertura e apoio do professor doutor Tiago Moreira de Sá, que em Política Norte-americana me lembrou que a “terra das oportunidades” se faz com democracia, tolerância e pragmatismo. Insistiu no rigor e compartilhou do *thymos*. Uma nota especial para a professora doutora Manuela Franco, sem a qual este projecto jamais teria o mesmo ritmo. A sua análise objectiva e transversal em Estudos Africanos teve uma grande influência na vontade de elevar padrões. Ajudou-me a reflectir, a pensar. Celebro a capacidade da professora Carla Fernandes para me esticar horizontes em Estudos Euro-Asiáticos. Fez-me ver que existem sempre duas versões da mesma história e uma terceira provavelmente oculta. Reforçou a importância do diálogo, da compreensão do “outro” e da necessidade de aprofundar fontes. Agradeço a preciosa ajuda do professor doutor Rui Santos e da professora Ana Santos Pinto em Metodologias da Investigação. Ressalvo a inesgotável paciência com que a professora Ana Santos Pinto sempre me recebeu, ouviu e encaminhou. Insostituível para desbravar caminho entre o cansaço e toda a confusão.

Gostaria ainda de agradecer à dra. Alexandra Trincão, que noutras lides muito me tem ajudado a aprimorar a escrita e o sentido crítico, mas sobretudo pelos seus constantes exemplos de mediação e compromisso. Também ao Instituto Superior de Engenharia do Porto, por me ter permitido conciliar os estudos com os compromissos profissionais.

Por último, uma nota à génese deste empreendimento. Foi uma honra ter servido com a fantástica equipa da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas em 2007. Sem dúvida que a competência, dedicação e amizade que encontrei em Nova Iorque marcará para sempre o meu ritmo e ambições. Pelo apoio e influência, saúdo o dr. Jorge Lobo de Mesquita e a dra. Florbela Paraíba, assim como a Tatiana Markovitch, a Aida Albino, a Paula Caroça e a Ana Miranda, do gabinete de S. Exa. embaixador João Salgueiro.

**DISSERTAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS -
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS POLÍTICOS DE ÁREA**

**“A DIPLOMACIA PORTUGUESA NO PROCESSO DE
AUTODETERMINAÇÃO TIMORENSE (EVOLUÇÕES ENTRE 1974–1999)”**

FLÁVIO RAMOS

RESUMO

A mudança de regime que ocorre em Portugal, em Abril de 1974, abre as portas à descolonização do império português. Em Timor, uma confluência de factores acaba por levar à sua invasão pela Indonésia em Dezembro de 1975. Impedida a conclusão do processo autodeterminativo, Lisboa apronta-se a denunciar a agressão de Jacarta, a internacionalizar a questão junto das Nações Unidas e a cortar relações com a Indonésia. Em 1976 é consagrado constitucionalmente o compromisso com a emancipação timorense. Segue-se um longo processo diplomático. Lisboa advoga estar a defender não só o interesse nacional e do povo timorense, como também princípios respeitantes a toda a sociedade internacional e em especial à ONU. Ao longo dos vinte e três anos que se seguem, a actuação da diplomacia portuguesa regista três momentos: 1) 1976-1982, com a entrega da questão às NU; 2) 1982-1986, período que regista um maior envolvimento português e o início do diálogo com Jacarta através dos bons ofícios do secretário-geral das Nações Unidas; 3) 1986-1999, quando se começam a reunir as condições que permitiriam potenciar a actuação portuguesa – maior estabilidade interna, adesão às Comunidades Europeias, abertura do território timorense ao exterior, mediatismo da visita papal a Dili.

Beneficiando do momento político e do crescente consenso nacional, o Governo de Cavaco Silva arranca uma fase mais interventiva da diplomacia portuguesa, que combina a disponibilidade para dialogar sob a égide do secretário-geral, com uma activa campanha bilateral, multilateral e pública. A posição portuguesa beneficia dos inesperados factores que se sucedem na viragem da década de 1990 – queda do Muro de Berlim, massacre de Santa Cruz, emergência das novas tecnologias de informação e comunicação e das intervenções humanitárias, valorização dos ideais democráticos e dos direitos humanos – para ganhar ascendente e corroer apoios à Indonésia. Na contagem decrescente para o novo milénio, Ximenes Belo e Ramos Horta são laureados com o Prémio Nobel da Paz confirmando o reconhecimento internacional da luta maubere. Seguem-se as crises asiática e indonésia, que forçam o presidente Suharto a abandonar o poder em Jacarta e desbloqueiam a independência da República Democrática de Timor-Leste.

A autodeterminação timorense resulta de uma feliz e ímpar convergência de factores, onde se destaca a luta e esperança do povo maubere, a mudança de regime em Jacarta e o crescente mediatismo da questão. Todavia, este trabalho defende que o contributo da diplomacia portuguesa está longe de ser irrelevante. Aproveita ainda para acompanhar evoluções no próprio corpo diplomático português ao longo dos vinte e cinco anos que correm desde a Revolução dos Cravos. Ao longo deste período, a diplomacia portuguesa parece querer ensaiar um discurso universalista, apostado na promoção do primado da Lei, dos direitos humanos e da defesa dos pequenos Estados.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia, Portugal, Timor-Leste, Indonésia, Nações Unidas

ABSTRACT

The regime change that occurs in Portugal, in April 1974, starts the decolonization of the Portuguese empire. In Timor, a confluence of factors ultimately leads to its invasion by Indonesian forces in December 1975, aborting the self-determination process. Lisbon immediately denounces Jakarta's aggression in the United Nations and cuts ties with Indonesia. In 1976, Portugal enshrines in its Constitution the commitment to the emancipation of the East Timorese people.

A long diplomatic process follows. Lisbon advocates that it is not only defending its national interest and the rights of the Timorese people, but it is also defending principles that relate to the whole international society and to the UN in particular. Over the next twenty-three years, the reaction of the Portuguese diplomacy is divided in three phases: 1) 1976-1982, sees the issue being handed to the UN; 2) 1982-1986, observes a more dynamic response and the beginning of Portuguese-Indonesian talks thanks to the good offices of the UN Secretary-General; 3) 1986-1999, when a chance of events starts supporting a more comprehensive action by the Portuguese diplomacy – internal stability, adhesion to the European Communities, opening to the East Timor borders, renewed attention due to the Pope's visit to Dili.

Taking advantage of the political momentum and growing national consensus, Cavaco Silva's government adopts a more interventionist posture, combining its openness to talk with Indonesia under the sponsorship of the Secretary-General, with an effective bilateral, multilateral and public campaign. The Portuguese position then benefits from the unexpected factors that take place during the 1990s – with the fall of the Berlin Wall, the Santa Cruz massacre, the emergence of new information and communication technologies and of humanitarian interventions, the new attention on democratic ideals and human rights – to wear down Indonesia's image and supports. In the countdown to the new millennium, Ximenes Belo and Ramos Horta are awarded the Nobel Peace Prize confirming the international recognition of the maubere struggle. Soon after, the Asian and Indonesian crises end up forcing President Suharto to resign from its long run in power and pave the way to the independence of the Democratic Republic of East-Timor.

The self-determination of the East Timor derives from a fortunate and unique convergence of episodes, starting with the capacity of the East Timorese to fight and to hope, seconded by the regime change in Jakarta and also the growing international attention. However, this project argues that the contribution of Portuguese diplomacy is far from being insignificant. It also monitors some developments in the Portuguese own diplomatic corps during the twenty-five years period that stretches from the Carnation Revolution. During this period, it seems that the Portuguese diplomacy tries to rehearse a Universalist speech that promotes the rule of law, human rights and the protection of small States.

KEYWORDS: Diplomacy, Portugal, East-Timor, Indonesia, United Nations

ÍNDICE

Capítulo I: Estudo de caso	1
I. 1. Formulação do problema	2
I. 2. Objectivo do estudo.....	2
I. 3. Descrições de termos.....	4
Capítulo II: Estrutura conceptual.....	6
II. 1. Definição da problemática	7
II. 2. Definição do objecto.....	10
Capítulo III: Metodologia.....	19
III. 1. Selecção de técnicas	19
III. 2. Selecção de temas.....	20
III. 3. Recolha de dados.....	21
III. 4. Análise dos dados.....	21
Capítulo IV: Resultados e discussão	22
IV. 1. O 25 de Abril e a descolonização portuguesa.....	22
IV. 1. 1. A “descolonização exemplar”	28
IV. 1. 2. O corpo diplomático na revolução	32
IV. 2. Timor: um território nos antípodas	34
IV. 2. 1. Um jogo de interesses e desinteresses	36
IV. 2. 2. Posição indonésia	40
IV. 2. 3. Posição australiana	43
IV. 2. 4. Posição norte-americana	45
IV. 2. 5. A situação em Díli	47
IV. 2. 6. A invasão confirma-se a 7 de Dezembro de 1975	50
IV. 3. O protesto nas Nações Unidas	57
IV. 3. 1. A consumação da “integração”	63
IV. 3. 2. Manter a questão viva.....	69
IV. 4. 1982 e a mudança de estratégia.....	73
IV. 4. 1. A adesão às Comunidades Europeias.....	81
IV. 4. 2. Uma nova dimensão: direitos humanos.....	84
IV. 4. 3. Sinais de abertura.....	87
IV. 5. De Berlim a Santa Cruz: o início da década de 1990.....	91
IV. 5. 1. Um “incidente” em Díli	95
IV. 5. 2. O <i>lobby</i> faz-se por diversos tabuleiros	98
IV. 5. 3. “Uma pedra no sapato”.....	104
IV. 6. Regresso a Nova Iorque.....	108
IV. 6. 1. Da crise asiática ao 5 de Maio	113
IV. 6. 2. Liberdade	115
Capítulo V. Conclusão.....	118
Bibliografia	121
Anexos	145

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP: África, Caraíbas e Pacífico
AD: Aliança Democrática
AGNU: Assembleia Geral das Nações Unidas
APEC: *Asian Pacific Economic Cooperation*
APODETI: Associação Popular Democrática de Timor
ASDT: Associação Social Democrata Timorense
ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático
BAKIN: Serviços de informação indonésios
CDH: Comissão dos Direitos do Homem
CESNU: Conselho Económico e Social das NU
CGI: *Consultative Group on Indonesia*
CICV: Comité Internacional da Cruz Vermelha
CNRM: Conselho Nacional de Resistência Maubere
CNT: Convergência Nacionalista Timorense
CEE: Comunidade Económica Europeia
CE: Comunidade Europeia
CPE: Cooperação Política Europeia
CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSCE: Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa
CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
DUDH: Declaração Universal dos Direitos do Homem
FALINTIL: Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor
FMI: Fundo Monetário Internacional
FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN: Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
IGGI: *Inter-Governmental Group on Indonesia*
INTERFET: *International Force for East Timor*
JSN: Junta de Salvação Nacional
KOPASSUS: Força de elite indonésia
MAC: Movimento Anti-Comunista
MFA: Movimento das Forças Armadas
MNA: Movimento dos Não Alinhados
MNE: Ministério dos Negócios Estrangeiros
ONU: Organização das Nações Unidas (também descrito como Nações Unidas – NU)
OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA: Organização da Unidade Africana
PAICG: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP: Partido Comunista Português
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREC: Período Revolucionário em Curso
PS: Partido Socialista
PSD: Partido Social-Democrata
PT: Partido Trabalhista
KOTA: *Klibur Oan Timor Aswain*
RI: Disciplina de Relações Internacionais
SGNU: Secretário-geral das Nações Unidas
TIJ: Tribunal Internacional de Justiça
UA: União Africana
UDT: União Democrática Timorense
UE: União Europeia
UEO: União da Europa Ocidental
UNAMET: *United Nations Mission in East Timor*
UNTAET: *United Nations Transitional Administration in East Timor*

CAPÍTULO I: ESTUDO DE CASO

A presente investigação surge no âmbito do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Tem como objecto analisar o contributo da diplomacia portuguesa para o processo de autodeterminação de Timor-Leste, focando-se na actuação do corpo diplomático português desde a ocupação indonésia de Timor português em 1975, aos acordos de Nova Iorque em 1999 que possibilitaram a consulta popular sobre a emancipação timorense.

A Revolução de Abril de 1974 abriu as portas ao fim da política ultramarina portuguesa. Portugal iniciou um rápido processo de descolonização em África, mas no caso de Timor factores endógenos e exógenos condicionaram as opções. Timor não estava preparado para a independência económica ou politicamente. O clima em Lisboa não favorecia a concentração necessária à construção de um Estado ou o diálogo exigido a uma solução política. A condicionar as opções, o clima de Guerra Fria e interesses económicos confluíram no consentimento a uma anexação pela Indonésia.

A invasão de Timor português pela Indonésia representou um atentado ao direito internacional e aos direitos humanos. Quebrou ainda com as reivindicações a favor da autodeterminação timorense alimentadas nas Nações Unidas (NU) desde a década de 1960. Perante o alheamento da sociedade internacional é, no entanto, Portugal que se compromete de imediato com a procura de uma solução que respeitasse os interesses nacionais, do povo timorense e da legalidade internacional. Lisboa defendeu que a actuação de Jacarta representava uma agressão a toda a sociedade internacional e soube, através de diplomacia bilateral, multilateral ou pública, projectar a defesa do primado da Lei, dos direitos humanos e dos direitos dos pequenos Estados. Deste modo, conseguiu manter o *dossier* timorense vivo em diferentes *fora* até à conclusão da negociação que levaria à independência maubere.

Este projecto pretende contribuir para o estado da arte da História Diplomática Portuguesa e permite acompanhar evoluções políticas em Portugal e na sociedade internacional durante as últimas três décadas do séc. XX.

I. 1. Formulação do Problema

Conforme referido, este projecto foca-se no contributo da diplomacia portuguesa para a autodeterminação de Timor-Leste. A principal questão que procura responder é: qual o contributo de Portugal – pequeno Estado que alimentou um relativo isolamento internacional desde a década de 1960 e viveu importantes revoluções políticas, sociais e económicas no último quarto de século – para a emancipação timorense da Indonésia? Esta questão passa claramente pela resposta a outras, designadamente: como reage Portugal à invasão de Timor? Qual a estratégia montada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para defender os interesses nacionais? Que papel assume a diplomacia portuguesa e em que moldes se processa a sua actuação? Como é que Portugal, perante o seu peso limitado, falta de apoios e com uma herança colonialista, consegue ganhar apoios nas Nações Unidas e qual a dinâmica de votos ao longo dos anos? Dado o corte das relações diplomáticas com Jacarta, como é que Lisboa reabre canais de diálogo indispensáveis a uma negociação e como é que esta se processa e evolui? Que mecanismos são privilegiados na resolução do diferendo com uma das principais potências do sudeste asiático? Qual o contributo da adesão às Comunidades Europeias e como é que Lisboa o potencia? Como é que a diplomacia portuguesa se adapta ao fim da Guerra Fria e gere as novas realidades do sistema internacional para potenciar uma solução? Como é orientada a própria relação com a Indonésia?

I. 2. Objectivo do Estudo

Existe uma diversificada literatura sobre a questão timorense. Desde a crítica à actuação de Lisboa na condução da descolonização, à violenta invasão por forças de Jacarta, à influência de actores externos como a Austrália, em comparações com outros casos de luta pela autodeterminação, aos relatos de genocídio e atentados aos direitos humanos, sobre o papel das Nações Unidas, em estudos do direito internacional, etc.

Este projecto pretende analisar concretamente o compromisso da diplomacia portuguesa para com a independência timorense. Não sendo exclusivamente dependente, a vitória do povo maubere beneficiou de um indispensável contributo português. Desde a primeira hora, Portugal reafirmou o estatuto de potência administrante e defendeu as suas responsabilidades para com a realização de uma consulta popular ao povo timorense, conseguindo, sob cenário adverso, manter a questão viva na agenda internacional. Portugal interpretou igualmente o diferendo com a Indonésia numa perspectiva que ultrapassava o

mero interesse nacional, elevando-o a uma questão de princípios universais respeitantes às Nações Unidas e de interesse comum a toda a sociedade internacional.

De acordo com o embaixador Fernando Neves, a negociação da questão timorense «foi de facto uma tarefa conjunta de toda a diplomacia portuguesa, não só aqueles que estiveram na linha da frente, nas negociações, tratando do problema de Timor, nas Nações Unidas, na União Europeia, que se empenharam neste processo, foram todos os diplomatas e todas as embaixadas». Este caso marcou igualmente um triunfo da diplomacia portuguesa, uma diplomacia «com uma grande tradição, com um grande profissionalismo, um grande grau de empenho, um grande grau de patriotismo» perante uma negociação implausível em que «ninguém acreditava que alguma vez Timor pudesse ser independente». Acresce que esta foi «certamente a mais implausível negociação diplomática portuguesa do pós-25 de Abril e é muito provavelmente uma das mais implausíveis, senão mesmo a mais implausível, de toda a História Diplomática de Portugal»¹.

A defesa da questão timorense atesta a viragem de 180° na política externa portuguesa, desde o discurso do “orgulhosamente sós” na década de 1960, à afirmação de Portugal enquanto um membro activo e de pleno direito da sociedade internacional na viragem do século. Este é um processo que acompanha uma evolução no próprio MNE, testemunhando uma dinâmica de maior abertura à diplomacia dos valores, defensora dos direitos humanos, do primado da Lei e dos direitos dos pequenos Estados. Pegando nas palavras de Adriano Moreira, uma diplomacia que parece espelhar o «poder dos que não tem poder, porque a palavra, o método é o seu instrumento, o diálogo, o método, a noção do tempo e do a-tempo, a moderadora das urgências»².

A originalidade deste projecto assenta no facto de aproveitar a questão timorense, que decorre entre o 25 de Abril e o dobrar de século, para acompanhar evoluções em Portugal – transição democrática, integração europeia –, na diplomacia portuguesa – valorização do quadro multilateral, afirmação nas NU – e no sistema internacional –, fim da Guerra Fria, globalização, emergência das intervenções humanitárias, etc.

¹ Fernando Neves (2008), pp. 73 e 80.

² Adriano Moreira (2007), p. 19.

I. 3. Descrição dos Termos

Autodeterminação dos povos: Direito dos povos à liberdade; a determinarem livremente o seu estatuto político, a exercerem a soberania do seu território e recursos naturais; a procurarem o desenvolvimento económico, social e cultural. O direito à autodeterminação pressupõe a existência de população, território e poder e pode resultar em independência, integração ou associação a um Estado terceiro. Foi consagrado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) através da Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960.

Descolonização: Acontecimento marcante do séc. XX, que «traduz os movimentos pacíficos ou armados que acabaram por levar à independência das colónias que integravam os velhos impérios coloniais europeus. A descolonização efectuou-se em três etapas fundamentais: a de 1945-1955, que diz respeito à Ásia e Próximo-Oriente; a de 1954-1962, relativamente à África; e finalmente a de 1975-1980, também relativamente a África»³.

Diplomacia: Instrumento da política externa que promove o contacto pacífico entre os governos de diferentes Estados, através de agentes diplomáticos – intermediários mutuamente reconhecidos. Esta arte milenar codificada pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 engloba diferentes dimensões – representação; informação; negociação; promoção; protecção; e extensão do serviço público⁴.

Independência: «Conceito que indica o exercício exclusivo da autoridade de um Estado sobre uma determinada área territorial, autoridade essa reconhecida pelos outros actores do sistema. Neste sentido, o termo independência é corolário máximo de soberania»⁵.

Poder: «O poder é a capacidade para influenciar o resultado que desejamos e, se necessário, alterar o comportamento de outros para torná-lo possível (Joseph Nye). (...) Habilidade ou capacidade de levarmos os outros a fazer o que de outra forma não fariam (Robert Dahl). Capacidade de indivíduos ou membros de um grupo alcançar objectivos ou favorecer os seus interesses. (...) Segundo Adriano Moreira o poder constitui “o objecto

³ Fernando de Sousa (2008), p. 63.

⁴ José Calvet Magalhães (2005), pp. 92 e 143-173.

⁵ Fernando de Sousa (2008), p. 106.

central da ciência política e deve ser examinado com um critério tridimensional: a sede do poder, a forma ou imagem, e a ideologia”⁶.

Política externa: A política externa pode definir-se como o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo. A política externa projecta os interesses de um Estado junto da sociedade internacional através de meios pacíficos ou violentos⁷.

Potência: «As potências podem ser definidas a partir da dimensão dos seus recursos ou tendo em atenção o papel estruturador que assumem em relação aos outros Estados. Existem vários tipos de potências: a superpotência, potência hegemónica, grande potência, potência média e a potência regional – sem esquecermos que a maior parte dos Estados, enquanto pequenos Estados ou Estados minúsculos, estão fora do conceito de potência. (...) *Potência regional*, Estado que pela sua dimensão económica, demográfica ou militar, desempenha o papel de grande potência num determinado âmbito geográfico. (...) *Pequenos Estados*, são aqueles que têm uma limitada participação nos assuntos internacionais, não participando na definição das regras do jogo»⁸.

Soberania: «Governação política sem contestação de um Estado sobre determinado território. O direito exclusivo do Estado de exercer todos os seus poderes sobre o território, como o monopólio de legislação, regulamentação e jurisdição. É o poder dos poderes (...) [s]upremo na ordem interna e independente na ordem externa»⁹.

Sociedade internacional: Visão do sistema internacional que compreende a participação de múltiplos actores – Estados, organizações intergovernamentais e não governamentais, companhias transnacionais e indivíduos. Os Estados, cujo poder e intervenção lhes confere diferentes valorizações, assumem a primazia na definição de normas reguladoras que ajudem a gerar previsibilidade de comportamentos e consequente ordem internacional¹⁰.

⁶ Fernando de Sousa (2008), p. 156.

⁷ José Calvet Magalhães (2005), pp. 22-23.

⁸ Fernando de Sousa (2008), p. 162.

⁹ *Idem*, p. 191.

¹⁰ João Gomes Cravinho (2008), pp. 31-57 e 82.

CAPÍTULO II: ESTRUTURA CONCEPTUAL

Com o processo de autodeterminação timorense como pano de fundo, este trabalho visa analisar o papel e desempenho da diplomacia portuguesa e, em paralelo, reflectir sobre acontecimentos internos em Lisboa e na própria sociedade internacional.

Em termos de definição problemática, este projecto inicia-se no 25 de Abril de 1974 – ponto de partida para a descolonização portuguesa. Focamo-nos então do processo timorense, nos acontecimentos que levam à invasão e anexação indonésia e na resposta portuguesa junto das NU. A acção diplomática portuguesa vai desenrolar-se em três momentos. Entre 1975-1982 promove-se a internacionalização da questão timorense, tentando entregar o problema às Nações Unidas. Em 1982, Portugal consegue desbloquear conversações com Jacarta através dos bons ofícios do secretário-geral das Nações Unidas (SGNU). Ao longo da década de 1980, a normalização da vida política em Lisboa e a adesão às Comunidades Europeias, alavancam um progresso substantivo da posição portuguesa e uma maior atenção à questão timorense. Finalmente, o início da década de 1990 coincide com o fim da Guerra Fria e abre um espaço de afirmação da democratização e dos direitos humanos. Em simultâneo, também o massacre de Santa Cruz cede nova visibilidade à causa maubere. A diplomacia portuguesa sabe ler e interpretar estes fenómenos para intensificar a pressão internacional sobre a Indonésia. Juntamente com as próprias crises asiática e indonésia, estes fenómenos acabam por lançar novas perspectivas para a causa maubere. Em Maio de 1999, após a implosão do regime de Suharto, Portugal e a Indonésia firmam em Nova Iorque o acordo que abre as portas da emancipação timorense.

Sendo o objecto deste trabalho a actuação da diplomacia portuguesa, começaremos por identificar e definir três conceitos essenciais à sua melhor compreensão: sociedade internacional, política externa e diplomacia. Optamos pela visão de sociedade internacional, conforme apresentada por João Gomes Cravinho, como ponto de partida para leitura do sistema internacional. Identificamos a política externa como veículo dos Estados para interagirem nesta mesma sociedade. Por último, recorreremos à definição de “diplomacia pura” para apresentar a arte e prática diplomática como instrumento da política externa para o pacífico desenvolvimento de relações no meio internacional.

II. 1. Definição da Problemática

A Revolução de Abril de 1974 inicia o processo de descolonização português, dando forma às pretensões externas expressas nas Nações Unidas desde a década de 1960. Uma confluência de factores, entre os quais a instabilidade vivida em Lisboa no processo de transição democrática, acabam, no entanto, por contribuir para que Timor português fosse invadido em Dezembro de 1975 por forças indonésias e posteriormente anexado como sua 27ª província. Portugal não reconhece a soberania de Jacarta sobre o território timorense. Ao reafirmar o seu estatuto de potência administrante, pugna desde a primeira hora pelo direito do povo timorense a ser auscultado quanto à sua autodeterminação. Lisboa assume uma batalha política, diplomática e jurídica, apresentando o *dossier* timorense como uma agressão a toda a sociedade internacional. As NU, onde Timor consta como território não-autónomo desde Dezembro de 1960, serão a primeira frente de batalha ao longo de todo o processo.

Este trabalho pretende acompanhar o processo diplomático português no *dossier* timorense. Incide no compromisso da diplomacia portuguesa desde a invasão indonésia ao referendo de 1999 e a capacidade das Necessidades para ler, interpretar e aproveitar as várias evoluções e dinâmicas que marcam o último quarto do século XX. Não se devendo a independência timorense exclusivamente à actuação de Lisboa, convém afirmar que o contributo português foi indispensável para manter a questão viva na agenda internacional até que uma convergência de condições favorecesse a emancipação maubere. Conforme aponta Miguel Galvão Teles, «a situação de Timor Leste exprimiu (...) o paradoxo ou a ironia do empenho na defesa da autodeterminação e dos direitos do povo colonizado pela antiga potência colonial, Estado colonialista por excelência que fora, contra um dos combatentes históricos pela descolonização, que deixa de o ser»¹¹.

A leitura que pretendemos apresentar visa contribuir para o esclarecimento do papel da diplomacia portuguesa no longo processo de autodeterminação timorense.

No primeiro capítulo, abordaremos a Revolução de 25 de Abril, dinâmicas internas, ecos internacionais e o desencadear do processo de descolonização do império português. O 25 de Abril de 1974 provoca um profundo realinhamento na política externa portuguesa, que encontra a sua expressão máxima na descolonização. Os motivos que sustentam a descolonização são vários: políticos, militares, económicos, de unidade nacional e imagem externa. Rapidamente posta em marcha, a operacionalização da descolonização conclui a

¹¹ Miguel Galvão Teles (1999), p. 572.

transferência de poderes aos movimentos independentistas africanos até 1975. Sobram Macau e Timor, envoltos em circunstâncias específicas. Todo o processo é marcado pela instabilidade em Lisboa, que condiciona opções e resultados.

Com o segundo capítulo avançamos para uma leitura do caso específico da descolonização timorense. Administrado desde 1515 pelos portugueses, Timor português não tem capital humano ou movimentos independentistas que permitam uma simples transposição dos processos empregues na África portuguesa. A constituição dos primeiros partidos políticos ocorre em Maio de 1974 e a 3 de Agosto é entregue ao SGNU um memorando sobre o compromisso português com a emancipação timorense. Entretanto, o desenrolar de acontecimentos em Lisboa desvia atenções do processo e a este afastamento associa-se o jogo de interesses, receios e ingerências externas que levam à invasão de 7 de Dezembro de 1975.

O terceiro capítulo incide na imediata reacção portuguesa. Lisboa repudia os acontecimentos e aposta na internacionalização do diferendo em sede das NU, colocando a questão junto do Conselho de Segurança (CSNU) e da Assembleia Geral perante um quadro adverso de falta de apoio entre as principais potências ocidentais. Na primeira votação da AGNU, de 12 de Dezembro de 1975, a Resolução 3485 (XXX) «deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias em Timor português» e solicita a retirada da Indonésia e a consulta ao povo timorense sobre a sua autodeterminação. A resposta de Jacarta reafirma um discurso de não ingerência, defendendo a existência de voluntários que pretendem ajudar os timorenses a estabilizar o território e acusa Portugal de faltar aos seus compromissos. O diferendo prossegue, mas com nítida percepção do esboroar de apoios a Lisboa. A 17 de Julho de 1976, a Indonésia declara a anexação de Timor-Leste como sua 27ª província e o passar do tempo vai diluindo a questão nas NU¹².

No quarto capítulo passamos à mudança de estratégia operada a partir de 1982. O Governo de Francisco Pinto Balsemão, com Vasco Futscher Pereira a liderar os Negócios Estrangeiros, solicita os bons ofícios do SGNU para iniciar contactos com Jacarta e procurar atingir uma resolução pacífica para os problemas de Timor. As conversações sob a égide do secretário-geral das NU, «foram o pé que permitiram que não se fechasse a porta à questão de Timor como um ponto da ordem internacional e da agenda das Nações Unidas». As negociações em Nova Iorque iniciam-se em Novembro de 1984 e registam o

¹² Visto a 28 de Fevereiro de 2010, em www.un.org/documents/ga/res/30/ares30.htm.

primeiro encontro a nível ministerial em Setembro de 1985. Apesar da Indonésia se mostrar irredutível e confiante dos seus apoios, na segunda metade da década Portugal adere às Comunidades Europeias e ganha novo peso negocial. O novo *élan* verifica-se no compromisso do Governo português com uma solução global para Timor. Já a partir de 1987, Lisboa reforça igualmente a dimensão dos direitos humanos na condução do *dossier* timorense e endurece posições contra Jacarta¹³.

Partimos então para a decisiva década de 1990 no quinto capítulo. A maior coordenação política em Lisboa permite aproveitar dois acontecimentos marcantes: o fim da Guerra Fria e o massacre de Santa Cruz. O fim da Guerra Fria propicia um quadro geopolítico marcadamente diferente, com crescente afirmação da democratização, direitos humanos e ingerência humanitária. Neste contexto, acelera-se a desacreditação dos regimes autoritários. Pouco depois, o massacre de Santa Cruz empresta um robusto mediatismo a Timor, favorecendo a causa timorense do “efeito CNN” numa época de crescente globalização. O MNE assume um esforço de coordenação e difusão da comunicação sobre Timor com as chancelarias e organizações internacionais, na imprensa internacional, junto de decisores políticos, opinião pública e organizações não-governamentais.

Passaremos no sexto capítulo a analisar a negociação em Nova Iorque. O final do século é marcado por episódios como a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1996 a José Ramos Horta e ao bispo Ximenes Belo, a crise económica asiática e queda do regime de Suharto. Em Agosto de 1998, a Indonésia propõe a negociação de um plano de autonomia que deixa em aberto o estatuto final – proposta que resulta de uma iniciativa avançada um ano antes por Portugal através do Secretariado das NU. Portugal acompanha os acontecimentos em Díli e em Jacarta, onde fomenta o diálogo com elites locais. Ainda em Janeiro, o novo Presidente indonésio, Jusuf Habibie, anuncia a realização da primeira consulta popular sobre a autodeterminação timorense. Apesar da surpresa com que a notícia é acolhida, os ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama e Ali Alatas, prontamente iniciam em Nova Iorque o diálogo conducente ao acordo de 5 de Maio de 1999, que possibilitaria a independência timorense.

¹³ Fernando Neves (2008), p. 76

II. 2. Definição do Objecto

O objecto deste trabalho reside na actuação da diplomacia portuguesa no decurso do processo de autodeterminação de Timor-Leste. Importa por isso focar, desde logo, alguns conceitos-chave. A política internacional, vulgarmente designada por relações internacionais, alimenta-se da conjugação de actuações e comportamentos dos diversos intervenientes do sistema internacional. Optamos pela visão de sociedade internacional como modelo do sistema. Neste cenário, a política externa é usada pelos Estados para interagirem e projectarem os seus interesses junto de outros Estados e restantes actores – organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, companhias transnacionais e indivíduos. Dispondo a política externa de diferentes mecanismos de actuação, incidiremos na diplomacia, a arte de desenvolvimento pacífico das relações no meio internacional.

Sociedade internacional

De acordo com João Gomes Cravinho, existem três cenários distintos, mas passíveis de convergência na análise do contexto internacional: anarquia, comunidade e sociedade. Estas «discrições idealizadas» ajudam à reflexão de «pressupostos tanto por via da exploração lógica como por via da comparação com a experiência histórica»¹⁴.

A imagem de anarquia internacional parte do «estado natural» hobbesiano, do estado de «permanente guerra de todos contra todos, porque cada um de nós é incapaz de compreender para além dos nossos próprios sentimentos, instintos e vontades». A busca de segurança num ambiente marcado pelo egoísmo humano alimenta o desejo de poder e estabelece um contexto de competição contínua dada a falta de um árbitro – parte imparcial e capaz de impor regras. «Neste contexto não pode haver noções de justiça ou injustiça, porque onde não há poder superior não pode haver leis e onde não há leis não há justiça». A sobrevivência depende da força e astúcia de cada actor e só a emergência de um Leviatão – autoridade suprema – pode pôr cobro a esta situação de anarquia. A imagem do Leviatão assenta no Estado soberano que rege as relações dentro do seu espaço de soberania, mas não encontra equivalente a nível inter-estatal. Base do pensamento realista, a anarquia internacional espelha-se no sistema de auto-ajuda, onde cada Estado só pode depender de si para assegurar a sobrevivência e os seus interesses fundamentais. Ainda segundo Cravinho, não só «esta linha de pensamento representa uma tradição de grande

¹⁴ João Gomes Cravinho (2008), pp. 31-32.

influência na disciplina de RI (...) [como] estão presentes na prática diplomática corrente nas chancelarias de todo o mundo»¹⁵.

Comunidade internacional é a segunda imagem proposta. Expressão corrente para descrever o teatro, os actores ou a política internacional, pode incorrer na imprecisão de ser confundida com sociedade. «As comunidades caracterizam-se por laços de afectividade, enquanto nas sociedades predominam laços baseados em interesses comuns. (...) Assim podemos dizer que a comunidade é uma associação espontânea e natural, enquanto sociedade resulta das necessidades pragmáticas de associação ou convivência». Os valores e a afectividade determinam as comunidades, enquanto a racionalidade, as «regras de associação e de resolução de conflitos» determinam as sociedades. O ser humano é aqui nuclear, sobrepondo-se a noções de «nacionalidade, etnicidade ou religião». É assim do ser humano que partem as comunidades internacionais, sendo os Estados um mecanismo artificial destinado a prover o desejo humano de associação e participação pública. Contudo, esta é uma opção distante, «pois não existem bases suficientemente sólidas a nível de valores partilhados e visões comuns do futuro, nem uma ideia generalizada de solidariedade que ultrapasse as distinções de nacionalidade ou cultura». Ainda assim, quer as evoluções históricas, quer o acelerado ritmo de transformações globais permitem alimentar o debate sobre a hipotética emergência de uma comunidade internacional¹⁶.

A última imagem apresentada por Cravinho é a de sociedade internacional. Começamos por lembrar que uma sociedade se guia por interesses comuns, resulta de necessidades pragmáticas de associação ou convivência e é determinada pela racionalidade, pelas regras de associação e de resolução de conflitos. Para mais, «[a] sociedade internacional é pluralista, no sentido de permitir a convivência de uma pluralidade de actores, cada qual com objectivos e lógicas alicerçados em tradições históricas próprias, é diversificada, em termos da natureza das normas que orientam a convivência social e em termos da forma como estas normas são implementadas nas diferentes áreas geográficas e temáticas, e é evolutiva, porque a passagem do tempo reflecte-se na distinção que se vai fazendo entre as normas limitadas por lógicas particularistas ou imediatistas – que acabam por cair em desuso quando as circunstâncias se alteram – e normas que beneficiam de algum tempo e ganham espaço e legitimidade própria»¹⁷.

¹⁵ João Gomes Cravinho (2008), pp. 32-35 e 140-143.

¹⁶ *Idem*, pp. 37-40.

¹⁷ *Idem*, pp. 37 e 41.

Esta visão compreende a intervenção de múltiplos actores – organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, companhias transnacionais e indivíduos –, mas continua a destacar os Estados na condução da política internacional e na criação de normas reguladoras. Estas normas, «geradoras de expectativas quanto ao comportamento de outros actores no sistema» e com custos associados ao seu incumprimento, possibilitam um espaço de «previsibilidade de comportamentos», que potencia um «grau de confiança» e difere a sociedade de anarquia. O próprio percurso das normas, a forma como tendem a afirmar-se ou decaírem, comprova uma natureza evolutiva do sistema. «A sociedade internacional é dinâmica porque ao longo dos anos se ajusta às transformações profundas da história». Demonstra ainda uma natureza reflexiva e permeável ao intercâmbio de influências, já que a pressão da sociedade nos seus participantes produz alterações nestes e os novos comportamentos ajudam a redefinir a própria sociedade. Concordamos e apoiamo-nos na perspectiva de Gomes Cravinho:

«A sociedade internacional representa uma determinada ordem internacional. Complexa, contraditória e heterogénea (...), mas inquestionável, e poderosamente, condicionante da participação na vida internacional. E, como qualquer ordem social, esta também privilegia alguns e prejudica outros. No estudo desta ordem (...) não é despropositado começar por colocar a hipótese de quem mais contribui para a moldar e manter. (...) As pressões sociais que compõem a sociedade internacional são políticas (...) destinadas a promover os interesses de alguns, e não de outros, mesmo que camufladas em retórica sobre “o bem comum da humanidade”. As pressões sociais são manifestações de poder. Coexistem em tensão com outras pressões que operam em sentido diferente, resolvendo-se umas vezes por via de um braço-de-ferro, outras vezes por via de um compromisso negociado, ou ainda, não poucas vezes, convivendo em tensão contínua. São estas pressões que dão à sociedade internacional o seu dinamismo»¹⁸.

Política externa

«Sector de actividade de um Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados. (...) A política externa pode definir-se como o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo»¹⁹.

¹⁸ João Gomes Cravinho (2008), pp. 40-47.

¹⁹ José Calvet Magalhães (2005), pp. 22-23.

A descrição do embaixador José Calvet de Magalhães ajuda a definir o conceito de política externa. Porém, lembrando a visão de sociedade internacional apresentada anteriormente, não podemos deixar de referir que esta descrição peca ao delimitar os Estados como únicos agentes da política internacional. Sendo a política externa desenhada pelos Estados, visa o relacionamento com os vários agentes do sistema.

Calvet de Magalhães descreve a política externa como oposto natural da política interna, *i.e.*, enquanto os Estados se servem da política interna para reger o seu espaço de soberania, a política externa projecta os seus interesses além fronteiras. Comummente confundida com diplomacia, seu instrumento, ou com a própria política internacional, a política externa representa o veículo de expressão dos Estados na arena internacional²⁰.

«Na execução de uma dada política externa deparamo-nos logo de início com (...) instrumentos e técnicas de carácter pacífico (...) [e] instrumentos e técnicas de tipo violento». Estes dois tipos de instrumentos encontram os seus expoentes máximos na diplomacia e no *jus ad bellum* – o direito à guerra. Em traços gerais, Calvet de Magalhães identifica os instrumentos pacíficos como estando englobados no conceito de diplomacia e avança o conceito de estratégia para os de cariz violento. Ainda dentro dos instrumentos pacíficos de política externa, subdivide em dois grupos: os mecanismos de diplomacia propriamente dita e um outro grupo, que não sendo beligerante foge à prática diplomática, sendo descrito como “contactos unilaterais”. Analisaremos de seguida o conceito de diplomacia mais detalhadamente, pelo que nos limitaremos a apresentar agora os conceitos de contactos unilaterais não diplomáticos e de estratégia²¹.

Os contactos unilaterais não diplomáticos compreendem quatro tipos de acção: a propaganda, espionagem, intervenção económica e a intervenção política. Propaganda (também conhecida por informação) refere a «infiltração das ideias favoráveis à política externa de um país junto da população de outro país». Espionagem compreende a obtenção de informações privilegiadas de terceiros por meios ilegítimos ou ocultos. A intervenção económica designa a oferta de apoios económico-financeiros no sentido de atingir uma deliberação favorável. Por último, intervenção política entende a influência de alto nível junto dos órgãos decisores de terceiros²².

Passando à estratégia, «[p]or instrumentos violentos entendem-se aqueles que exigem recurso à força utilizada por um Estado para impor a sua vontade a outro Estado».

²⁰ José Calvet Magalhães (2005), p. 15.

²¹ *Idem*, p. 25.

²² *Idem*, p. 28.

Calvet de Magalhães tem o cuidado de referir que o “recurso à força” não se limita à guerra, mas comporta várias dimensões: a dissuasão, ameaça, guerra económica, pressão militar e finalmente a guerra. Dissuasão é entendida como a capacidade para influir decisões de terceiros, normalmente devido ao poderio militar. Ameaça visa a expressão de potencial uso desse mesmo poderio. Guerra económica caracteriza-se pela aplicação de sanções, podendo compreender o recurso a forças militares para bloqueio geográfico. Pressão militar assenta na mobilização de forças militares, podendo estas entrar em manobras, exercícios ou concentração junto a fronteiras, sem que exista um ataque. Finalmente, a guerra pressupõe um ataque militar contra território, instalações ou populações terceiras²³.

Temos assim que a política externa projecta os interesses de um Estado junto da sociedade internacional, é a sua expressão na política internacional. Para tal, serve-se de meios pacíficos ou violentos, sendo os primeiros da competência dos Negócios Estrangeiros e os últimos passíveis de conjugação com a política de Defesa. Emprestando e adaptando o conceito norte-americano de *smart power* – a política externa pode-se fazer por uma mistura de ferramentas à disposição – diplomáticas, económicas, militares, legais e culturais²⁴.

Numa última referência, George Kennan introduz a política externa como sendo uma competência exclusiva dos governos destinada a cumprir com o interesse nacional – segurança militar, integridade política e bem-estar dos cidadãos – não devendo exceder exigências e recursos morais, culturais ou materiais internos²⁵.

Diplomacia

«As relações internacionais, como as relações entre os homens, renovam-se, alteram-se, actualizam-se. A diplomacia, por seu lado, permanece disponível para acompanhar, com a sua capacidade negocial, esse processo ininterrupto que se confunde com a própria história»²⁶.

De acordo com o embaixador Leonardo Mathias, a diplomacia é um instrumento com que os Estados negociam para valorizar posições, ganhar prestígio e alargar zonas de

²³ José Calvet Magalhães (2005), p. 29.

²⁴ Joseph S. Nye Jr. (2008), p. x. e Hillary Clinton (2009). «*We must use what has been called “smart power”: the full range of tools at our disposal – diplomatic, economic, military, political, legal, and cultural – picking the right tool, or combination of tools, for each situation*».

²⁵ George Kennan (1986).

²⁶ Leonardo Mathias (2006), p. 202.

influências. Refinando à arte da negociação diplomática, esta «procura o desenvolvimento pacífico das relações entre os Estados; a protecção e a promoção dos seus interesses e dos seus nacionais; a prossecução de intercâmbios políticos, económicos, ou culturais; a defesa de posições estratégicas ou de segurança. E porque o mundo se estreitou, se intensificaram as relações entre os povos e se multiplicaram os actores na vida internacional, a diplomacia teve de se modernizar para assumir novas e mais variadas responsabilidades. Moldou-se às circunstâncias e aos tempos»²⁷.

Calvet de Magalhães, apresentando o conceito de “diplomacia pura”, define a prática diplomática como um instrumento da política externa, que promove o contacto pacífico entre os governos de diferentes Estados, através de agentes diplomáticos – intermediários mutuamente reconhecidos²⁸.

Arte milenar de contacto entre detentores de poder político, a diplomacia enquanto instituição codificada por normas próprias surgiu apenas com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas em 1961, sendo esta completada pelas convenções de relações consulares de 1963 e de representação junto a organizações internacionais de 1975. Outra evolução sensivelmente recente assenta na afirmação da diplomacia multilateral, que acompanha a emergência de organizações internacionais desde o séc. XVIII e encontra actualmente a sua expressão máxima através das NU. Calvet de Magalhães alerta no entanto que estas não se substituem, e que a diplomacia multilateral se apoia inclusive na bilateral²⁹.

Segundo Leonardo Mathias, «[a] negociação diplomática pode ser bilateral, de Estado a Estado, ou multilateral, envolvendo numerosos Estados em função de objectivos que serão comuns ou se pretendem partilhados. A negociação bilateral permanece como elemento insubstituível das relações internacionais (...). No caso da negociação multilateral, cada vez mais comum nos nossos dias, os dois planos serão complementares. Isto é, a preparação e a execução de uma negociação multilateral tem de ser regularmente acompanhada no plano bilateral, com a competente intervenção da capital, na recolha e no tratamento de informações e em necessárias diligências que possam influenciar a tomada de posições e de decisões da parte contrária. A crescente complexidade dos assuntos internacionais torna indispensável, tanto em termos bilaterais como multilaterais, que o negociador possua o mais completo conjunto de dados relativos à negociação de que é

²⁷ Leonardo Mathias (2006), p. 199.

²⁸ José Calvet de Magalhães (2005), p. 92.

²⁹ *Idem*, pp. 31-77 e 107-110. Serão empregues as expressões Organização das Nações Unidas, ONU, Nações Unidas ou NU para nos referirmos a esta organização.

responsável. A utilidade e a eficiência desses dados medindo-se, como dizia Churchill, pela sua qualidade e não pela sua quantidade. Essa necessária selecção também deve ser tarefa conjunta dos responsáveis, tanto da representação externa, como da capital»³⁰.

Voltando à diplomacia pura, os elementos constitutivos da actividade diplomática são: a representação; a informação; a negociação; a promoção; a protecção; e a extensão do serviço público. A representação entende-se «como o conjunto das actuações do agente diplomático que tem um carácter puramente representativo, ou seja, de afirmação de presença ou de responsabilização do Estado em nome do qual actua». Assim, inclui quer eventos sociais, quer actos oficiais. Informação é descrita como a actividade de recolha, selecção, análise e envio de dados sobre o Estado receptor para a capital acreditante. Esta componente compreende apenas a informação obtida por meios lícitos, distinguindo-se de práticas de espionagem ou de serviços de informação. Acresce ainda que, sendo uma das principais actividades do agente diplomático, pode implicar agentes especializados, como os adidos militares, comerciais, culturais, de imprensa ou outros³¹.

Segundo Leonardo Mathias, a negociação é a essência da diplomacia e «na melhor arte da negociação estará a mais eficiente diplomacia». Utilizada para maximizar ganhos ou minimizar perdas, consoante os casos, tende a optimizar a posição inicial. Calvet de Magalhães alerta para a existência de uma negociação internacional informal, os «contactos entre Estados para concertarem entre si a resolução de interesses comuns ou recíprocos» - que representa grande parte do serviço diplomático e a negociação internacional formal, «a concertação entre Estados para se chegar a um acordo, geralmente por escrito, sobre qualquer problema específico». Acrescenta ainda que a distinção entre uma negociação directa – realizada pelos detentores do poder político – ou indirecta – efectuada por agentes diplomáticos e verdadeira negociação diplomática³².

O processo negocial obedece a uma codificação própria. Inicia-se com a definição estratégica – «orientação geral que se pretende dar à negociação a fim de se realizar o objectivo que lhe foi fixado» – que permite «avaliar os passos (...) em função do que se pretende obter» e de uma exaustiva recolha e tratamento de informações, que prepare terreno e evite surpresas. Em termos de linguagem, a negociação perfilha-se numa linguagem política, alvo de acordo prévio entre as partes envolvidas³³.

³⁰ Leonardo Mathias (2006), p. 198.

³¹ José Calvet de Magalhães (2005), pp. 143-155.

³² José Calvet de Magalhães (2005), p. 155 e Leonardo Mathias (2006), p. 197.

³³ José Calvet de Magalhães (2005), p. 159 e Leonardo Mathias (2006), p. 200.

«[C]omeçaria por notas acordadas para comunicação conjunta; pela divulgação de declarações ou comunicados oficiais; por actas de conferências; por recomendações aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas; por Conclusões de Conselhos Europeus; por decisões votadas no Conselho de Segurança das Nações Unidas; por Notas trocadas entre Governos ou, e aqui naturalmente revestidas de cuidadosa linguagem, por acordos, convénios, alianças ou tratados internacionais. Deve ser pois conhecido, pelas partes, o contexto convencional em que o processo negocial se situa. O seu respeito permite o prosseguimento da negociação, a alternativa sendo a interrupção ou o rompimento da negociação»³⁴.

Ciente dos seus objectivos, o negociador define a tática – o conjunto de formas de actuação destinadas a obter os resultados políticos da negociação – e deve encetar a negociação de boa-fé e contribuindo para um clima de confiança. A negociação tende a ser um processo construtivo no tempo, um jogo de concessões e benefícios, até se alcançar o ponto de equilíbrio óptimo e «verificado não ser possível ir mais longe em compromissos aceitáveis para o seu interlocutor». Os acordos devem ser mutuamente respeitados concluída a negociação. Quanto ao perfil do negociador, à célebre expressão de Otto von Bismarck “mão de ferro com luva de veludo”, juntamos o que Calvet de Magalhães designa como «a habilidade para encontrar soluções de compromisso»³⁵.

Falta-nos apresentar ainda três outros elementos constitutivos da actividade diplomática, a promoção, a protecção e a extensão do serviço público. Promoção entende um esforço proactivo no sentido de desenvolver relações económicas, culturais ou científicas. Já a protecção assenta na defesa dos interesses do Estado acreditante e na protecção dos seus cidadãos juntos do Estado receptor. Por último, com extensão do serviço público designa-se a oferta de serviços públicos, por parte de agentes diplomáticos ou consulares, a nacionais residentes ou em trânsito no Estado receptor³⁶.

Ainda dentro da prática diplomática importa realçar três termos: diplomacia tranquila (*quiet diplomacy*), diplomacia pública e diplomacia paralela. A diplomacia tranquila refere-se às trocas informais de informação privilegiada entre agentes diplomáticos, sendo sobretudo comum em *fora* multilaterais. A diplomacia pública representa o investimento realizado publicamente na promoção de determinada imagem com vista a «angariar um capital de simpatia susceptível de dar eficácia à política externa delineada». Deste modo,

³⁴ Leonardo Mathias (2006), pp. 198-199.

³⁵ José Calvet de Magalhães (2005), pp. 160-168 e Leonardo Mathias (2006), p. 201.

³⁶ José Calvet Magalhães (2005), pp. 168-173.

«alarga e polariza o espectro da sua intervenção, direccionando-se, sobretudo, à sociedade civil internacional, com o objectivo finalista de angariar simpatias e adesões a uma determinada causa, uma determinada orientação, um determinado acto ou intervenção». Finalmente por diplomacia paralela entende-se um “desvio”, que consiste no uso de canais ou actores alternativos ou paralelos para a prática diplomática. Podendo esta opção ser legítima ou ilegítima, «é quase sempre de resultados ilusórios e mesmo contraproducentes», devendo-se em grande parte a uma vontade de envolvimento pessoal por parte de agentes políticos³⁷.

Finalizamos com uma ideia de Leonardo Mathias sobre o valor da diplomacia. «A história ensina a que ponto os mais poderosos, tantas vezes arrogantes, podem impor as suas ideias. Mas também a que ponto outros, menos poderosos souberam recorrer à negociação e à diplomacia para compensar e superar condicionalismos por vezes muito difíceis»³⁸.

³⁷ Maria Regina Flor e Almeida (2003), pp. 63-64 e José Calvet Magalhães (2005), pp. 110 e 115-118.

³⁸ Leonardo Mathias (2006), p. 200.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O presente projecto é um estudo da actuação político-diplomática portuguesa no caso da autodeterminação timorense. Em termos metodológicos, propõe uma narrativa essencialmente cronológica da gestão feita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português do *dossier* timorense. Adoptando uma postura pós-positivista³⁹ e privilegiando uma abordagem de contextualização histórica, este projecto acompanha a antecipação, interpretação ou reacção da diplomacia portuguesa aos principais acontecimentos da questão timorense.

III. 1. Selecção de Técnicas

Abordando como caso de estudo a actuação da diplomacia portuguesa na questão timorense, esta investigação assume uma matriz qualitativa assente num método narrativo.

Privilegiando a visão de sociedade internacional como ponto de partida para a compreensão do sistema internacional, combinamos os níveis de análise transnacionais e sistémicos⁴⁰. No entanto, e dado o objecto de estudo ser o comportamento externo de um Estado, acabamos por incluir igualmente o plano interestatal.

O projecto procura ler a correlação de forças que interferem e influenciam as decisões. Apesar de incidir na componente político-diplomática, procura fugir de uma perspectiva exclusivamente estatocêntrica para oferecer uma leitura que engloba as tendências e evoluções transnacionais e sistémicas com a própria adaptação de Portugal a estas. Este trabalho acompanha assim o diálogo entre a perspectiva interestatal, observando os interesses e acções do Estado português, com as próprias dinâmicas transnacionais e do sistema que acabam por confluir para o resultado final.

Assim, esperamos trazer uma abordagem que alia motivações individuais à própria compreensão contextual em que se inserem.

³⁹ João Gomes Cravinho (2008), pp. 53-57.

⁴⁰ *Idem*, pp. 49-53.

III. 2. Selecção de Temas

Enquanto narrativa cronológica, este trabalho assume como balizas temporais as datas de 1974-1999. A primeira indica o momento que arranca a descolonização portuguesa. É aqui que se inicia o processo de autodeterminação timorense. Processo este que é impedido ainda na sua fase embrionária pela invasão indonésia. No ano de 1999, Lisboa e Jacarta selam os acordos de 5 de Maio em Nova Iorque, que permitem a realização do referendo que conduz finalmente à autodeterminação de Timor-Leste.

Em termos temáticos iniciamos com a revolução portuguesa de Abril de 1974, que engloba a transição democrática, início da descolonização e as reacções internacionais aos acontecimentos em Lisboa. Focamo-nos então no caso específico de Timor e no desenrolar de acontecimentos que conduzem à invasão e anexação indonésia do território português. Esta invasão representa o início da questão timorense.

A reacção portuguesa transporta-nos para Nações Unidas, fórum de excelência dos movimentos independentistas e que acompanha todos os acontecimentos em Timor. Analisamos a relação de forças nas NU e a evolução dos interesses portugueses.

Passamos então a uma abordagem da adesão portuguesa às Comunidades Europeias. A integração europeia enceta um jogo político com parceiros comunitários que acaba por dar uma nova projecção à voz portuguesa. Este momento coincide ainda com uma maior atenção da diplomacia portuguesa à vertente dos direitos humanos.

Já com a queda do muro de Berlim e a implosão soviética que marcam o fim da Guerra Fria, a década de 1990 é cenário de importantes transformações internacionais cujos efeitos locais acabam por ecoar também em Timor. O fim do confronto bipolar, propiciador de uma escola pragmática, abre uma janela de oportunidade para a renovação de ideais no caminhar para o novo milénio. Este momento comporta uma nova luz sobre o multilateralismo, a ingerência humanitária, mas é igualmente marcado pela aceleração de fenómenos como a globalização ou a crescente afirmação das tecnologias de informação e comunicação, com destaque para o “efeito CNN”. Crescem assim as vertentes dos direitos humanos e da diplomacia pública. É um momento de afirmação da Organização das Nações Unidas.

Concluiremos com uma especial atenção a dois fenómenos que marcam o fim de século com fortes impactos em Jacarta e reflexos em Díli: a vaga de democratização e a crise económica asiáticas.

III. 3. Recolha de Dados

Limitações espaço-temporais do investigador impediram uma pesquisa de fundo no que seria a fonte privilegiada de informação – os arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Torre do Tombo e Histórico-Ultramarino. Um aprofundamento desta temática deveria, em futura investigação, tentar o acesso às fontes já desclassificadas.

Tendo em conta os constrangimentos e considerando que o objecto de estudo reside na actuação do corpo diplomático, privilegiaram-se fontes nacionais. A este nível, recorremos a documentos oficiais publicados, memórias, testemunhos contemporâneos e textos académicos de agentes políticos e diplomáticos intervenientes no processo. Socorremo-nos de meios digitais para iniciar a pesquisa entre centros de investigação de referência na área das relações internacionais em Portugal, designadamente, o Instituto Diplomático, Instituto de Defesa Nacional, Instituto Português de Relações Internacionais e o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. A bibliografia apoia-se ainda em fontes como a revista *Política Internacional* ou o espaço *Janus*.

Houve igualmente um cuidado em procurar complementar as fontes nacionais com fontes estrangeiras. Neste sentido, realce para as perspectivas de actores como Ramos Horta ou Xanana Gusmão, da resistência timorense; Jamsheed Marker, representante-pessoal do SGNU para Timor-Leste ou Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio. A tentativa de conjugar perspectivas diversas ou mesmo divergentes prende-se com o interesse em privilegiar uma abordagem global dos acontecimentos, alargando assim o escopo de implicações observáveis. Foi também realizada uma pesquisa entre centros de investigação estrangeiros, como o *Council on Foreign Relations* ou *Chatham House*, e publicações como o *Le Monde Diplomatique*, se bem que nem sempre com sucesso na obtenção dos documentos pretendidos. Recorremos ainda a fontes digitais das Nações Unidas.

III. 4. Análise de Dados

A autodeterminação timorense resulta de uma complexa interacção de eventos, entre os quais a própria luta da resistência timorense, o colapso do regime de Suharto ou a pressão internacional, entre outros. Com a análise de dados pretendemos verificar a importância da diplomacia portuguesa, enquanto elemento catalisador do *dossier* timorense, no acompanhamento e aproveitamento desta ímpar convergência de forças que possibilitam a independência de Timor-Leste.

CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

IV. 1. O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, os acordes de *Grândola, Vila Morena* na Rádio Renascença desencadeiam a movimentação militar que derruba o Estado Novo. A Revolução de Abril provoca uma mudança de regime, afastando o desfasado modelo autoritário e «lançando uma primavera de esperança», mas inicia também um profundo realinhamento da política externa portuguesa. Esta alteração espelha-se primeiramente no fim do império português. Assente na fórmula do Movimento das Forças Armadas (MFA) “democratização, descolonização e desenvolvimento”, Portugal renuncia ao projecto colonial com cinco séculos e assume a descolonização enquanto desafio cimeiro da nova política externa. Esta opção fica no entanto marcada por discussões ideológicas, com destaque para as opções federativa de António de Spínola, a não alinhada e terceiro-mundista de Melo Antunes e a pró-soviética de Vasco Gonçalves⁴¹.

Os motivos que sustentam a descolonização são de variada ordem. Desde meados da década de 1950, que vão surgindo movimentos nacionalistas na África portuguesa. Em Março de 1961, os ataques no norte de Angola despoletam uma conflituosidade que arranca a Guerra Colonial. Em Dezembro, Portugal é vergado no sub-continente indiano, dois anos mais tarde inicia-se a guerra na Guiné e em 1964 em Moçambique. Encaradas como lutas de independência pelos movimentos de libertação nacional e combate anti-terrorista pelas autoridades metropolitanas, os confrontos prolongam-se por mais de doze anos, ajudando à corrosão do regime. Apesar do controlo operacional das Forças Armadas portuguesas, a consciencialização da falta de soluções políticas alimenta a progressiva deterioração da moral das tropas e da disciplina no terreno. Assim, quer o discurso do general Spínola, quer o do MFA reflectem que o problema é político e não militar⁴².

Para mais, as guerras coloniais desgastam os cofres do Estado. O próprio presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, relembra que o dinheiro não é elástico, sendo o financiamento da luta anti-terrorista um entrave ao desenvolvimento

⁴¹ Mário Soares (1976), p. 22, José Manuel Barroso (1995), pp. 51-53 e 139-141, Fernando Pereira Marques (1999), Valentim Alexandre (2000), Nuno Severiano Teixeira (2004), p. 9 e António José Telo (2007), pp. 15-31 e (2008), pp. 152-153.

⁴² Adriano Moreira (1977b), pp. 41-42, Norrie MacQueen (1998), pp. 37-72, Pedro Pezarat Correia (1999), pp. 116-122, 140-141 e 162-170, António Costa Pinto (2001), pp. 35-67 e António José Telo (2008), p. 152.

socioeconómico português. A guerra, além da significativa mobilização de força produtiva, consome cerca de metade do Orçamento de Estado. Assim, o lançamento da obra *Portugal e o Futuro*, em Fevereiro de 1974, vem apenas expressar a crise vigente na unidade nacional. «Foi o fracasso das guerras coloniais (...) que levou os Capitães de Abril a revoltar-se. O descrédito total da ditadura, em que já ninguém acreditava fez o resto. A Ditadura caiu como um fruto podre, sem que ninguém a defendesse»⁴³.

Em termos internacionais, os movimentos nacionalistas afro-asiáticos haviam-se iniciado ainda na década de 1940 e aceleram-se com marcos como a Carta das Nações Unidas, a Conferência de Bandung, a Declaração de Belgrado e a crise do Suez. Todavia, o regime de António de Oliveira Salazar não aceita os “ventos de mudança” anunciados por Harold Macmillan e opta por se manter agarrado ao império. Em 1955, e beneficiando das pressões norte-americanas para engrossar os votos ocidentais, Portugal é admitido nas NU. De imediato, Lisboa aceita a jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e levanta uma acção contra Nova Déli devido ao bloqueio das possessões de Dadra e Nagar-Aveli. Em simultâneo, o Governo português recebe um pedido de informações do SGNU sobre a existência de territórios não-autónomos de administração portuguesa. Portugal responde recorrendo ao subterfúgio legal de a Constituição portuguesa consagrar as “províncias ultramarinas” como parte integrante do Estado pluricontinental e multirracial português. Contudo, o imobilismo português vale crescentes críticas internacionais ao longo da década de 1960. A 14 de Dezembro de 1960, a AGNU aprova a Resolução 1514 que condena qualquer forma de colonialismo. Em seguida, em 15 de Dezembro, são aprovadas a Resolução 1541, que define território colonial, e a Resolução 1542, que aplica as anteriores ao caso português. Todas as colónias portuguesas são listadas enquanto territórios não autónomos. No Conselho de Segurança, a primeira condenação do regime português surge na Resolução 163 (1961). Contando com o voto positivo norte-americano, o documento quebra a “solidariedade ocidental”⁴⁴.

Deste modo, até 1974, o país onde “a Pátria não se discute” vive um relativo isolamento internacional, marcado internamente pela expressão “orgulhosamente sós” e externamente por episódios como a falta de auxílio à ocupação de Goa, Damão e Diu; nas

⁴³ Marcelo Caetano (1970), António de Spínola (1974), José Castilho (1998), Norrie MacQueen (1998), pp. 72-75, Fernando Rosas (1999), pp. 40-59, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 127-170, Pedro Aires Oliveira (2002), pp. 109-110, Carlos Jalali (2007), pp. 56-60 e Mário Soares (2008), p. 38.

⁴⁴ José Calvet de Magalhães (1996) e (2001), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 587-588, António Costa Pinto (2001), pp. 13-24, John Springhall (2001), Luís Nuno Rodrigues (2004a) e (2006a), pp. 61-62, Carlos Santos Pereira (2005), pp. 143-154, Valentim Alexandre (2006), Hannah Arendt (2008), pp. 161-206 e Paula Escarameia (2009), pp. 123-162.

sanções militares; no reconhecimento internacional da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau; na recepção a Marcelo Caetano durante a celebração dos seiscentos anos da aliança luso-britânica. Nas NU, a crescente influência afro-asiática ajuda a colar a imagem de Portugal aos “regimes brancos” de Salisbury e Pretória. Entre 1960-1973 são aprovadas cento e setenta e três resoluções contra Portugal nos principais órgãos das NU – um número recorde. Em suma, «Portugal antes do 25 de Abril era um país mal tolerado na Comunidade Internacional mesmo pelos seus poucos aliados»⁴⁵.

No entanto, a realidade política e diplomática confirma que Portugal, longe de ser um Estado pária, dispõe dos seus trunfos e exerce uma enérgica diplomacia bilateral que mantém portas abertas como Paris e Bona. Para Mário Soares, o regime salazarista seria salvo pela traição das democracias ocidentais aos seus valores em detrimento dos imperativos estratégicos da Guerra Fria⁴⁶.

Em 1971 a diplomacia portuguesa alinha com os EUA na questão da representação chinesa no CSNU. Dois anos mais tarde, o uso da base das Lajes por forças norte-americanas durante a guerra do Yom Kippur volta a conceder pontos em Washington. Os custos desta posição reflectem-se durante o choque petrolífero que se segue, sendo apontada por Kenneth Maxwell como um despoletador da queda do regime. Contudo, a política ultramarina continua a corroer a imagem e as relações de Portugal junto das capitais ocidentais e no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Não sendo hostilizado, o regime é tolerado pelo Ocidente com algum desconforto⁴⁷.

Economicamente, desde a década de 1960 que emerge a compreensão de o futuro de Portugal passar pela Europa e não pelo ultramar. As remessas de emigrantes, exportações e investimentos estrangeiros advêm maioritariamente das Comunidades Europeias, estando 80% da economia portuguesa ligada à Europa ocidental. Uma aproximação gradual que se faz também através da participação na OTAN, organismo que terá contribuído para uma mudança de percepções sobre o papel internacional de Portugal entre os oficiais das Forças Armadas⁴⁸.

⁴⁵ José Calvet de Magalhães (1996) e (2001), Pedro Pezarat Correia (1999), pp. 152-154, Luís Nuno Rodrigues (2004b), Carlos Santos Pereira (2005), pp. 154-159, Norrie MacQueen (2006), Pedro Aires Oliveira (2007), pp. 289-407 e Mário Soares (2008), p. 37.

⁴⁶ Mário Soares (2002a), p. 2, Luís Nuno Rodrigues (2004a), (2004b), (2006b) e (2006c), Ana Mónica Fonseca (2006), Daniel Marcos (2006) e Fernando Andersen Guimarães (2006) pp. 178-179.

⁴⁷ João Hall Themido (1995), pp. 111-147, Nuno Severiano Teixeira (1995) p. 815, José Calvet de Magalhães (1996), Pedro Pezarat Correia (1999), p. 146, Fernando Andersen Guimarães (2006), p. 177, Kenneth Maxwell (2006), p. 195 e Pedro Aires Oliveira (2009), p. 62.

⁴⁸ Mário Soares (1976), p. 65, Nuno Severiano Teixeira (1995), José Castilho (1998), Maria Fernanda Rollo (1998), Norrie MacQueen (1998), pp. 72-75, Nicolau Andresen-Leitão (2005) e António José Telo (2006).

Politicamente, a descolonização rompe com o salazarismo que continuamente defendera a expansão ultramarina como principal traço histórico de Portugal – a sua vocação. Ao centrar atenções no império, Salazar tentara atrasar a atracção pelo modelo democrático europeu. Posteriormente, o consolado de Marcelo Caetano é incapaz de reformar o regime, frustrando as expectativas em torno da “evolução na continuidade”. Ao abdicar de uma maior liberalização para manter o império, Caetano mina a sua continuidade e a do próprio regime. Em última instância, o próprio afastamento da Igreja Católica expõe a ruptura da missão evangelizadora. Portugal perde as motivações missionária, militar e económica, esvaziando o sentido civilizador do Acto Colonial⁴⁹.

Deste modo, as notícias da revolução portuguesa, apesar de surpreendentes, são bem acolhidas no exterior. A principal referência nas chancelarias e capitais estrangeiras reside no derrube de um regime colonialista em guerra nos teatros africanos e a consciência das expectativas internacionais ajuda a promover o discurso descolonizador em Lisboa. «O mundo convenceu-se de que Portugal ia conceder a independência a todas as suas colónias e que era uma revolução anticolonialista e democrática, no sentido europeu da palavra»⁵⁰.

Ainda no rescaldo da revolução, o novo presidente da República, António de Spínola, inicia a 1 de Maio de 1974 as audiências com o corpo diplomático acreditado em Portugal. Sinónimo da importância conferida ao relacionamento com Washington, a primeira entrevista ocorre com o embaixador norte-americano Stuart Nash Scott⁵¹.

Em simultâneo, entre os ecos de “o povo unido jamais será vencido” que se fazem ouvir nas celebrações do 1º de Maio, o líder do Partido Socialista (PS), Mário Soares, discursa que o 25 de Abril destronara o Governo, mas que era com aquela demonstração de massas que a ditadura era vencida. As manifestações do Dia do Trabalhador simbolizam a legitimação popular da revolução, sendo comparadas na imprensa estrangeira à libertação parisiense dos nazis ou ao Maio de 68⁵².

No dia seguinte, Soares deixa Lisboa como emissário da Junta de Salvação Nacional (JSN) para «explicar aos chefes de Estado europeus a importância das modificações em Portugal» e «conquistar rapidamente a simpatia da Europa e do Mundo». A legitimação internacional do processo revolucionário é eficaz e quando o I Governo Provisório toma

⁴⁹ António Oliveira Salazar (1981), José Calvet de Magalhães (1988), Norrie MacQueen (1998), pp. 91-101, Fernando Rosas (1999), pp. 40-59, Pedro Pizarat Correia (1999) pp. 110, 117 e 144-146 e Pedro Aires Oliveira (2002).

⁵⁰ José Medeiros Ferreira (2004), pp. 143-145 e Mário Soares (2008), p. 39.

⁵¹ Nuno Severiano Teixeira (2004) e Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008), p. 47.

⁵² Fernando Pereira Marques (1999), pp. 93-95.

posse, a 16 de Maio, já os principais aliados portugueses haviam reconhecido o novo regime democrático. Rapidamente são igualmente lançadas pontes de diálogo a Leste e com o Terceiro Mundo. Já na chefia do MNE, Soares visita a URSS, Jugoslávia, Roménia, Tunísia, Líbia, Somália e Índia, falhando apenas o objectivo de estabelecer canais diplomáticos com Pequim. A 2 de Agosto, Portugal recebe a visita do SGNU, Kurt Waldheim, uma das muitas presenças que comprovam o novo estatuto de Lisboa. O principal entrave reside ainda nas relações com o Terceiro Mundo, fruto da questão colonial. Contudo, a afirmação do «lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz» no Programa do MFA, alimenta as esperanças externas e quando Mário Soares profere o primeiro discurso português do pós-25 de Abril nas NU depara-se com uma tribuna cheia. O discurso de 23 de Setembro 1974 renova a fórmula dos três “D” – democratização, descolonização e desenvolvimento – imagem de um Portugal «livre, democrático e renovado»⁵³.

Os acontecimentos entre Abril e Setembro de 1974 projectam uma nova imagem de Portugal no plano internacional. Porém, a queda de Spínola em Setembro não só terminaria definitivamente com os sonhos de uma comunidade federativa, como agrava apreensões ocidentais de uma Lisboa comunista⁵⁴.

Em Washington, vive-se o trauma e a divisão decorrentes da derrota no Vietname e do escândalo *Watergate*. Não só os norte-americanos são forçados a confrontarem-se com as limitações do seu excepcionalismo e padrões morais, como é evidente a falta de sintonia com a revolução portuguesa. Durante a presidência de John F. Kennedy os EUA haviam delineado o Plano Ball como uma possível solução para a descolonização portuguesa. Já com Lyndon B. Johnson na Casa Branca seria apresentado o Plano Anderson, mas a partir de 1962 que a negociação de facilidades nas Lajes arrefece progressivamente o ímpeto dos Estados Unidos para reformar a política ultramarina portuguesa. Já com Richard Nixon na Casa Branca e Henry Kissinger no Departamento de Estado, Washington adopta uma postura pragmática que beneficia os interesses portugueses. Em 1974 concentra sobretudo em garantir a permanência de Lisboa na esfera de influência ocidental e a contenção da ameaça comunista assume prioridade ao acompanhamento da descolonização⁵⁵.

⁵³ Mário Soares (1976), pp. 26, 61 e 71, (2002a), pp. 5-6 e (2008), pp. 40-41, Maria João Avillez (1996a), p. 315 e José Medeiros Ferreira (2004), p. 144.

⁵⁴ Maria João Avillez (1996a), p. 348, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 206-207 e Pedro Aires Oliveira (2009), p. 64.

⁵⁵ Henry Kissinger (1996), pp. 539-612, José Calvet de Magalhães (1996), António Costa Pinto (2001), pp. 16-19 e 27-33, Pedro Aires Oliveira (2002), p. 101, José Medeiros Ferreira (2004), p. 152, Kenneth Maxell (2005), pp. 5-11 e Luís Nuno Rodrigues (2006a), pp. 82-87 e (2006b), pp. 89-112.

No dia 21 de Junho de 1974, o novo Portugal democrático participa pela primeira vez numa Cimeira Ministerial da OTAN. Em Otava, Mário Soares reafirma o compromisso português com a Aliança Atlântica, expondo que «um Portugal livre e progressivo (...) fiel aos valores (...) comuns, traduzia afinal, muito melhor (...) garantia de uma fecunda colaboração e de um bom entendimento»⁵⁶.

Não obstante, as evoluções da política interna, juntamente com os contextos mediterrânicos, induzem Kissinger a temer pela estabilidade do Flanco Sul da OTAN. Este receio do esboroar dos interesses norte-americanos na Europa Ocidental, leva o secretário de Estado norte-americano a colocar a hipótese de considerar Portugal um caso perdido para o Ocidente. Em resposta à inclusão de elementos do Partido Comunista Português (PCP) e de outros suspeitos de orientação pró-Moscovo nos governos provisórios, Portugal é alvo de variadas pressões, chegando inclusive a auto-excluir-se do Grupo de Planeamento Nuclear da OTAN. Acresce uma sucessão de episódios, como as declarações de Otelo de Saraiva sobre o embaixador norte-americano Frank Carlucci, o 11 de Março, o caso *República*, o debate sindical, o Verão Quente de 1975 que ajudam a comprometer definitivamente o prestígio internacional do MFA e a aumentar incertezas sobre Lisboa⁵⁷.

«Portugal esteve à beira da Guerra Civil no chamado PREC (Período Revolucionário em Curso) de 28 de Setembro de 1974 e 25 de Novembro de 1975». Ao avanço de forças comunista junta-se o perigo de uma reacção da extrema-direita⁵⁸.

Este é, no entanto, um momento marcado por evoluções na própria dinâmica da Guerra Fria. A década de 1970 assiste à afirmação económica e política europeia, japonesa e chinesa. O novo peso das Comunidades Europeias favorece uma redistribuição de poder no mundo bipolar e o clima de desanuviamento e aproximação marcado pela *détente* e pela *ostpolitik* consubstancia-se em 1975 na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE). O encontro de Helsínquia centra-se em questões de segurança, economia e direitos do homem. Entre outros aspectos, a CSCE consagra o mapa europeu e abre caminho à ascensão do discurso dos direitos humanos⁵⁹.

Ao longo deste período os líderes europeus defendem a importância de apoiar as forças moderadas em Portugal. Às vozes de Willy Brandt, Helmut Schmidt, Harold Wilson,

⁵⁶ Maria João Avelaz (1996a), p. 348.

⁵⁷ Bernardino Gomes *et. al.* (2008), pp. 101-108 e Pedro Aires Oliveira (2009).

⁵⁸ Mário Soares (1976), pp. 161-173 e (2008), p. 41.

⁵⁹ Marcello Duarte Mathias (1987), p. 67, Henry Kissinger (1996), pp. 640-665, José Cutileiro (2003), pp. 41-42, Carlos Gaspar (2005a), p. 3, Adriano Moreira (2007b), pp. 135-151, John Lewis Gaddis (2007), pp. 159 e 185-198 e António José Telo (2008), pp. 147-151.

James Callaghan, François Mitterrand, Olof Palme associam-se os esforços do embaixador Carlucci, acabando por favorecer uma mudança de posição em Washington. No seguimento da CSCE, o acerto de posições ocidentais permite coordenar mecanismos sustentadores das forças democráticas. Portugal e os partidos democráticos recebem apoio financeiro e político, ficando a ajuda correlacionada com a defesa do pluralismo político, do Estado de direito e dos direitos humanos. Ainda em Helsínquia, é igualmente assumida uma posição de força para que Moscovo não se envolva em Portugal. A democratização portuguesa beneficia de um apoio das democracias ocidentais que não é de desprezar e lança a “terceira vaga das revoluções democráticas”⁶⁰.

IV. 1. 1. A “Descolonização Exemplar”

Em simultâneo com a tentativa de normalização interna, Lisboa inicia de imediato os planos para a descolonização. Marcado por clivagens internas, o processo de descolonização define-se entre Junho e Setembro de 1974. Em termos práticos, as divergentes visões para a política externa defendidas em Lisboa resultam em dois caminhos alternativos para os territórios ultramarinos. Seguindo a proposta federativa, os spinolistas defendem que a autodeterminação não se traduz forçosamente em independência, defendendo uma Federação Lusitana. Por seu turno, melo-antunistas e gonçalvistas congregam-se no entendimento que advoga a imediata transferência de poderes para os movimentos de libertação, promovendo a independência das colónias. A cisão fica marcada ainda na redacção do Programa do MFA⁶¹.

Movido «mais [pelo] patriotismo do que [pela] lucidez», Spínola recusa-se a admitir uma imediata separação das colónias e até à publicação da Lei n.º 7/74 perdem-se três meses «fatais (...) de envenenamento das expectativas (...) e [de] guerra». Este período acompanha a «contínua e acelerada corrosão do moral» das Forças Armadas, cuja «exaustão neuropsicológica» favorece ultimatos de regresso a casa, expressos no slogan “nem mais um soldado para o Ultramar”, e chega mesmo a cooperar com forças contrárias⁶².

A vontade do MFA acaba por sobressair e a 27 de Julho de 1974, o Conselho de Estado aprova a Lei n.º 7/74, que estabelece o quadro legal para a descolonização. O

⁶⁰ Samuel Huntington (1993b), Kenneth Maxwell (1999), p. 201, José Medeiros Ferreira (2004), Carlos Gaspar (2005a), Pedro Aires Oliveira (2007), António José Telo (2008), pp. 147-151 e 201-204 e Bernardino Gomes *et. al.* (2008). Para uma leitura do papel da RDA, ver Tilo Wagner (2006).

⁶¹ Mário Soares (1976), pp. 35-49, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 169-173, Nuno Severiano Teixeira (2004), p. 9 e António José Telo (2008), pp. 151-188.

⁶² Almeida Santos (2006a), pp. 225-243 e 323-350.

diploma reconhece o «direito dos povos à autodeterminação, com todas as consequências, incluindo a aceitação da independência». Ilustrativo do clima em Lisboa, este diploma suscita a polémica de ter sido conduzido à revelia do presidente da República e do ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos⁶³.

A 3 de Agosto, Lisboa remete a Kurt Waldheim, um memorando que afirma o compromisso português com a descolonização e manifesta total abertura para cooperar com as NU no processo. Esta posição seria saudada na AGNU, em Dezembro de 1974. Porém, Almeida Santos assinalaria que a partir do comunicado conjunto do Governo português e das Nações Unidas, de 4 de Agosto, começariam as «pressões internacionais na dinâmica da descolonização». Portugal seria intimado a acelerar processos, sem encontrar apoios ou garantias que impedissem que a independência dos «territórios não auto-suficientes» se traduzisse na «liberdade de passarem fome». Na óptica de Almeida Santos, «[i]nfelizmente, a ONU e as suas comissões especializadas, convivem melhor com os princípios do que com as obrigações». Para Adriano Moreira, a «febre descolonizadora» das NU acaba por privilegiar interesses políticos em detrimento do direito internacional, ao desconsiderar quer o estádio dos povos, quer relegando o regime e sistema de Tutela⁶⁴.

Em termos efectivos, a descolonização arranca com os territórios africanos a assumirem claro destaque. A 16 de Maio de 1974, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, encontra-se em Dakar com o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, para iniciar as negociações referentes à Guiné-Bissau. Os acordos finais de transferência de autonomia são firmados a 26 de Agosto de 1974 em Argel. Bissau, que precipitara o afastamento entre Caetano e Spínola e representa a colónia menos valiosa, é a pedra de toque da desagregação do império. Segue-se o encontro de 5 de Junho com representantes da FRELIMO que enceta uma negociação moçambicana que se conclui em Setembro com o acordo de Lusaca. Todo este processo é marcado pela instabilidade governativa, pela indisciplina militar e pela internacionalização dos conflitos africanos. O desmoronamento da disciplina militar amputa o braço armado do Estado português para qualquer processo negocial. Incapaz de lidar com o cenário, gorado o auxílio norte-americano e inclinado o processo em Angola, Spínola resigna. O general Francisco da Costa Gomes assume a

⁶³ José Manuel Barroso (1995), pp. 87-89, Norrie MacQuenn (1998), pp. 117-123, Miguel Galvão Teles (1999), pp. 588-589, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 183-185, José Medeiros Ferreira (2004), p. 145 e Almeida Santos (2006a), pp. 263-274. OUA: Organização da Unidade Africana, actual União Africana (UA).

⁶⁴ Adriano Moreira (1977a), pp. 79, 90 e 123-139, Heike Krieger (1997), p. 34, Miguel Galvão Teles (1999), pp. 588-589 e Almeida Santos (2006a), pp. 318-323. Sobre o Regime Internacional de Tutela, ver Miguel Galvão Teles (1999), pp. 614-616, Nações Unidas (2008), pp. 295-303 e Maria do Céu Pinto (2010), p. 45.

Presidência a 30 de Setembro de 1974, mas a queda dos spinolistas termina o sonho federativo e clarifica o caminho a seguir na descolonização⁶⁵.

Até 1975, Portugal define a transferência de poderes. A Guiné-Bissau torna-se independente em 10 de Setembro de 1974. Seguem-se em 1975 Moçambique (25 de Junho), Cabo Verde (5 de Julho), São Tomé e Príncipe (12 de Julho) e Angola (11 de Novembro). Anteriormente, em 17 de Abril de 1974, Portugal reconheceu a soberania da República da Índia sobre Goa, Damão e Diu. Na condução das negociações destacam-se três figuras: Mário Soares, Melo Antunes e Almeida Santos. Mário Soares, líder fundador do PS, assume a pasta dos Negócios Estrangeiros nos I, II e III governos provisórios, não participando na negociação formal de São Tomé e Príncipe. Melo Antunes, fundador do MFA, assume o cargo de ministro sem Pasta nos II e III governos provisórios e lidera os Negócios Estrangeiros no IV e VI, não participando nas negociações formais da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, mas destacando-se nos processos angolano e moçambicano. Almeida Santos participa como ministro da Coordenação Interterritorial dos quatro primeiros executivos em todas as rondas negociais⁶⁶.

A descolonização é influenciada por divergências, indefinições e atropelos na política externa. No caso de Angola, o 11 de Novembro de 1975 despoleta uma previsível guerra fratricida que se arrastaria por décadas. A confluência de interesses reúne em Luanda actores norte-americanos, sul-africanos, zambianos, zairenses, cubanos, soviéticos, e chineses. Ao reconhecer a independência apenas em Fevereiro de 1976, Lisboa consegue ser a octogésima segunda capital a fazê-lo. No plano interno também o clima palaciano em Lisboa deixa em evidência o desnorte numa série de episódios rocambolescos. Três anos mais tarde, António José de Saraiva recordaria a descolonização como «a maior vergonha nacional de que há memória desde Alcácer Quibir». Também Adriano Moreira se mostraria crítico do que considera ser a «diplomacia de doação» de Lisboa. A discussão que rodeia o processo de descolonização não deixa de espelhar condicionalismos e capacidades das autoridades portuguesas para conduzir o rumo dos acontecimentos⁶⁷.

⁶⁵ Adriano Moreira (1977b), p. 42, Norrie MacQuenn (1998), pp. 129-142, Pedro Pizarat Correia (1999), p. 141, Kenneth Maxwell (2005), pp. 14-16, Almeida Santos (2006a), pp. 242-243, 290-292 e 357 e (2006b), pp. 7-53, António José Telo (2008), pp. 151-152, Bernardino Gomes *et. al.* (2008), pp. 52-62 e 72-84 e Mário Soares (2008), p. 40. PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique.

⁶⁶ Pedro Pizarat Correia (1999), p. 203, António Costa Pinto (2001), pp. 67-79 e Almeida Santos (2006b).

⁶⁷ Mário Soares (1976), p. 41, Adriano Moreira (1977a), pp. 123-139 e (1977b), p. 69, António José de Saraiva (1980), p. 235, José Manuel Barroso (1995), pp. 83-85, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 178-183 e 211-212, Nuno Severiano Teixeira (2004), p. 9, Fernando Andersen Guimarães (2006), Kenneth Maxwell (2006) e António José Telo (2008), pp. 161-179.

O 25 de Novembro de 1975 clarifica a correlação de forças em Portugal, mas a transição democrática só se conclui com a tomada de posse do presidente da República Ramalho Eanes, em 14 de Julho de 1976, e da Assembleia da República e do I Governo Constitucional, em 23 de Setembro. No espaço de dois anos Lisboa cortara com uma ditadura de meio século; lidara com a transição democrática; com a descolonização de um vasto império; com a «sequência degenerativa do tecido militar»; com o acolhimento e integração de mais de meio milhão de retornados; com uma grave crise económico-financeira; e com a aposta na opção continental, assente no projecto de integração europeia e que a partir de 1976 se assume como a prioridade em termos de política externa⁶⁸.

Ainda em tempo de rescaldo, Mário Soares refere que a descolonização portuguesa fora «rápida e pacífica» e tentara defender os «interesses portugueses» apesar de executada «nas piores condições». «Apesar de tudo, nas suas linhas gerais, a descolonização foi um incontestável sucesso». Posteriormente, Almeida Santos descreveria a descolonização como um «“sismo” que tanto abalou consciências e vidas», mas advertiria que «não houve descolonizações perfeitas», sendo a portuguesa a possível e de modo algum uma tragédia. Para o historiador britânico Norrie MacQueen, «por mais borrascosas que fossem, como incontestavelmente foram, as negociações de descolonização e os acordos subsequentes também foram, de maneira geral, os únicos possíveis entre Portugueses, Africanos e as realidades globais de 1974 e 1975»⁶⁹.

No seguimento da “descolonização exemplar”, Portugal lança ainda em 1975 «as suas primeiras estruturas de “cooperação para o desenvolvimento”». Progressivamente, a assistência técnica ao nível da educação, saúde e administração pública conduzida pelo Gabinete Coordenador para a Cooperação, favorece laços de solidariedade e aproximação aos Governos de Bissau, Praia, São Tomé e Maputo. Contudo, o relacionamento com as ex-colónias levaria o seu tempo a fermentar⁷⁰.

Do projecto de dismantelamento do vasto império sobram apenas dois casos: Macau e Timor. Em Macau, a falta de canais diplomáticos com a República Popular da China bloqueiam a situação. Mário Soares referiria que a incapacidade para estabelecer canais diplomáticos com Pequim se devera à desconfiança chinesa de uma eventual influência moscovita na transição portuguesa. Contudo, a RPC enfrenta também um

⁶⁸ Kenneth Maxwell (1999), Almeida Santos (2006a), pp. 323-350 e 552-555, António José Telo (2007) e Carlos Jalali (2007), pp. 55-77.

⁶⁹ Mário Soares (1976), pp. 39-43, Norrie MacQueen (1998), p. 261, Almeida Santos (2006a), pp. 9-12 e (2006b), pp. 431-450 e António José Telo (2008), p. 269.

⁷⁰ José Mattos Pereira (1979), *Política Internacional* (1990), p. 80, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 207-219 e Norrie MacQueen (2003).

processo de sucessão interna que concentra atenções. A transferência do território administrado pelos portugueses é assim assumida como um assunto interno chinês, ficando dependente da agenda de Pequim. Já em Timor, a inexistência de movimentos independentistas ou elites preparadas para assumir o destino do território que condiciona à partida as opções⁷¹.

IV. 1. 2. O Corpo Diplomático na Revolução

Numa breve alusão ao corpo diplomático português, o 25 de Abril foi acolhido com alguma inquietação e ansiedade no Palácio das Necessidades. No espaço de sessenta e quatro anos, Portugal vivia a terceira mudança de regime, sendo que tanto o republicanismo como o Estado Novo haviam abalado a estrutura e orientações deste corpo composto maioritariamente por uma elite conservadora⁷².

Ao tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares promove um discurso apaziguador, aludindo ao início de «uma política externa que se situava nos antípodas da que fora praticada pelo antigo regime», fiel às alianças tradicionais e sem saneamentos. Durante a sua estadia à frente do MNE, Mário Soares opta pela “táctica da ilha”. O ministro cria uma equipa da sua confiança composta por Mário Sá Machado, Bernardino Gomes e Vítor da Cunha Rego, seu chefe de gabinete, para conduzir a agenda externa. O embaixador Calvet de Magalhães é mantido no cargo de secretário-geral para gerir os assuntos correntes do Ministério. As prioridades em Maio de 1974 incidem na aceitação da “Revolução dos Cravos” por parte dos regimes espanhol e sul-africano; no início do processo de descolonização; na expansão das relações diplomáticas de Portugal; na reafirmação dos compromissos nacionais perante os aliados; e no estabelecimento de uma orientação política coerente que projectasse um «Portugal democrático, aberto e progressista». Porém, tal como os demais ministérios, o MNE é fortemente tutelado quer pelas actuações dos primeiros chefes de Estados, Spínola e Costa Gomes, quer pela Comissão Coordenadora do MFA. Estas interferências limitam a independência dos governos provisórios e a própria capacidade de actuação do Ministério. Fruto dos protagonismos em disputa – governantes, MFA, partidos políticos – e das consequentes diplomacias paralelas, o corpo diplomático «estava paralisado». Com o evoluir da transição democrática, e seguindo as pressões comunistas, o V Governo Provisório chega a formar

⁷¹ Mário Soares (1976), p. 71, Fernando Lima (1999), António José Telo (2008), pp. 229-232 e Moisés Silva Fernandes (2008).

⁷² Maria João Avelaz (1996a), p. 341 e Pedro Aires Oliveira (2006).

uma comissão de saneamento, que não produz efeitos práticos. Ao longo de todo este período, apenas um embaixador coloca o posto à disposição – José Hermano Saraiva, representante de nomeação política em Brasília. Destaque ainda para a gradual chamada dos embaixadores para consultas em Lisboa, dando início a uma rotatividade dos postos. A exceção acontece com o representante português em Washington, na tentativa de passar um tranquilizador gesto de continuidade. O 25 de Abril abre a carreira diplomática às mulheres e expande o número de representações portuguesas, aumentando quer o número de operacionais, quer de “embaixadores políticos”. Entre 1974-1979, Portugal passa de duzentos e trinta e um diplomatas, em que onze são embaixadores e apenas dois destes de nomeação política (15%), para duzentos e noventa operacionais, com trinta e três embaixadores, sendo doze de nomeação política (36%). As seis missões diplomáticas junto de organismos internacionais e sessenta e oito junto de governos, crescem para onze e cento e catorze respectivamente. No total, as setenta e quatro legações evoluem para cento e vinte e cinco, revelando a abertura de Portugal ao mundo⁷³.

⁷³ João Hall Themido (1995), Maria João Avillez (1996a), p. 341, Mário Soares (2002a), pp. 3-4 e (2008), pp. 39-40 e António José Telo (1999), pp. 235-237 e 243 e (2008), pp. 188-190.

IV. 2. TIMOR: UM TERRITÓRIO NOS ANTÍPODAS

Timor-Leste é um território do sudeste asiático – Oceânia, formado pela parte oriental da ilha de Timor, o enclave de Oecusse na zona ocidental, pela ilha de Ataúro e ilhéu de Jaco. Localizado entre a Indonésia e a Austrália, as suas fronteiras datam do *Tratado de demarcação e troca de algumas possessões portuguesas e neerlandesas no arquipélago de Solor e Timor*, assinado em 1859 e selado pela sentença de 1914 do Tribunal Permanente de Arbitragem. A população autóctone combina influências melanésias e papuas, que a demarca étnica e culturalmente dos povos asiático-malaios do império javanês. A presença portuguesa acentuaria esta singularidade identitária. Junto com Macau, Timor representa em 1974 os resquícios do império português no Oriente⁷⁴.

Os navios portugueses aportam em Timor por volta de 1515, deparando-se com um território já dividido em dois reinos: o dos Belos na parte oriental da ilha e o de Servião na parte ocidental. Na segunda metade do séc. XVI funda-se uma presença permanente e em 1702 estabelece-se em Oecussi o primeiro governador português, António Coelho Guerreiro. A capital é transferida para Díli, na zona dos Belos, pelo governador António Teles Menezes em 1769, no seguimento do avanço holandês por Timor ocidental. Em 1910 é vencida a última grande revolta contra o domínio português. De resto, sendo recorrentes as reacções a abusos ou omissões das autoridades, os motins da população nativa devem-se na sua maioria à instigação de terceiros. O persistente atraso e precariedade económica de Timor em 1930 está visível no discurso do governador Teófilo Duarte, que expõe a colónia como «um sorvedouro insaciável de dinheiro, um cancro enquistado, ora nos orçamentos de Macau, ora nos orçamentos da Metrópole», mantendo-se «sem nenhuma das manifestações de progresso, tanto económico como social». Porém, com o Estado Novo, Díli assume-se um destino privilegiado para deportados políticos⁷⁵.

No decurso das operações no teatro do Pacífico durante a II Guerra Mundial, Timor português é ocupado por um combinado australiano-holandês em 17 de Dezembro de 1941. Esta decisão unilateral desrespeita a neutralidade de Lisboa e origina uma reacção japonesa, que invade a ilha de 19 para 20 de Fevereiro de 1942. Segue-se uma campanha de

⁷⁴ Adriano Moreira (1977a), pp. 12-20, Jill Jolliffe (1989), pp. 13-15, José Ramos Horta (1994), pp. 65-74, Luís Filipe Thomaz (1994), pp. 591-603, Mário Lemos Pires (1994), pp. 22-27, Xanana Gusmão (1994), pp. 53-55, Heike Krieger (1997), pp. xix e 1-17, Geoffrey Gunn (1999), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 569-573 e Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 21-26.

⁷⁵ Teófilo Duarte (1930), p. 22, visto em Fernando Lima (2002), pp. 13-14, Adriano Moreira (1977a), pp. 19-20 e 128, Jill Jolliffe (1989), pp. 18-19, Luís Filipe Thomaz (1994), pp. 637-665 e Miguel Galvão Teles (1999), pp. 582-587.

guerrilha apoiada por locais que origina avultadas baixas nipónicas (duas mil contra quarenta australianas) e leva Tóquio a dispersar recursos das restantes frentes, favorecendo a vitória Aliada de 2 de Setembro de 1945. No entanto, os três anos de ocupação acarretam elevados custos humanos, estimando-se entre quarenta e setenta mil mortes civis em Díli. Este momento é ainda acompanhado pela batalha diplomática desde Lisboa na tentativa de garantir a integridade de Macau e a restituição de Timor. A recuperação da soberania portuguesa em Díli é acordada por Lisboa–Washington–Londres entre as contrapartidas das facilidades cedidas nos Açores. Ultrapassadas as tentativas australianas para adiar o processo, o retorno da administração portuguesa verifica-se em Setembro de 1945, com o desembarque de contingentes militares e administrativo a ser saudado pela população. De resto, são os timorenses que logo em Agosto repõem a autoridade portuguesa, ilustrando a inexistente vontade emancipalista⁷⁶.

Após o conflito vão soando alarmes em Lisboa. Independente em 1949, a República da Indonésia organiza seis anos depois a Conferência de Bandung – uma bandeira do Terceiro Mundo. Porém, o discurso anticolonialista Ahmed Sukarno opõe-se ao expansionismo demonstrado na anexação da Nova Guiné Ocidental e no diferendo com a Malásia. Timor português insere-se geograficamente na lógica de afirmação indonésia enquanto potência asiática e tanto em Lisboa como noutras capitais faz-se a leitura de que uma eventual desligação do território levaria à sua absorção por Jacarta. É neste clima de crescente agitação que começam a surgir problemas no ultramar, crescem as pressões anticolonialistas nas NU e se adensam os interesses regionais. No seguimento dos acontecimentos na Índia, a imprensa internacional questiona se Timor seria uma segunda Goa. Franco Nogueira, então ministro dos Negócios Estrangeiros, propõe a Salazar o diálogo com Jacarta sobre a transferência de poder, mas a opção é prontamente negada. Apenas após a chegada de Hadji Suharto ao poder se normalizam as relações bilaterais⁷⁷.

A integridade de Timor português chega assim intacta a 1974, mas a “Revolução dos Cravos” apanha desprevenido um território subdesenvolvido e sem pretensões separatistas. O atraso económico em Díli – imagem recorrente do império e na metrópole – reflecte-se na ausência de elites e ajuda a explicar receios com o cenário de independência. Xanana Gusmão apontaria que a «elite timorense não era elite, mas um

⁷⁶ Adriano Moreira (1977a), pp. 20 e 129, Geoffrey Gunn (1999), p. 262, Fernando Lima (2002), pp. 15 e 31-62, Filipe Ramires (2006) e Pedro Aires Oliveira (2007), pp. 134-138.

⁷⁷ Marcello Duarte Mathias (1987), p. 62, Adriano Moreira (1999), pp. 22-54, Fernando Lima (2002), pp. 18, 22, 71-126 e 143-172, Moisés Silva Fernandes (2006), John Lewis Gaddis (2007), pp. 131-134 e Fernando Augusto Figueiredo (2009).

amontoado de funcionários». Por outro lado, Almeida Santos realçaria que ao promover uma colonização administrativa em detrimento da civilizadora, os portugueses não chocaram com as culturas locais e compensaram o subdesenvolvimento com a liberdade concedida no território. Ainda assim, este clima de «calma e abandono», não reflecte um maior atraso de Díli, relativamente à realidade em Kupang⁷⁸.

IV. 2. 1. Um Jogo de Interesses e Desinteresses

Apesar do manifesto desejo em proceder à descolonização timorense, as condições em Lisboa e o crónico alheamento da realidade local juntam-se à instabilidade em Díli, aos interesses regionais e aos efeitos colaterais da competição Leste-Oeste para comprometer o seu sucesso⁷⁹.

Do lado português, desde Abril de 1974 que a prioridade está focada na transição democrática e na descolonização das colónias em guerra. A urgência de soluções ajuda à formação de um I Governo Provisório composto por uma «manta de retalhos ideológicos», onde o voluntarismo compensa a falta de experiência governativa. Contudo, a carga política e as ingerências da Presidência da República e do MFA levam os sucessivos Executivos a «fugir da solução do problema ultramarino como o diabo foge da cruz». Enquanto titular dos Negócios Estrangeiros, Soares não se envolve no processo timorense, imiscuindo-se de «qualquer responsabilidade, directa ou indirecta». Ressalva que «em Portugal se viviam dias de extrema tensão, decisivos para o futuro da democracia portuguesa, e a maior parte dos políticos estavam mobilizados noutros combates». O ónus recai no Ministério da Coordenação Interterritorial, que substitui o Ministério do Ultramar e passa da administração das colónias para a sua descolonização. O ministro, Almeida Santos, deseja um processo rápido e pragmático, concedendo que o novo regime não se pode enredar na desculpa «típica do salazarismo, de adiarmos a montagem do esquema autodeterminativo com base na imaturidade ou na impreparação daqueles a quem se dirige». Porém, depara-se com a originalidade de um projecto que o força recorrentemente a «desenrascar (...) situações de facto», enquanto desmonta um ministério sem futuro. Um trabalho em «ritmo de febre»⁸⁰.

⁷⁸ Adriano Moreira (1977a), pp. 13-14, Luís Filipe Thomaz (1994), pp. 673-723, Mário Lemos Pires (1994), pp. 22-23 e 31-35, José Ramos Horta (1994) pp. 65-74, Xanana Gusmão (1994), p. 11, Geoffrey Gunn (1999), p. 243, Almeida Santos (2006b), p. 301 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 67.

⁷⁹ Mário Lemos Pires (1994), pp. 25-27, Pedro Pizarat Correia (1999), pp. 216-220 e Almeida Santos (2006b), p. 309.

⁸⁰ Maria João Avillez (1996b), pp. 137-139 e Almeida Santos (2006a), pp. 227-241.

Em 13 de Maio de 1974, é publicado em Díli o Despacho do Governador n.º 15/74. O documento abre caminho à criação de uma *Comissão para a Autodeterminação de Timor* e à constituição de partidos políticos. Fernando Alves Aldeia, governador, prevê realizar uma consulta popular no prazo de um ano sobre as três opções em aberto: autonomia com ligação a Portugal, independência ou integração na Indonésia. Dois dias depois sai em Lisboa o Decreto-Lei n.º 203/74, que estabelece o princípio de autodeterminação. Primando pela paz que se vive em Díli em Abril de 1974, o *dossier* timorense aponta para um esquema autodeterminativo a longo prazo. Portugal compromete-se com o plebiscito, desencadeia medidas sustentadoras da maturidade timorense e tenta incluir Jacarta e Camberra num processo iminentemente político⁸¹.

Antecipando-se ao governador, a União Democrática Timorense (UDT) surge a 11 de Maio. Liderada por Francisco Lopes da Cruz, Mário Carrascalão, João Carrascalão, Domingos Oliveira e César Augusto Mouzinho, a UDT defende a ligação a Lisboa com um regime de autonomia. É inicialmente tido como o partido mais forte, mas vai perdendo fôlego devido aos rumores de associação ao antigo regime, pelo atraso em reclamar a independência e devido à falta de legitimidade popular. Em 20 de Maio é anunciada a criação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT), que evolui para Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN). Conta com Francisco Xavier Amaral, Nicolau Lobato, Rogério Lobato, Justino Mota, José Ramos Horta e Mari Alkatiri. Xanana Gusmão manifestar-se-ia simpatizante. O partido pró-independentista tenta afirmar-se como a consciência patriótica do povo maubere e apresenta um programa considerado reformista de esquerda. Aposta na alfabetização, na reforma agrária e no desenvolvimento social. Em termos externos, dá primazia às relações regionais e procura estabelecer contactos com os movimentos nacionalistas das colónias africanas portuguesas. No entanto, seria vítima de posições extremadas e cisões à medida que o período revolucionário avança, deixando-se impregnar por «chavões do dogmatismo maoísta» da «facção dos revolucionários da violência». Sete dias depois surge a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI). Contando com o patrocínio de Jacarta, o partido alega a debilidade política e económica de Timor para defender a integração na Indonésia. O seu líder, Arnaldo dos Reis Araújo, fora colaborador nipónico durante a II Guerra Mundial e opõe-se ao colonialismo europeu. Porém, é do consulado indonésio que surge a orientação política deste partido com residual apoio popular. Ainda em 1974 surgem mais

⁸¹ José Ramos Horta (1994), pp. 83-113, Mário Lemos Pires (1994), pp. 37-44, Fernando Lima (2002), pp. 181-200 e 338-340, Moisés Silva Fernandes (2007), p. 92 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 68.

dois movimentos, o *Klibur Oan Timor Aswain* (KOTA) – defensor da autoridade tradicional dos régulos – e o Partido Trabalhista (PT), mas ambos são inexpressivos⁸².

As divergências acentuam-se desde a primeira hora. Os partidos polarizam as três soluções para a autodeterminação, negam-se a consensos e fomentam rivalidades. Mário Lemos Pires criticaria a inaptidão e ingenuidade dos movimentos, mas recordaria que estes resultam da pressão descolonizadora portuguesa e não de uma genuína vontade emancipalista. Questionaria também quais as probabilidades de um outro rumo, dado «o confuso, controverso, quase anárquico nascimento, crescimento e vivência dos partidos políticos em Portugal, a seguir ao 25 de Abril, com todo o seu rosário de imaturidade, contradições, irrealismo, demagogia e oportunismos»⁸³.

A publicação da Lei n.º 7/74 em Julho avança o processo de descolonização, mas o contexto timorense impede uma mera cópia dos processos africanos de transferência de poder. Às reservas da UDT acresce a posição da APODETI que força a inclusão de terceiros. A premência de soluções para as colónias africanas, onde a diplomacia portuguesa trabalha «sob o fundo musical do troar dos canhões», ajudaria a apartar atenções de Timor. Segue-se em Setembro a resignação de Spínola, que praticamente termina as ambições de uma futura associação a Portugal⁸⁴.

Entretanto, desde Maio que se procedem consultas com Jacarta. O primeiro contacto ocorre no dia 10, com a *démarche* do embaixador indonésio em Bruxelas, Frans Seda, ao Palácio das Necessidades. O diplomata afirma que Jacarta não alimenta pretensões sobre Díli e exulta a oportunidade de autodeterminação timorense, embora alerte para os ecos que a independência pode causar na segurança indonésia. Num segundo encontro, Seda refere que Jacarta poderia adoptar um discurso de abertura à integração devido às posições da APODETI. A leitura em Lisboa é de que a Indonésia tentaria promover a integração sem condicionar as relações com Portugal. A 21 de Setembro é a vez de Mário Soares se avistar em Nova Iorque com o ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik. O primeiro encontro de alto nível entre autoridades portuguesas e indonésias indicia abertura de Lisboa para aceitar a integração, caso seja essa a vontade dos timorenses. Soares expressa ainda o desejo em envolver a Indonésia e a Austrália no processo autodeterminativo. Esta posição segue-se ao encontro de Junho entre Malik e Ramos Horta

⁸² Adriano Moreira (1977a), pp. 22-26, Jill Jolliffe (1989), pp. 25-31, Luís Filipe Thomaz (1994), pp. 603-605, Ramos Horta (1994), pp. 83-113, Xanana Gusmão (1994), pp. 55-56, Pedro Pezarat Correia (1999), p. 220, Fernando Lima (2002), pp. 182-183, Ali Alatas (2006), pp. 3-5 e Moisés Silva Fernandes (2007), p. 92.

⁸³ Mário Lemos Pires (1994), pp. 42-44.

⁸⁴ Mário Lemos Pires (1994), pp. 36-37, Miguel Galvão Teles (1999), pp. 592-593, Pedro Pezarat Correia (1999), p. 220, Fernando Lima (2002), pp. 181-185 e 205-216 e Almeida Santos (2006a), p. 228.

em Jacarta, onde o ministro asseverara o apoio indonésio aos princípios de autodeterminação e o respeito pela independência timorense. Todavia, Guilherme de Sousa Girão, encarregado de negócios português em Jacarta, entende que o posicionamento indonésio se prende à vontade de promover uma imagem anticolonialista e que uma eventual independência constitui um desafio para a Indonésia. Aconselha Lisboa a evitar qualquer vácuo de poder no território que possa induzir à violência⁸⁵.

Em Outubro de 1974 Almeida Santos inicia um périplo pelo Oriente. O ministro é entusiasticamente acolhido em Díli, apesar das reticências que expressara sobre as reais possibilidades de independência timorense. Em entrevista de Agosto ao *Expresso* afirmara que o subdesenvolvimento timorense tornava essa opção «de um irrealismo atroz». Considerara igualmente indesejável que «o saldo do império colonial viesse a ser apenas uma permanência na Indonésia, ocupando metade da ilha de Timor», que comparara a «um transatlântico imóvel, que nos custa muito dinheiro». Durante a visita, Almeida Santos reafirma o compromisso em auscultar e respeitar a vontade dos timorenses, alertando, no entanto, que uma rápida «desvinculação política» poderia acarretar um «neocolonialismo económico». Insta ainda UDT e FRETILIN a uma maior convergência de opiniões. Almeida Santos fica sensibilizado com o que considera serem manifestações de enorme apego a Portugal, todavia parte para Camberra consciente do «caos» administrativo e da imaturidade «que chegava a raiar a ingenuidade» entre os partidos locais⁸⁶.

Em simultâneo chega a Lisboa uma delegação indonésia chefiada pelo general Ali Muertopo. O vice-director do BAKIN – serviços de informação indonésios – assistente especial do presidente Suharto e enviado especial para a questão timorense encontra-se com o presidente Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos, a quem expressa a disponibilidade de Jacarta para apoiar os esforços de autodeterminação, caso haja interesse de Lisboa e em Díli. Não deixa porém de alertar que das três soluções, apenas a ligação a Portugal ou à Indonésia são viáveis. Perante a concordância das autoridades portuguesas, é comunicado a Almeida Santos que se abstenha futuramente de expressar a solução da independência. O ministro cumpre com as

⁸⁵ José Ramos Horta (1994), pp. 133-136, Mário Lemos Pires (1994), pp. 32-33, Maria João Avillez (1996b), p. 137, Fernando Lima (2002), pp. 191-204, Ali Alatas (2006), pp. 1-2 e 5 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 111-112.

⁸⁶ Almeida Santos (2006b), pp. 292-308, admite que errou nas expressões empregues na entrevista ao *Expresso* e reconhece o seu impacto negativo. Também Mário Soares justificaria as expressões «nada temos a ver com Timor» e «Timor é parte da Indonésia» publicadas em 1972 no seu livro *Portugal Amordaçado*. Cf. Maria João Avillez (1996), pp. 137-138. Adriano Moreira (1977a), p. 128, Jill Jolliffe (1989), p. 16 e Mário Lemos Pires (1994), pp. 46-50, são críticos da leitura que Almeida Santos faz da sua estadia em Díli.

directivas. Apesar de ao deixar Díli discursar que a confirmação do desejo timorense em manter a ligação a Portugal seria uma indubitável fonte de orgulho, ao aterrar em Jacarta aponta o irrealismo de uma independência timorense⁸⁷.

Em Camberra, Almeida Santos encontra-se com o primeiro-ministro Gough Whitlam, que lhe assegura o interesse australiano em salvaguardar o equilíbrio regional e o adverte para as sensibilidades indonésias – fiel ao espírito de Bandung, mas fortemente anticomunista. Já em Jacarta, o encontro com o presidente Suharto renova o compromisso com a autodeterminação timorense e a disponibilidade indonésia para integrar os timorenses. São lembrados os riscos do processo para a estabilidade regional. Todo o processo é acompanhado pelos australianos que entendem que ambas as partes se mostram inconscientes da divergência de leituras e têm conhecimento da campanha que os indonésios estão a montar para Timor, mas nada comunicam a Lisboa⁸⁸.

A 3 de Dezembro de 1974, Almeida Santos expõe as principais linhas de força nas NU. Atenta à realidade regional, Lisboa prevê consultar os timorenses dentro de um ano. Todavia alerta que sem «auto-suficiência económica (...) não pode cogitar-se a independência real» e que o «estádio de subdesenvolvimento em que o território se encontra», torna em «fantasia o sonho de uma independência total e imediata»⁸⁹.

Apesar da posição oficial, no início de 1975 assiste-se a um «enviesamento à esquerda» da revolução e a consequente instabilidade governativa aparta novamente atenções de Díli. O *cocktail* que combina ainda a degeneração do tecido militar e o estado depauperado das finanças portuguesas deixa visível que Lisboa não pretende suportar o território *ad aeternum*. Não vendo possível nem desejável continuar a administração timorense e tendo a independência por irrealista, Portugal acaba por credibilizar a integração. O deputado Ângelo Correia apelidaria o processo de “recolonização”⁹⁰.

IV. 2. 2. Posição Indonésia

Jacarta cedo se mostra desfavorável à emancipação timorense. Independente em 1949, a Indonésia é fundadora do Movimento dos Não Alinhados (MNA), voz activa do

⁸⁷ Mário Lemos Pires (1994), pp. 47-50, Almeida Santos (2006b), pp. 299-308 e Ali Alatas (2006), pp. 2-3.

⁸⁸ Fernando Lima (2002), pp. 197-204, Almeida Santos (2006b), pp. 306-308, Ali Alatas (2006), pp. 2-3 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 163-165.

⁸⁹ Almeida Santos (2006b), pp. 316-318.

⁹⁰ Mário Soares (1976), pp. 161-173 e 207-221, Maria João Avelaz (1996b), pp. 13-15, Fernando Lima (2002), p. 184, Carlos Jalali (2007), pp. 73-75, Pedro Aires Oliveira (2007), p. 468, António José Telo (2008), p. 185 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 68.

Terceiro Mundo e representa a maior nação islâmica do mundo. Aos cento e oitenta milhões de habitantes juntam-se vastos recursos naturais e um posicionamento estratégico que a identificam como actor regional de primeira linha. A ascensão da Ordem Nova de Suharto ocorre após o massacre de meio milhão de indonésios durante a purga anticomunista de 1965-1966. Jacarta cessa então a cooperação com Pequim e assume-se um bastião anticomunista, tornando-se num parceiro pró-ocidental de excelência no sudeste asiático. Em 1966 é fundado o *Inter-Governmental Group on Indonesia* (IGGI), que reúne países como os EUA, Japão e Austrália e materializa o apoio ocidental a Suharto com doações anuais superiores aos 450 milhões de USD. Juntamente com a Tailândia, Malásia, Singapura e Filipinas, a Indonésia funda em 1967 a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), consolidando o seu peso regional. Em termos militares, a doutrina Nixon e a retirada norte-americana de Saigão são aproveitadas para reforçar o apoio financeiro e militar que chega dos EUA. É neste ambiente de crescente afirmação que Jacarta recebe as surpreendentes notícias da revolução portuguesa e da descolonização timorense⁹¹.

Jakarta nunca reivindicara oficialmente Timor português, limitando a sua geografia às antigas possessões holandesas – esta fora a posição apresentada nas NU aquando do diferendo sobre a Nova Guiné Ocidental. Os primeiros sinais mostram abertura para com a autodeterminação maubere. Porém, no pano de fundo reacendem-se divergências antigas. Se por um lado as “pombas” defendem a não ingerência nos destinos de Timor, nas Forças Armadas inicia-se um *lobby* no sentido oposto. Desde a sua criação que o Estado indonésio é composto por uma sociedade extremamente dividida. A década de 1950 assistira a tentativas de secessão até ao eclodir da guerra civil em 1958 e levava a Ordem Nova a priorizar a unicidade do Estado. Neste sentido, entre as Forças Armadas surgem alertas sobre a ameaça que a independência timorense representa à coesão nacional, pois pode servir de modelo inspirador ou mesmo santuário aos movimentos separatistas da Nova Guiné Ocidental, Sumatra, Celebes e Molucas do Sul. Os próprios desenvolvimentos em Díli ajudam a construir a imagem de que a FRETILIN é comunista, algo de todo inaceitável às portas da Indonésia. Em simultâneo, também o potencial energético no Mar de Timor se torna um factor em jogo. Apesar de manter a defesa oficial do direito à

⁹¹ Benedit Anderson (1983), Marcello Duarte Mathias (1987), p. 62, José Ramos Horta (1994), p. 245, Mário Lemos Pires (1994), p. 25, Henry Kissinger (1996), pp. 613-639, Noam Chomsky (1998a) pp. 38-40 e 50-58, Adriano Moreira (1999), pp. 22-54, Fernando Lima (2002), pp. 63-70 e 143-172, Brad Simpson (2005), pp. 282-283, John Lewis Gaddis (2007), pp. 131-134 e Robert Cribb (2009), pp. 235-262. A independência é proclamada por Ahmed Sukarno e Mohamed Hatta em 1945, surgindo em 1949 os Estados Unidos da Indonésia, que um ano depois dão lugar à República da Indonésia. Portugal reconhece o novo Estado em 28 de Dezembro de 1949, ciente das implicações para Díli. Kupang integra a Indonésia desde 1949.

autodeterminação – do qual havia beneficiado para aceder à independência –, os interesses de segurança e comerciais começam a desequilibrar a balança⁹².

Cientes do desinteresse ocidental com o destino do território e acreditando que Lisboa favorecia a integração – um desentendimento que se mostraria infeliz –, os indonésios viram-se para Camberra. O apoio australiano junto dos *fora* internacionais é indispensável para consumir a anexação. O beneplácito da Austrália a uma incorporação que garanta a estabilidade regional surge em Setembro de 1974 e confirma a oposição de Suharto à independência timorense. Visto de Jacarta, a inviabilidade económica de Timor compromete a sua independência política e os indonésios passam a explorar receios de uma influência comunista na região. A ingerência soviética ou chinesa em Díli representaria «um espinho no olho da Austrália e um espinho nas costas da Indonésia»⁹³.

Tendo cedido ao “falcões”, Suharto passa a intensificar diligências junto dos EUA. Enquadrando-se no confronto bipolar, a Indonésia explora a tónica da “ameaça vermelha” e do perigo de instalação de uma “Cuba” na região. Jacarta explora os alarmes de uma Lisboa comunista, a internacionalização do conflito angolano e a influência soviética nas ex-colónias portuguesas da África Austral. Apesar do não envolvimento de Pequim, acusa a FRETILIN de servir interesses da RPC e insere as evoluções em Díli na contenda sino-indonésia. De resto, o 25 de Abril fora percebido em Jacarta como uma revolução comunista, sendo a FRETILIN vista como uma ameaça separatista⁹⁴.

A crescente noção de apoio ou não oposição às suas aspirações dão espaço ao regime de Suharto para lançar uma campanha subversiva em Timor. A operação especial é dirigida por Ali Muertopo e procura extremar desentendimentos entre os jovens partidos timorenses. Jacarta consolidara desde a independência a escola de *Konfrontasi*, que alia meios militares e diplomáticos para forjar cenários de crise que justifiquem a sua intervenção directa. Esta táctica fora já ensaiada em Timor durante a década de 1960. Constatando a preferência timorense pela independência, os indonésios recuperam o seu clássico *modus operandi* e desencadeiam a *Operasi Komodo* (Operação Dragão de Komodo). O discurso oficial mantém o respeito pelo direito de autodeterminação dos povos, mas visa apenas

⁹² Benedict Anderson (1983), pp. 482-494, Jill Jolliffe (1989), pp. 51-53, José Ramos Horta (1994), p. 107, Heike Krieger (1997), p. 27, Fernando Lima (2002), pp. 18-22 e 68-69, Brad Simpson (2005), p. 284 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 97-99.

⁹³ Fernando Lima (2002), pp. 17, 187-197 e 208, Brad Simpson (2005), Ali Alatas (2006), p. 3, Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 99-102 e Fernando Augusto Figueiredo (2009), p. 165.

⁹⁴ Mário Lemos Pires (1994), pp. 25-27, Akihisa Matsuno (1998b), Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 39, Brad Simpson (2005), pp. 284-291 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 102-115. Sobre a contenda sino-indonésia, ver Fernando Lima (2002), pp. 156-172.

encapotar as manobras em curso e impedir a imagem expansionista do passado recente. Em Dezembro de 1974, Malik expressa em Nova Iorque que a independência é inviável face ao atraso timorense, restam como soluções a tutela portuguesa – que se traduz numa forma de neocolonialismo – ou indonésia. Ao mesmo tempo a APODETI sobe o tom das intervenções, sendo acompanhada por emissões incendiárias da Rádio Kupang desde Timor ocidental. Em Fevereiro de 1975, Jacarta intensifica a propaganda junto da imprensa internacional e em Março é a vez de Malik advertir que Jacarta não permitiria que a situação entrasse numa «fase perigosa». O recurso à força é uma solução em aberto para defender os interesses indonésios desde 1974, já que o tempo se encarregaria de diluir o assunto. Na Primavera de 1975 os acontecimentos em Timor estão internacionalizados e no Verão intensifica-se a campanha diplomática para garantir a anuência à anexação⁹⁵.

IV. 2. 3. Posição Australiana

Antiga colónia britânica, Camberra assume uma identidade democrática e ocidental. Esta percepção de serem «europeus na Ásia» ajuda a fundar uma política segregacionista no início do séc. XX e alimentaria até 1970 os receios da “Austrália branca” relativamente a uma invasão asiática. Saída da II Guerra Mundial com a imagem de potência regional, a Austrália confirma a relevância de Timor português enquanto base de defesa avançada, oferecendo-se, sem êxito, para arrendar o território a Lisboa. A incompatibilidade que este episódio gera levaria à recusa australiana em abrir uma Embaixada em Portugal até 1969. Ao longo da década de 1950 a prioridade australiana passa do conceito de defesa próxima para a projecção regional. Esta mudança acompanha a visão de segurança regional norte-americana e prende-se com a necessidade de promover um sistema mais compreensivo capaz de responder aos reequilíbrios de poder provocados pela Guerra da Coreia e o início dos conflitos na Indochina. Já na década de 1960 Camberra junta-se à defesa da autodeterminação dos povos e é eleita para o Comité dos 24. Este momento assiste às tentativas do primeiro-ministro Robert Menzies de sensibilizar Lisboa no sentido de prover a emancipação timorense. Não só o império português é tido como anacrónico, como o expansionismo de Sukarno torna Díli num risco à estabilidade regional. A posição australiana é recebida com desagrado por Salazar, que chega a questionar a solidariedade ocidental de Camberra. No entanto, desde 1963 que os australianos entendem que o futuro

⁹⁵ Adriano Moreira (1977a), pp. 27-32 e 85-86, Mário Lemos Pires (1994), pp. 115-124, Fernando Lima (2002), pp. 20-21, 151-157, 179-183 e 214-236, Brad Simpson (2005), pp. 285-291, Almeida Santos (2006b), pp. 316-318, Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 95-96 e 116-122 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 70.

de Timor passaria por uma ligação à Indonésia e chegam mesmo a elaborar um plano de contingência para o território juntamente com EUA, Reino Unido e Nova Zelândia. Porém, a ascensão de Suharto arrefece a imagem expansionista indonésia e acaba por favorecer a aproximação entre as duas capitais⁹⁶.

No início da década de 1970, os trabalhistas liderados por Gough Whitlam chegam ao poder. Ainda na oposição, Whitlam mostrara-se favorável à descolonização de Timor português e antevira a sua incorporação na Indonésia. Enquanto primeiro-ministro assume uma postura menos favorável aos interesses portugueses ao privilegiar os laços com os vizinhos asiáticos, nomeadamente com Jacarta. Geograficamente a Indonésia estende-se num efeito “guarda-chuva” sobre a Austrália, podendo condicionar, em termos estratégicos e comerciais o espaço vital e os corredores de acesso aéreos e marítimos australianos. Em si, este fenómeno reflecte uma dependência de Camberra, que a leva a privilegiar um Estado indonésio, unitário, estável e amigável. Também os interesses económicos ajudam a estreitar relações. Em 1974 Camberra é já o principal fornecedor militar dos indonésios, a par dos EUA. Destaca-se ainda o desejo de exploração petrolífera no Mar de Timor, precisamente em *Timor Gap*. Desde 1947 que Camberra conhece o potencial energético timorense e tenta negociar a sua exploração com Lisboa desde 1954. As diligências australianas são invariavelmente frustradas por Salazar, que não deseja facilitar interesses estrangeiros permanentes em território português. Os desentendimentos relativos à delimitação da plataforma continental timorense agravariam ainda mais uma negociação que se mantém aberta em Abril de 1974⁹⁷.

Confrontada com a posição indonésia, Camberra alinha com o “grande parceiro” regional. O «sistema político (...) e as cumplicidades estabelecidas, ao nível diplomático, jogavam a favor de Jacarta» e, gradualmente, os discursos favoráveis à autodeterminação dão lugar aos receios de uma ameaça neocolonialista comunista. Em Maio de 1974 um relatório da diplomacia australiana alerta que a situação timorense é um potencial foco de instabilidade regional. Poderia ser uma presa de interesses comunistas – embora Moscovo e Pequim não manifestassem interesse – ou suscitar ideais separatistas contrários aos interesses de Suharto. O relatório aponta como cenário ideal a inclusão de Timor na

⁹⁶ Jill Jolliffe (1989), pp. 45-46, Henry Kissinger (1996), pp. 554-555, Fernando Lima (2002), pp. 16, 57-61, 72-73, 87-115 e Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 124-128 e 143-153. Nações Unidas (2008), pp. 300-301, o Comité Especial de Descolonização das NU, também conhecido por Comité dos 24, foi criado em 1961 para observar o cumprimento da resolução 1514 (XV). É composto por 24 lugares.

⁹⁷ Robert Lawless (1976), p. 959, Miguel Galvão Teles (1999), pp. 574-581, Nicholas J. Wheeler e Tim Dunne (2001), pp. 808-809, Fernando Lima (2002), pp. 21-22 e 113, Rui A. Gomes e Miguel Galvão Teles (2002), Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 149-157 e Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 133-136.

Indonésia após consulta popular, mas é omissa quanto a caminhos para casar este cenário com os sinais da vontade timorense pela independência. Posteriormente, em Setembro de 1974 e um mês antes do encontro com Almeida Santos, Whitlam reúne-se com o Suharto. O primeiro-ministro australiano assevera a preferência pela associação de Timor português a Jacarta, desde que salvaguardada a opinião internacional. Assegura ainda a defesa de Timor como parte do “mundo indonésio” em futuras audiências com autoridades portuguesas, confirmando a convergência de opiniões em prol da harmonia regional⁹⁸.

Em Agosto de 1975, com um clima de enorme instabilidade em Timor, o embaixador australiano em Jacarta, Richard Woolcott, envia um telegrama ao seu Executivo afirmando que este deveria ter em consideração uma maior abertura de Jacarta para futuras negociações das concessões no Mar de Timor, relativamente à posição portuguesa ou de um futuro Timor independente. Em Outubro, a posição australiana é clara: defender os interesses nacionais; privilegiar o relacionamento com Jacarta numa perspectiva de estabilidade regional a longo prazo. Camberra aceita a anexação pela força, «esperando que a integração se tornasse um facto consumado»⁹⁹.

IV. 2. 4. Posição Norte-americana

Por último, também a competição bipolar se reflecte em Timor. Ex-colónia e berço dos 14 pontos de Wilson, os EUA haviam erguido uma nova ordem mundial após a II Guerra Mundial. O início da Guerra Fria é palco do lançamento da doutrina de contenção e assiste à classificação do sudeste asiático como zona de elevado interesse estratégico. Em 1954 o presidente Dwight Eisenhower apresenta a teoria dos dominós e os EUA envolvem-se activamente na organização regional de defesa da Ásia-Pacífico, cedendo apoios financeiros e militares e promovendo acordos de segurança colectiva¹⁰⁰.

Relativamente a Timor, desde a anexação da Nova Guiné Ocidental que existe a percepção em Washington de ser uma questão de tempo até Jacarta se impor na colónia portuguesa. Acresce que em 1974-1975, a Casa Branca está empenhada em recuperar a sua imagem no sudeste asiático, face à retirada do Vietname, Laos e Camboja. A queda de Saigão opera uma alteração na balança de poder regional e no pensamento estratégico

⁹⁸ José Ramos Horta (1994), pp. 141-142, Fernando Lima (2002), pp. 17 e 177-197, Brad Simpson (2005), p. 285, Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 99-102 e Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 163-165 e 208.

⁹⁹ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 578-579, Fernando Lima (2002), pp. 272-275, Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 167-170 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 70.

¹⁰⁰ Henry Kissinger (1996), pp. 188-211 e 539-545, Joseph S. Nye, Jr. (2002), pp. 155-158 e John Lewis Gaddis (2007), pp. 38-57 e 131.

norte-americano. Os EUA respondem com a doutrina Nixon e, no seu seguimento, a Administração Ford compromete-se em assegurar total apoio aos seus aliados na região, designadamente Jacarta, Camberra, Tóquio e Manila. Acresce que os relatos da revolução portuguesa são encarados com desconfiança na Casa Branca. O rumo da revolução é incerto e a apreensão de Kissinger quanto à capacidade das forças moderadas vale mesmo o rótulo de “novo Kerensky” a Mário Soares. A transição portuguesa coincide com uma evolução na Guerra Fria que assiste ao fim da era americana e ao início da projecção internacional soviética. A *détente* em solo europeu lança Moscovo para o Terceiro Mundo, onde aproveita o vácuo de poder nas ex-colónias portuguesas. A resposta dos EUA surge tardia e contribui para um longo período de guerras por procuração. A internacionalização dos conflitos em Luanda e Maputo alimenta-se da competição entre as superpotências e das dinâmicas regionais que opõem os novos estados africanos a Pretória e Salisbury. Assim, a viragem à esquerda em Lisboa e nas ex-colónias favorece as teorias de infiltração comunista em Timor¹⁰¹.

Jacarta fora classificada por George Kennan, em 1948, como um interesse vital na competição com Moscovo e desde então que Washington cede especial atenção aos desenvolvimentos indonésios. Os EUA apoiam a independência, a subida de Suharto ao poder e a modernização das Forças Armadas. O interesse numa relação próxima tem também em consideração a importância vital de manter aberto o corredor marítimo Índico-Pacífico à frota norte-americana, especificamente o estreito Ombai-Wetar – entre Díli e Ataúro –, que permite a movimentação de submarinos. Além de desempenhar o papel desejado por Washington de contra-peso regional a Pequim e Hanói, Jacarta é então a quinta potência mundial em recursos naturais e surge como exportador de petróleo num período ainda dominado pelo choque de 1973. Em termos comerciais representa um mercado de cento e oitenta milhões de consumidores, com mão-de-obra atractiva para as multinacionais norte-americanas. A sua relevância estende-se ainda à venda de armamento. Em 1976 Jacarta importa 90% do seu equipamento militar dos EUA. Tudo somado, a Administração Ford tem as suas razões para sustentar a afirmação regional da Indonésia¹⁰².

¹⁰¹ Adriano Moreira (1977b), p. 69, Henry Kissinger (1996), pp. 539-639, Pedro Pezarat Correia (1999), pp. 207-219, Brad Simpson (2005), p. 284, Carlos Gaspar (2005a), p. 2, Fernando Andersen Guimarães (2006), Kenneth Maxwell (2006), António José Telo (2008), pp. 149-150 e Bernardino Gomes *et. al.* (2008), pp. 91 e 109.

¹⁰² Bedit Anderson (1983), pp. 478-486, Noam Chomsky (1998a) pp. 38-40 e 50-58, Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), pp. 809-810, Fernando Lima (2002), pp. 63-70 e 147-148, Brad Simpson (2005), pp. 300 e 305 e Pedro Aires Oliveira (2007), p. 464.

Ao proclamar o desejo de descolonização, o 25 de Abril pavimenta a introdução de um novo actor no sudeste asiático. Tanto Jacarta como Camberra percebem este fenómeno como uma ameaça à estabilidade regional. Jacarta explora os receios com a inviabilidade timorense para apresentar a anexação como única solução lógica. Camberra assume a colagem à posição indonésia. Apesar de os serviços de informação ocidentais monitorizam desde o início a crescente propaganda indonésia e a sua campanha de subversão em Timor, não surgem quaisquer pressões para lhe pôr termo. O relacionamento com o regime de Suharto assume a primazia dos interesses na região. Não obstante os discursos oficiais em todas as capitais insistirem no direito do povo timorense para decidir o seu futuro, o jogo de bastidores está lançado. Se Portugal beneficiara da aposta ocidental em regimes autocratas, garantes de estabilidade, para integrar a OTAN como membro fundador, esta continuidade política parece transferir-se agora em favor dos indonésios¹⁰³.

IV. 2. 5. A Situação em Díli

Em simultâneo vão-se degradando as condições em Timor. Perante um clima volátil e a falta de definições para o futuro do território, o espírito revolucionário começa a impregnar militares portugueses. Em Julho de 1974, Alves Aldeia, que fora nomeado pelo anterior regime, é chamado a Lisboa só sendo substituído no final do ano. Durante este período, a situação em Díli deteriora-se, expondo a falta de recursos, um sentimento de abandono e as suspeitas de ingerência externa¹⁰⁴.

Mário Lemos Pires assume em Novembro de 1974 o cargo de governador de Timor. Ciente que «em Lisboa não existia política de descolonização para Timor» e de que «seriam exíguos os apoios materiais e humanos», Lemos Pires admitiria a sua surpresa com o que considera ser o desinteresse na capital pelo território, mas que não «imaginava, então, que a (...) missão em Timor fosse tão impossível». O novo governador inicia assim funções num cenário onde as «opiniões estavam excitadas e divididas». A uma sociedade demasiado politizada, mas sem propostas nem substância, onde os partidos, «imberbes e hesitantes», manifestam um «grau incipiente de preparação política» e a debilidade governativa se junta à indisciplina militar. Por todo o império, assiste-se a «uma psicose de imediatismo e de pressa», onde «não bastavam reformas (...) eram precisos milagres». Esta instabilidade

¹⁰³ Brad Simpson (2005), pp. 286-290, Moisés Silva Fernandes (2007), p. 93 e Pedro Aires Oliveira (2009), p. 61.

¹⁰⁴ Mário Lemos Pires (1994), p. 53, Fernando Lima (2002), pp. 181 e 205-206, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 29 e Almeida Santos (2006b), pp. 303-305. José Ramos Horta (1994), pp. 72-74, elogia o desempenho de Alves Aldeia.

alimentada pelo «vírus libertador» e o «espírito revolucionário» estende-se a Díli e agrava a indisciplina e o desgoverno. Confrontado com discursos libertários – quer de militares do MFA, quer de timorenses – e a «angústia, medo e desconfiança» entre a população, Lemos Pires faz uma leitura crítica do quadro político: Portugal defende e legislara o direito à autodeterminação, mas promove um discurso ambíguo que condiciona a real capacidade de independência timorense; a Indonésia mostra-se contrária à independência e anuncia o apoio português a uma «fórmula harmoniosa» de integração; UDT e FRETILIN defendem a independência, opondo-se à proposta da APODETI¹⁰⁵.

Perante o cenário extremado o governador prepara a descolonização e procura promover o desenvolvimento local. Lemos Pires propõe o início do diálogo com os três principais partidos, mas a criação de um conselho consultivo é frustrada por APODETI e FRETILIN. A primeira só reconhece dialogar com Jacarta. Por seu turno, na FRETILIN surge uma facção radical que emula o exemplo da moçambicana FRELIMO e procura afirmar-se como único legítimo representante do povo timorense. O seu cariz revolucionário acentua divergências na sociedade timorense e é prontamente denunciado pela APODETI. «Não tardou que a Indonésia visse nele, renascido, o perigo vermelho que a tinha levado a chacinar meio milhão de indonésios» e apontasse baterias à FRETILIN. Lemos Pires interpretaria esta evolução como um marco que oferece «de bandeja», o argumento do «perigo comunista da independência de Timor»¹⁰⁶.

Em simultâneo, vai-se operando a evolução da posição da UDT, que lendo as dinâmicas em jogo opta por defender a independência com um período de transição que progressivamente reduz para três a cinco anos. Também a FRETILIN começa no final de 1974 a realinhar posições e a mostrar maior abertura. A progressiva aproximação consubstancia no anúncio de uma coligação em Janeiro de 1975. A aliança reforça o apelo independentista, mas não esconde entraves políticos e económicos. FRETILIN-UDT revelam em simultâneo o desejo de estabelecer boas relações de vizinhança com Jacarta, mas o projecto é mal recebido pelos indonésios. Apesar de Almeida Santos ter apadrinhado a ideia, ao inteirarem-se da leitura indonésia as autoridades portuguesas retraem-se de apoiá-la. Em Camberra levantam-se sérias reservas, por receio de uma intervenção directa da Indonésia. Em Março, a coligação anuncia o desejo em negociar a transferência de

¹⁰⁵ Mário Lemos Pires (1994), pp. 53-63, Xanana Gusmão (1994), pp. 12-15 e 55 e Almeida Santos (2006b), pp. 302-316.

¹⁰⁶ Adriano Moreira (1977a), p. 29, Mário Lemos Pires (1994), pp. 41 e 67-102, Fernando Lima (2002), pp. 205-216, Almeida Santos (2006b), p. 312 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 159-161. Miguel Galvão Teles (1999), p. 591, refere que Lemos Pires «fez uma obra notável (...). Mas não dispôs de condições para dominar os acontecimentos políticos, nem os dominou ou conteve».

poder. O Executivo português aproveita então para acelerar os trabalhos e apresenta um programa de transição de poder a médio prazo. Lisboa pretende envolver Camberra e Jacarta e solicita um encontro secreto a três, mas os australianos esquivam-se¹⁰⁷.

O encontro realiza-se em Londres em 9 de Março de 1975. Visa aclarar posições para relançar a descolonização timorense, mas é entendido em Jacarta como uma prova do seu estatuto. A delegação portuguesa integra o ministro sem pasta Vítor Alves, Almeida Santos, Jorge Campinos, o major Francisco Mota, em representação do Governo de Timor, e o embaixador português em Londres, Albano Monteiro. Do lado indonésio, encontram-se Muertopo, os embaixadores em Londres, J. Halin, e Paris, Soebono, e o general Taher, oficial dos serviços secretos. Entre os tópicos abordados constam a criação de um governo de transição no sentido de preparar a maturidade política e económica a médio prazo. Portugal reafirma não estar contra ou a favor da integração, cabendo-lhe respeitar o interesse timorense e adverte para a possível internacionalização da questão. A delegação portuguesa aconselha ainda os indonésios a melhorarem a sua imagem junto dos timorenses através da ajuda económica. Procurando ultrapassar divergências, a delegação portuguesa tenta uma plataforma de entendimento. Solicita que a Indonésia refreie as ingerências no processo político timorense, designadamente substituindo o cônsul em Díli, Elias Tomodok, e cancelando as emissões da Rádio Kupang. Em troca, Lisboa não dificultaria as aspirações de Jacarta; não favoreceria a continuação da ligação com Portugal; permitiria a entrada dos indonésios no processo de descolonização via consultas bilaterais. Apesar das primeiras declarações indicarem avanços positivos, Lemos Pires lamentaria a falta de «efeitos práticos» e a ingenuidade portuguesa face aos seus interlocutores¹⁰⁸.

Segue-se o 11 de Março em Lisboa. Lemos Pires, que na altura se encontra em Lisboa, quase é preso por suposta associação a forças reaccionárias. De regresso ao Oriente surgem acusações de que não fora preso devido à proximidade a forças revolucionárias. Dramática é a sensação no governador da falta de instruções e de meios. Lemos Pires chega a reunir com Costa Gomes, que nada acrescenta, e com Almeida Santos, que adia a conversa, pois «nem sequer sabia se ainda era ministro ou não». Com o tempo agravam-se os problemas de comunicação. O rebuliço em Lisboa transfere-se para o meio militar em Timor, onde desde o 25 de Abril se fazem ouvir pressões de regresso à metrópole. A

¹⁰⁷ Robert Lawless (1976), pp. 950-951, Adriano Moreira (1977a), pp. 23, 30 e 33, Mário Lemos Pires (1994), pp. 106-115, Heike Krieger (1997), p. 37, Fernando Lima (2002), pp. 180, 210 e 219-225 e Moisés Silva Fernandes (2007), p. 161.

¹⁰⁸ Mário Lemos Pires (1994), pp. 124-128, Fernando Lima (2002), pp. 227-230, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 40, Almeida Santos (2006b), pp. 316-326, Ali Alatas (2006), p. 7 e Pedro Aires Oliveira (2007), p. 468.

confiança política nas Forças Armadas fica definitivamente comprometida com a acentuada «degradação da disciplina». Entre ultimatums de «regresso das legiões a Roma», «assembleias anárquicas», actos de vandalismo e o caos, assiste-se ao «desrespeito generalizado pela ética, a disciplina e a hierarquia». O governador vê-se forçado a promover a retirada de contingentes metropolitanos e a avançar a “timorização” das tropas. A anarquia torna a máquina militar inoperável e cede-lhe o título de “Companhia Vermelha” em Jacarta. Sentindo que não pode contar com apoio de Lisboa, Lemos Pires concederia que o 11 de Março termina as hipóteses de um entendimento com Jacarta¹⁰⁹.

Após os encontros com portugueses e australianos, a Indonésia muda de tática e inicia uma operação de charme junto dos partidos timorenses. A cisão da coligação independentista seria feita com elegância. Em Abril, UDT e FRETILIN são convidadas a visitarem Jacarta. Confirmando os receios de Ramos Horta, a deslocação de Lopes da Cruz ao país vizinho acciona uma mudança no líder da UDT, que após o regresso a Díli se mostra cáustico do rumo esquerdista da FRETILIN. Após nova deslocação em 27 de Maio, Lopes da Cruz cessa a coligação devido ao extremismo de esquerda da FRETILIN. Esta posição pode reflectir a consciencialização na UDT de que Portugal deixaria o território em 1978 e que Jacarta jamais aceitaria um Timor independente governado pela FRETILIN. Segue-se uma competição de popularidade marcada pela troca de acusações até que, no dia 26 de Junho, durante uma manifestação da UDT, surgem os primeiros confrontos. O mês de Julho assiste ao endurecimento de posições e a demonstrações de força, acendendo um ambiente recriminatório que ajuda a recuperar velhos ódios tribais. A Indonésia atinge o seu objectivo de lançar a discórdia em Timor¹¹⁰.

IV. 2. 6. A Invasão Confirma-se a 7 de Dezembro de 1975

As autoridades portuguesas respondem ao cenário truculento tentando promover o diálogo e organizam a Cimeira de Macau entre 26 e 27 de Junho. Apesar da ausência da FRETILIN, este fórum permite obter um entendimento e no dia 17 de Julho é promulgada a Lei Constitucional n.º 7/75, que prevê a criação de um alto-comissário e de um Governo de Transição com representantes dos três partidos e autoridades portuguesas. Fica aberto o caminho à eleição de uma Assembleia Constituinte, responsável pela preparação do

¹⁰⁹ Mário Lemos Pires (1994), pp. 52 e 131-163 e Almeida Santos (2006b), pp. 313-314 e 326-333.

¹¹⁰ Adriano Moreira (1977a), pp. 33-35, Jill Jolliffe (1989), p. 53, Fernando Lima (2002) pp. 233 e 238-242, Brad Simpson (2005), pp. 286 e 291-293, Almeida Santos (2006b), pp. 331-333, Ali Alatas (2006), pp. 7-8 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 69.

processo de autodeterminação que se prevê concluído em Outubro de 1978. Todavia, este momento não chega sequer a criar uma janela de oportunidade, já que coincide com o Verão Quente em Lisboa e o estalar da guerra civil em Timor. A 16 de Julho de 1975 cai o IV Governo Provisório. Segue-se o quinto Executivo no prazo de um ano, «na prática, um nado-morto, um não Governo». Almeida Santos lembraria que com Portugal desgobernado e à beira da guerra civil «quem se ia preocupar com esse imbróglia longínquo chamado Timor?». As condições em Lisboa para acompanhar o *dossier* estão esvaziadas¹¹¹.

Após nova deslocação a Jacarta em 6 de Agosto, a UDT recrudescer a intervenção contra a FRETILIN e na noite de 10 para 11 de Agosto acaba por sublevar-se. Desafiando os esforços do governador para serenar os ânimos, UDT e FRETILIN lançam-se em assaltos aos arsenais das Forças Armadas. Simultaneamente, as deserções de soldados timorenses desintegram o exército português no terreno e ajudam a armar as forças em contenda com benefício da FRETILIN. Segue-se uma espiral de violência que eclode em guerra civil. Sentindo-se ultrapassado, Lemos Pires comunica a Lisboa a sua impotência para impedir uma guerra fratricida e assiste, sem instruções da capital, ao contra-ataque da FRETILIN. No dia 13 de Agosto, Costa Gomes envia um emissário para Díli via Indonésia, onde este é bloqueado. Importando o modelo angolano, a violência propaga-se perante a passividade dos militares portugueses, que assumem uma posição de neutralidade. Apesar do fracasso da “timorização” das Forças Armadas, Almeida Santos recordaria que os «[s]etenta pára-quedistas ao dispor do governador eram uma máquina de guerra», porém Lemos Pires mantém a «posição de isenção e conciliação». Previsivelmente, o governador vê-se confrontado com a crescente incapacidade para responder à violência e insta à evacuação europeia do território. No dia 20 a FRETILIN chega à capital. Reflectindo a instabilidade reinante, os relatos do 11 de Agosto não são consensuais¹¹².

A primeira declaração de Jacarta surge no dia 17, durante as comemorações do 30º aniversário da independência. Suharto mostra abertura para acolher os timorenses e manifesta-se contra a ingerência chinesa no arquipélago. A 18 de Agosto segue-se um comunicado oficial lamentando o curso antidemocrático dos acontecimentos em Timor. A posição relembra a “obrigação moral” da Indonésia para com a estabilidade regional. À medida que se instala a guerra civil, Camberra, Wellington e os membros da ASEAN

¹¹¹ Adriano Moreira (1977a), pp. 33-35, Mário Lemos Pires (1994), pp. 165-177, Heike Krieger (1997), p. 37, Fernando Lima (2002), pp. 234-238, Almeida Santos (2006b), pp. 316 e 334-341 e Ali Alatas (2006), pp. 8-9.

¹¹² Adriano Moreira (1977a), pp. 37-43, Jill Jolliffe (1989), pp. 57-64, Mário Lemos Pires (1994), pp. 181-249, Fernando Lima (2002), pp. 238-246, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 32-39, Almeida Santos (2006b), pp. 353-370, Ali Alatas (2006), pp. 8-11 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 125-133.

coordenam pedidos para que Lisboa reponha a ordem no território. Jacarta ameaça avançar. É neste cenário que David Newsom, embaixador norte-americano em Jacarta, se reúne com o general Yoga Sugama a 21 de Agosto. A entrevista visa esclarecer questões sobre a utilização de equipamento militar vendido pelos EUA para fins defensivos. No entanto, Newsom não deixa de referir que, caso a Indonésia invada Timor, a Casa Branca tentaria defender a acção indonésia para preservar as relações com Jacarta¹¹³.

Em Díli, Lemos Pires comunica à capital que já não dispõem de capacidade mediadora ou de força para influenciar os acontecimentos e que apenas uma rápida intervenção internacional pode mudar os acontecimentos. No dia 22 de Agosto, o ex-ministro Almeida Santos acede ao pedido de Costa Gomes para tentar arbitrar uma solução e inicia encontros em Nova Iorque, Camberra e Jacarta. Portugal tenta internacionalizar a questão junto das NU, mas a proposta não alcança consensos por chocar com os interesses indonésios. Lisboa não força a questão, posição que para José Júlio Pereira Gomes se deve a um misto de “orgulho nacional”, crença na capacidade para controlar a situação, pela consciência da limitada influência das NU e o desejo de não antagonizar Jacarta¹¹⁴.

Em meados de Setembro, o partido pró-independente assume o predomínio no terreno e procura ser reconhecido como único interlocutor válido, mas Lisboa retrai-se de abrir um precedente para Luanda. Ao Governo português restam como opções apelar ao auxílio de Jacarta e Camberra, mas os australianos recusam prontamente intervir no território. Quanto aos indonésios, oferecem-se para enviar tropas, mas Portugal entende que a sua intervenção só se pode realizar subordinada ao comando português e em respeito com os preceitos das NU. Lisboa nega-se a custear «um torneio de tiro aos “comunistas”». Qualquer posição unilateral de Jacarta deveria ser por sua conta e risco. Do lado indonésio reina o entendimento de que Portugal abandonara o território¹¹⁵.

O fracasso da ronda negocial em Jacarta confere a Almeida Santos um sentimento de *persona non grata*, sendo-lhe bloqueado o acesso a Díli. Na noite de 26 para 27 é a vez de Lemos Pires cumprir instruções presidenciais e transferir a administração portuguesa para Ataúro. Este momento cede espaço à FRETILIN para assumir a administração *de facto* do território e os primeiros sinais da sua gestão são positivos. O partido mostra abertura negocial, solicita apoio humanitário, aposta no fomento local e na recuperação da máquina

¹¹³ Fernando Lima (2002), pp. 242-243, Brad Simpson (2005), p. 292 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 120-121.

¹¹⁴ Heike Krieger (1997), p. 38, Fernando Lima (2002), p. 246, Brad Simpson (2005), p. 295, Almeida Santos (2006b), pp. 370-380 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 72.

¹¹⁵ Fernando Lima (2002), pp. 246-247, Almeida Santos (2006b), pp. 375-378, Ali Alatas (2006), pp. 11-13 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 124, 133-139.

administrativa, mantém a bandeira portuguesa hasteada. Em meados de Setembro, a livre circulação de jornalistas permite confirmar o fim da guerra civil. Roger East, repórter australiano, descreveria a FRETILIN como anticolonialista, albergando um sentido católico e elementos anticomunistas¹¹⁶.

Incapaz de alcançar Díli, Almeida Santos segue para Ataúro via Camberra, onde encontra «Lemos Pires e os seus homens com o moral no rés-do-chão». O negociador português tenta dialogar com os partidos timorenses e negocia a libertação dos militares feitos reféns pela FRETILIN – posição que não recebe a mesma abertura da UDT, que mantém prisioneiros vinte e três soldados que seriam mais tarde aproveitados por Jacarta¹¹⁷.

A partir de Agosto, os indonésios lançam nos círculos internacionais que Portugal deixara Timor cair no caos. Segue-se a formalização do Movimento Anti-Comunista (MAC), que reúne esforços da UDT, APODETI, KOTA e PT. Todos estes passos inserem-se no guião indonésio apresentado por Woolcott a Camberra em Setembro: 1º) FRETILIN assume o poder em Díli e declara unilateralmente a independência; 2º) Pressões sobre Lisboa para respeitar os acordos de Macau e formalização do pedido de integração na Indonésia; 3º) Endurecimento dos confrontos com a entrada de forças indonésias no terreno e escalada das críticas à actuação de Lisboa; 4º) MAC, apoiado por operações clandestinas indonésias, derrota a FRETILIN e consuma-se a assimilação. A resposta de Camberra faz-se com críticas ao comportamento do Governo português e da FRETILIN, desconsiderando os relatórios de deputados australianos que se mostram favoráveis da administração da FRETILIN¹¹⁸.

A derradeira oportunidade para uma concertação entre Lisboa e Jacarta ocorre em Roma, entre 1 e 2 de Novembro de 1975. O encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes e Adam Malik, reafirma o estatuto de Portugal como potência administrante e único responsável pela condução do processo de descolonização e renova os votos de respeito para com o processo autodeterminativo. Melo Antunes regressa a Lisboa convicto da não ingerência Indonésia, deixando em evidência o desfasamento da realidade timorense em Lisboa. Quando se produz o encontro de Roma, já a Indonésia arrancara operações militares. Ao bloqueio naval que acompanha a saída de Lemos Pires segue-se a movimentação de forças especiais para Kupang. As incursões em solo português

¹¹⁶ Robert Lawless (1976), pp. 951-953, Adriano Moreira (1977a), pp. 39-49, Jill Jolliffe (1989), p. 65, Mário Lemos Pires (1994), pp. 249-256 e 267-270, Fernando Lima (2002), pp. 239-246, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 38, Brad Simpson (2005), p. 292 e Almeida Santos (2006b), p. 373.

¹¹⁷ Almeida Santos (2006b), pp. 381-382 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 125-133.

¹¹⁸ Robert Lawless (1976), pp. 952-953, Adriano Moreira (1977a), pp. 31-32, 39 e 45-49, Fernando Lima (2002), pp. 248-249 e Ali Alatas (2006), p. 13.

iniciam-se em Outubro, assistidas por bombardeamentos navais e aéreos sobre Balibó, Baucau e Atabae. A 16 de Outubro, militares indonésios executam cinco repórteres de uma cadeia australiana na tentativa de impedir a denúncia do avanço sobre Balibó. Desde o início das operações que os serviços de informação norte-americanos, britânicos e australianos acompanham as movimentações indonésias, mas as suas capitais permanecem mudas. Em meados de Outubro, Muertopo é recebido em Washington para consultas de alto nível. Do lado australiano, Whitlam afirma no Parlamento que o episódio de Balibó se insere nas baixas de uma guerra civil. Jacarta tem luz verde para avançar¹¹⁹.

Segue-se o determinante mês de Novembro. Em Lisboa, assiste-se no dia 11 ao deflagrar da guerra civil naquela que fora a jóia do império – Angola. Perante os crescentes rumores de um iminente golpe de Estado, no dia 12 ocorre o sequestro da Assembleia Constituinte e do primeiro-ministro. Entre 14 e 17, os partidos moderados mudam-se para o Porto. No dia 25 são desencadeadas movimentações militares, mas o seu desfecho acaba por confirmar a supremacia das forças democráticas. Perante o silêncio português e o cerco indonésio, a FRETILIN declara unilateralmente a independência da República Democrática de Timor-Leste. Xavier Amaral presta juramento como presidente, Nicolau Lobato apresenta-se como primeiro-ministro, Rogério Lobato é o ministro da Defesa, Mari Alkatiri assume os Assuntos Políticos e Ramos Horta dirige os Negócios Estrangeiros. A proclamação de 28 de Novembro de 1975 visa captar a atenção das NU e internacionalizar a questão. A independência é reconhecida pelas ex-colónias portuguesas e Albânia, enquanto Pequim, Hanói e Luanda defendem a FRETILIN como legítima representante do povo timorense. A resposta surge no dia 30 com a Declaração de Balibó, onde os restantes partidos solicitam oficialmente a integração na Indonésia e pedem apoio a Jacarta para a libertação de Timor. Malik responde afirmando que se esgotara a diplomacia e que a solução «está agora na linha da frente da batalha». Portugal não reconhece qualquer das posições, reafirma o estatuto de potência administrante e reconhece-se incapaz para normalizar a situação. Aponta culpas à FRETILIN e à Indonésia pelo caos instalado¹²⁰.

¹¹⁹ Robert Lawless (1976), pp. 953 e 959, Adriano Moreira (1977a), pp. 42 e 50-51, Jill Jolliffe (1989), pp. 71-74, Mário Lemos Pires (1994), pp. 300-308, Heike Krieger (1997), p. 39, Fernando Lima (2002), pp. 249-253, Brad Simpson (2005), pp. 292-294, Rui Marques (2005), pp. 93-95 e 190-191, Ali Alatas (2006), pp. 15-17, *Público* (2007) e (2010) e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 69.

¹²⁰ Mário Soares (1976), pp. 186-208, Robert Lawless (1976), p. 953, Adriano Moreira (1977a), pp. 52-55 e 79-82, Jill Jolliffe (1989), pp. 76-78, Mário Lemos Pires (1994), pp. 317-322, Heike Krieger (1997), pp. 39-40, Miguel Galvão Teles (1999), pp. 599-600, Fernando Lima (2002), pp. 253-257, Maria Ângela Carrascalção (2002), p. 43, Brad Simpson (2005), p. 295, Almeida Santos (2006b), p. 291, Ali Alatas (2006), pp. 17-19 e Moisés Silva Fernandes (2007), p. 124.

Certa dos apoios regionais, Jacarta procura então o acordo norte-americano à invasão final. Desde o Verão de 1975, que a Casa Branca prevê a anexação e classifica Timor como um tabu diplomático. De resto, fora com Kissinger no Departamento de Estado que se desencadeara o 11 de Setembro chileno, sendo célebre a sua expressão, «*I don't see why the US should stand by and let Chile go Communist just because of the stupidity of its own people*»¹²¹.

Apesar da evacuação de cidadãos australianos no dia 2 de Dezembro e dos ecos em Londres ou Washington, Jacarta mantém o discurso de não ingerência. A 4 de Dezembro, o Governo indonésio reitera o estatuto português de potência administrante e o dever indonésio para com a manutenção da estabilidade regional. No dia 6, a embaixada australiana em Jacarta é informada de uma invasão iminente. Horas depois, na madrugada de 7 de Dezembro, Jacarta desencadeia a *Operasi Seroja* (Operação Lótus). Comandada por Benny Murdani, representa a maior operação militar indonésia desde a independência. As manobras combinam meios aéreos, terrestres e navais e envolvem corpos especiais dos pára-quedistas e fuzileiros. O assalto a Díli despoleta o massacre de civis, violações e pilhagens, numa brutalidade que pretende emitir um aviso a todo o arquipélago¹²².

A Indonésia nega o envolvimento dos cerca de dez mil militares, reconhecendo apenas a presença no território de “voluntários” que respondem ao apelo do MAC para ajudar a repor a ordem. Todavia, o último governador português de Timor vê a invasão como «a mais cruel e devastadora ofensiva que o povo timorense sofreu, ultrapassando de longe a ocupação japonesa e as campanhas de ocupação e conquista dos europeus»¹²³.

O avanço indonésio dá-se um dia após a visita do presidente norte-americano Gerald Ford e do seu secretário de Estado a Jacarta. Ilustrativo do posicionamento da Casa Branca, a primeira comunicação com Jacarta ocorre uma semana após a invasão e reporta-se ao envio de bolas de golfe, um presente pessoal de Ford para Suharto. Os EUA não só autorizam a anexação como reservam cobertura diplomática e reforçam o abastecimento indonésio de equipamento de contra-insurgência¹²⁴.

¹²¹ Kenneth Maxwell (2003), Brad Simpson (2005), John Lewis Gaddis (2007), pp. 179-181 e José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 112.

¹²² Adriano Moreira (1977a), p. 54, Jill Jolliffe (1989), pp. 78-97, Mário Lemos Pires (1994), pp. 341-356, Heike Krieger (1997), pp. 41-42, Nações Unidas (2000), p. 4, Fernando Lima (2002), pp. 257-258, Brad Simpson (2005), pp. 295-296, Ali Alatas (2006), pp. 19-20 e Pedro Aires Oliveira (2007), pp. 470-472.

¹²³ Robert Lawless (1976), pp. 954-955, Mário Lemos Pires (1994), p. 19 e Brad Simpson (2005), pp. 297-299.

¹²⁴ José Ramos Horta (1994), pp. 151-171, Noam Chomsky (1998a), pp. 61-62 e (1998b), p. 66 e Brad Simpson (2005), pp. 295-298.

O único apoio que resta aos timorenses é Camberra, mas a inacção australiana prima pelo pragmatismo. Woolcot insta o seu Governo a adoptar uma postura que minimize os impactos junto da opinião pública australiana, mas mostre discretamente compreensão a Jacarta. Apesar de manter a defesa do direito à autodeterminação, a falta de solidariedade com um povo que combatera ao seu lado na II Guerra Mundial seria entendida por Ramos Horta como a «traição dos cangurus»¹²⁵.

São por demais os exemplos do desgoverno que afecta Lisboa entre 1974-1975. Em dois anos Portugal conhece «seis Governos Provisórios, dois presidentes da República, uma Junta de Salvação Nacional, um Conselho da Revolução, uma Comissão Coordenadora do MFA, órgãos pouco convergentes», para garantir a estabilidade exigida a uma solução política para Timor. Em fins de 1975, Lisboa está em risco de ruptura cambial e a concentração de esforços vai para a urgente necessidade de injeção financeira externa. O 25 de Novembro inicia a consolidação democrática e a partir de 1976 a adesão às Comunidades Europeias assume-se como imperativo externo¹²⁶.

Pouco após a invasão Soares encontra-se com Kissinger em Washington. O secretário de Estado enaltece as qualidades do líder do PS pelo seu papel na transição democrática. Em troca, é cumprimentado pelo auxílio norte-americano à estabilização da vida portuguesa. Este episódio reflecte que a prioridade em ambas as capitais se focara na evolução dos acontecimentos em Lisboa. De resto, desde Março de 1975 que a Casa Branca sabe que Portugal não resistiria militarmente a uma eventual invasão indonésia¹²⁷.

A invasão de Timor português desafia a Resolução 2625 (XXV), sobre as relações amigáveis e cooperação entre os Estados, e a Resolução 3314 (XXIX), relativa à definição de agressão. Representa um ataque aos timorenses, a Portugal, ao direito internacional e aos direitos humanos. Evidencia ainda a desigualdade *de facto* entre Estados e a perda de relevância internacional de Portugal. Adriano Moreira colocaria o caso como mais um exemplo do sacrifício dos pequenos povos no jogo entre potências. Os anos que se seguem dizimam cerca de um terço da população. Entretanto, o diferendo segue para Nova Iorque¹²⁸.

¹²⁵ José Ramos Horta (1994), p. 139 e José Júlio Pereira Gomes (2001b), pp. 111-112.

¹²⁶ Mário Lemos Pires (1994), p. 415, Maria João Avillez (1996b), pp. 13-15 e 55-56 e António José Telo (2008), pp. 205-216.

¹²⁷ *Público* (2005) e Bernardino Gomes *et. al.* (2008), pp. 358-361.

¹²⁸ Adriano Moreira (1977a), p. 139, Francis Sejersted, Ximenes Belo e José Ramos Horta (1997), p. 29, Noam Chomsky (1998a), p. 68, Nações Unidas (2000), pp. 4-5 e Moisés Silva Fernandes (2007), p. 94.

IV. 3. O PROTESTO NAS NAÇÕES UNIDAS

Os acontecimentos de 7 de Dezembro de 1975 abortam o esforço de descolonização português e congelam a emancipação timorense. Fica suspenso «o processo de autodeterminação que tantas vezes o próprio Conselho [de Segurança das Nações Unidas] procurara impor ao regime português anterior a 25 de Abril de 1974». Lemos Pires, que se encontra em Lisboa desde 31 de Outubro já não regressa ao Oriente. No dia 8 de Dezembro é a vez das corvetas *João Roby* e *Afonso Cerqueira* evacuarem de Ataúro terminando a presença portuguesa no arquipélago. A retirada faz-se perante um sentimento de impotência, desinteresse político e falta de aliados e deixa vinte e três militares e milhares de portugueses e timorenses para trás¹²⁹.

«Desinformada, a opinião pública universal não reagiu», enquanto que as reacções na imprensa asiática não chocam com os interesses de Jacarta. As manobras militares são justificadas pela necessidade indonésia de garantir a sua segurança e conter uma ameaça comunista que visa replicar em Timor o caos instalado em Angola. Mesmo o tom dissonante de Pequim contra o atentado ao legítimo direito de autodeterminação acaba por apoiar teses de infiltração comunista¹³⁰.

A surpresa com que a revolução portuguesa fora recebida servira em parte para alimentar receios de novas “Cubas” na Europa e no sudeste asiático, mas a diferença nos desfechos consiste no tempo, espaço e apoio que se concede a cada caso. Em Lisboa, a maturidade dos actores internos, o temperamento dos líderes europeus e a leitura do embaixador Carlucci acabam por fazer vencer o apoio às forças moderadas. Já em Timor, as pressões dos “falcões” e o carácter preventivo de Suharto jogam com a instabilidade e em Lisboa e em Díli e o apoio de Camberra e Washington para fazer vencer a aquiescência da anexação. Juntam-se ainda as responsabilidades dos actores portugueses¹³¹.

A incapacidade portuguesa para confrontar directamente a Indonésia resulta da sua menor operacionalidade e estatuto na hierarquia internacional. Apesar da igualdade jurídica entre os cento e quarenta Estados do sistema internacional em 1974, a mudança de regime acciona a descolonização e o fim do império. Esta retracção traduz-se na alteração do estatuto português de “média potência” para “pequena potência semi-periférica” ou

¹²⁹ Mário Lemos Pires (1994), p. 304, António Monteiro (2001), p. 6 e Fernando Lima (2002), p. 260.

¹³⁰ Fernando Lima (2002), pp. 258-260 e Almeida Santos (2006b), p. 393.

¹³¹ Mário Lemos Pires (1994), pp. 330-336, Fernando Lima (2002), p. 222, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 27, Brad Simpson (2005), pp. 297-305 e Almeida Santos (2006b), p. 392.

“Estado exíguo”. Assim, os interesses portugueses esbarram imediatamente contra a influência da Indonésia, que se assume uma potência regional, indispensável à contenção de expansionismos asiáticos e rota de passagem para 45% do tráfego marítimo mundial. Assim, repetindo a experiência da II Guerra Mundial, o destino de Timor não passaria por operações militares, mas pela diplomacia¹³².

A resposta faz-se em Nova Iorque, onde Lisboa internacionaliza a questão nas NU perante um quadro adverso de falta de apoios. Não só a supremacia militar indonésia não oferece dúvidas no terreno, como Jacarta reúne um maior número de apoios políticos. «A integração de Timor-Leste era dada como irreversível»¹³³.

Vista em Lisboa como um acto de agressão da Indonésia, um atentado ao direito internacional e um bloqueio à descolonização consagrada constitucionalmente de Timor, a invasão é prontamente repudiada e denunciada no CSNU. Apesar da assumida incapacidade para controlar os acontecimentos desde o Verão de 1975, o Governo português reage confirmando o seu estatuto de potência administrante. Portugal relembra o art.º 73.º da Carta das Nações Unidas e mantém o compromisso com a condução da autodeterminação timorense. O primeiro obstáculo surge porém da FRETILIN, que não reconheceria o estatuto até 1984. Não obstante, a posição portuguesa assegura que o estatuto jurídico internacional de Timor se mantém listado como território não autónomo, impedindo o reconhecimento *de jure* da administração indonésia¹³⁴.

Logo a 7 de Dezembro de 1975, Portugal dirige ao presidente do CSNU uma nota onde se declara «incapaz de restabelecer a paz» ou conduzir a descolonização «de modo pacífico e negociado». A Representação Permanente de Portugal junto das NU solicita igualmente uma reunião urgente do Conselho de Segurança com vista à obtenção de um «acordo pacífico, negociado, do conflito e do processo de descolonização, sob os auspícios das Nações Unidas». Em Lisboa oficializa-se o corte de relações diplomáticas com Jacarta, onde os interesses portugueses passam a ser defendidos pelo Brasil e Holanda¹³⁵.

¹³² Fernando Neves (2000), pp. 29-30, Nuno Severiano Teixeira (2004), p. 6, Moisés Silva Fernandes (2007), p. 94 e Pedro Aires Oliveira (2007), p. 470. Sobre poder e pequenos Estados, ver Carlos Gaspar (2007). Sobre o poder de Portugal no sistema internacional, ver José Palmeira (2006) e Miguel Freire (2007).

¹³³ Fernando Neves (2008a), p. 75 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 70.

¹³⁴ Adriano Moreira (1977a), pp. 57 e 82 e Miguel Galvão Teles (1999), pp. 601 e 610-616. Portugal consagra o direito à autodeterminação timorense na Lei Constitucional n.º 7/75, que é confirmada após a invasão no art.º 307.º da Constituição Portuguesa de 1976, mantendo-se como art.º 293.º na versão de 1997. Sobre as obrigações de Portugal enquanto potência administrante, ver Assembleia da República (1992).

¹³⁵ Adriano Moreira (1977a), pp. 57 e 82, Heike Krieger (1997), pp. 42-43, Almeida Santos (2006b), pp. 393-394, Moisés Silva Fernandes (2007), p. 165 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 72. O termo Missão também será empregue para referir as legações junto das NU.

Quando a questão é levantada nas NU, a 4ª Comissão encontra-se a examinar um projecto de resolução sobre Timor patrocinado pela Indonésia. No dia 8 de Dezembro, uma versão revista do projecto suprime a referência à «atitude positiva da Potência administradora, que faz quanto está ao seu alcance para encontrar uma solução por meios pacíficos» e dialogantes. O documento não referencia igualmente as declarações de independência e de integração dos partidos timorenses ou a interferência indonésia, embora exorte ao respeito pelo direito à autodeterminação e recorde as responsabilidades portuguesas. O projecto de resolução é retirado devido à intervenção indonésia, seguindo-se duas propostas alternativas. Destas, vence a proposta patrocinada pela Argélia, Cuba, Guiana, Senegal, Serra Leoa e Trinidad e Tobago, que defende o direito de emancipação timorense; insta Portugal a procurar alcançar uma solução pacífica; deplora profundamente a intervenção indonésia; solicita a atenção do CSNU para a questão timorense. Apesar de a votação contar com 69 votos favoráveis, 11 contrários e 38 abstenções, sobressaem desde logo as abstenções da Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, República Federal da Alemanha e Reino Unido, países ocidentais, incluindo parceiros da OTAN e membros da Europa comunitária. O projecto de resolução da 4ª Comissão transita então para discussão na AGNU. A 12 de Dezembro é aprovada a Resolução 3485 (XXX), com 72 votos a favor, 10 contra e 43 abstenções (50% de proporção de voto). O primeiro documento a sair da Assembleia Geral «deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias em Timor português», solicitando a sua retirada «sem demora»; reafirma Portugal como potência administrante e portador de especiais responsabilidades; solicita uma união de esforços, incluindo do CSNU, de modo a fazer respeitar o direito à autodeterminação do povo timorense¹³⁶.

As primeiras leituras nas NU confirmam uma balança desfavorável à posição portuguesa. Jacarta expõe a sua influência junto dos grupos muçulmano e em boa parte do asiático, reúne consenso entre parceiros do Pacífico e atesta a relevância dos interesses comerciais junto de uma fatia significativa das capitais ocidentais. O prestígio e influência de Jacarta no universo das NU espelhará-se na eleição de Adam Malik para presidir à 26ª AGNU em 1971. Do outro lado, Portugal procura ainda recuperar o prestígio internacional

¹³⁶ Robert Lawless (1976), p. 954, Adriano Moreira (1977a), pp. 91-98 e 109-112 e Fernando Lima (2002), p. 263. Heike Krieger (1997), pp. 123-136, a proporção de votos combina votos favoráveis, abstenções, votos contrários e ausências. Nações Unidas (2008), p. 7 e Maria do Céu Pinto (2010), p. 38, a AGNU dispõe de sete comissões principais: 1ª Comissão – Política e Segurança; 2ª Comissão – Económica e Financeira; 3ª Comissão – Social, Humanitária e Cultural; 4ª Comissão – Tutela, incluindo Territórios Não Autónomos; 5ª Comissão – Administrativa e Orçamental; 6ª Comissão – Jurídica.

após o clima de isolamento e confrontação que a questão colonial alimentara em Nova Iorque até 1974¹³⁷.

Após a aprovação da Resolução 3485 (XXX), a questão timorense transita para o CSNU – «órgão máximo responsável pela paz e segurança internacionais». A posição portuguesa mantém o estatuto e responsabilidades e afirma a intenção de enviar contingentes militares para normalizar o território e concluir um processo autodeterminativo negociado com as forças políticas. Miguel Galvão Teles, representante permanente de Portugal, insiste em três requisitos: retirada indonésia; compromisso oficial de não ingerência de Jacarta em assuntos da soberania portuguesa; e garantia de apoio regional à acção portuguesa, nomeadamente com facilidades logísticas australianas. A posição portuguesa deixa ainda em aberto a possível constituição de uma força multinacional¹³⁸.

A discussão do projecto de resolução do CSNU expõe o ascendente de Jacarta sobre Lisboa entre capitais ocidentais. Apesar de ser membro do bloco ocidental, Portugal não conta com o apoio de Washington ou Londres, que não desejam antagonizar Jacarta. Londres, que à data preside ao Conselho de Segurança, procura favorecer um texto que equilibre os interesses britânicos de boas relações com o regime de Suharto. De resto, este posicionamento respeita as primeiras reacções à invasão por parte dos embaixadores colocados em Jacarta. Os relatórios das chancelarias norte-americana, britânica, australiana e neo-zelandesa defendem que os interesses nacionais têm mais a ganhar do relacionamento com a Indonésia, do que com a promoção dos valores na defesa de Timor. Apenas o novo executivo australiano de Malcolm Fraser recua no apoio à Indonésia, fruto da pressão pública interna que se agravava desde o episódio de Balibó. Às campanhas pró-Timor na Austrália somam-se as recordações do apoio timorense na II Guerra Mundial. Este afastamento australiano frustra expectativas indonésias e arranca um curto período de desconfiança entre as duas capitais, mas não traduz uma transferência de apoios¹³⁹.

¹³⁷ Maria do Céu Pinto (2010), pp. 240-247. Os blocos regionais são constituídos pelos Grupo Africano (53 membros), Grupo Asiático (52 membros), Grupo da América Latina e Caraíbas (33 membros), Estados da Europa Ocidental e Outros (27 membros) e Europa de Leste (21 membros). Existem também grupos sub-regionais ou de interesse como a União Europeia, Grupo Nórdico, ASEAN, Liga Árabe, Grupo dos 77, etc. A Austrália, Canadá e Nova Zelândia integram o Grupo da Europa Ocidental e Outros (WEOG). Os EUA não estão inserido em qualquer grupo, mas alinham tradicionalmente com o WEOG. A dimensão dos blocos pode não ser proporcional ao seu peso no sistema das NU.

¹³⁸ Adriano Moreira (1977a), p. 83, Heike Krieger (1997), pp. 53-87, António Monteiro (2001), p. 6 e Moisés Silva Fernandes (2007), pp. 163-165.

¹³⁹ Robert Lawless (1976), p. 959, Fernando Lima (2002), p. 272, Brad Simpson (2005), pp. 297-298 e Pedro Aires Oliveira (2007), pp. 470-476.

As sessões do CSNU entre 15 e 22 de Dezembro levam à adopção por unanimidade da Resolução 384 (1975), de 22 de Dezembro, que reconhece «o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência». O documento deplora a acção indonésia e insiste na retirada imediata das suas forças, mas «lamenta que o Governo de Portugal não tivesse cumprido plenamente a sua missão, com as responsabilidades que lhe cabiam e correspondiam» e não recorre à aplicação de sanções contra a Indonésia ao abrigo dos artigos 40.º e 41.º do Capítulo VII da Carta das NU. A resolução insiste que Lisboa deve envidar esforços e cooperar com as Nações Unidas para habilitar o povo timorense para o exercício da autodeterminação e solicita o envio de um representante especial do SGNU ao terreno para avaliar as condições e o cumprimento das resoluções. Ramos Horta alertaria que a resolução fora aprovada graças a Pequim¹⁴⁰.

Vittorio Winspeare Guicciardi, director-geral das Nações Unidas em Genebra, é o nome escolhido em 29 de Dezembro para a missão a Timor. O representante especial de Kurt Waldheim desloca-se ao sudeste asiático para observar a situação *in loco* e contactar as partes envolvidas em Janeiro seguinte, mas depara-se desde o início com constrangimentos à sua actuação. Desde o alegado desinteresse de Waldheim, aos atrasos impostos por Jacarta via Díli, às limitações de circulação no terreno e incapacidade para reunir com a FRETILIN, a missão de Guicciardi seria modesta. Algo que Ramos Horta avaliaria como «um fracasso completo», já que à sabotagem indonésia se juntam a conivência australiana e a falta de imaginação e de autoridade das próprias NU. Ainda assim, o relatório do enviado especial apontaria para a necessidade de aprofundar consultas entre as partes interessadas, deixando em aberto a possibilidade de uma futura consulta ao povo timorense sobre o estatuto do território. Comentando a missão de três dias do seu enviado especial Waldheim diria que «fora apresentado um *fait accompli* às Nações Unidas na questão de Timor-Leste»¹⁴¹.

As disposições das NU são consideradas injustas pelos indonésios, mas não passam de uma reprimenda esperada e inconsequente. Se em termos políticos o ambiente é desfavorável à independência timorense, a ambivalência jurídica corre a favor de Jacarta. O conceito de autodeterminação é demasiado lato e permeável a interpretações que variam mediante as orientações culturais e políticas. A Indonésia consegue explorar teses de legítima defesa, de auxílio a forças timorenses, de compromisso com a estabilidade regional

¹⁴⁰ Adriano Moreira (1977a), pp. 98-99, Heike Krieger (1997), pp. 53-93, Fernando Lima (2002), p. 265, Nações Unidas (2009), p. 4 e Paula Escarameia (2009), pp. 58.

¹⁴¹ Adriano Moreira (1977a), pp. 101-103, José Ramos Horta (1994), pp. 194-204, Heike Krieger (1997), pp. 87-93, Fernando Lima (2002), p. 264 e Ali Alatas (2006), pp. 21-23. Robert Lawless (1977), pp. 957-961, «(...) the UN had been presented with a "fait accompli" in East Timor».

(legítima defesa preventiva), ou mesmo de cariz humanitário. Jacarta joga com a ambiguidade do conceito para o tornar ineficaz e gerar um impasse que mantém o *statu quo*. Prevalece a noção de a integração ser irreversível¹⁴².

Entretanto, os indonésios evoluem também o discurso. Após a invasão, a Indonésia defende no CSNU que não mantém uma presença militar no território, confirmando apenas a presença de voluntários que respondem aos apelos da coligação representativa da maioria da população. Este auxílio a um “povo irmão” procura terminar com a violenta opressão da FRETILIN, face à negligência portuguesa. Introduz ainda um discurso que alude aos vínculos de sangue entre indonésios e timorenses e mostra-se disponível a colaborar de boa-fé no exercício democrático da autodeterminação. Jacarta acusa Portugal de abandonar o povo timorense e contribuir para uma situação caótica, pelo que já não lhe reconhece competências sobre os destinos do território. De resto, a Indonésia não deixa de sensibilizar os membros não alinhados do CSNU, de que posições excessivamente condenatórias poderiam levar ao boicote indonésio da Cimeira dos Não Alinhados prevista para Agosto de 1976. As críticas de Jacarta ignoram a queda do regime que perpetuara a colonização e estendera o regime autoritário à metrópole, mas negligencia também os primeiros sinais positivos da administração da FRETILIN. As NU corroborariam que Portugal não só reconheceu o direito à autodeterminação, como tentou criar um governo transitório e uma assembleia representativa para determinar o futuro dos timorenses¹⁴³.

Já em 1976, uma segunda votação no CSNU aprova a Resolução 389 (1976). O documento de 22 de Abril reafirma «o direito inalienável do povo de Timor Oriental à livre determinação e à independência», de acordo com a Carta das Nações Unidas e a Resolução 1514 (XV), de 1960. «Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Oriental», nomeadamente «pede ao Governo da Indonésia que retire, sem mais demora, todas as forças do território». A resolução solicita ainda ao SGNU que continue a informar o Conselho das evoluções no terreno – pormenor em que Portugal insistira –; «insta todos os Estados e demais partes interessadas» a cooperarem com as NU em soluções para a descolonização timorense; e «decide continuar a tratar» a questão. Contudo, a análise das três primeiras resoluções evidência uma suavização dos textos. A Resolução 3485 (XXX) «deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias»; a Resolução 384 (1975) reduz o tom e apenas «deplora a intervenção militar das forças

¹⁴² Fernando Neves (2000), p. 29 e Paula Escameia (2009), pp. 123-162.

¹⁴³ Adriano Moreira (1977a), pp. 88-89 e 99-101, Jill Jolliffe (1989), pp. 34-38, John G. Taylor (1993), pp. 117-124 e Fernando Lima (2002), pp. 260-264. Nações Unidas (2008), p. 302, «In 1974, recognizing its right to self-determination, Portugal sought to establish a provisional government and popular assembly to determine East Timor's status».

armadas indonésias»; enquanto a Resolução 389 (1976) surge despida de formulações condenatórias e elimina referências de “liberdade” e “independência”. Para mais, a segunda resolução do CSNU deixa de ser unânime, dadas as abstenções norte-americana e japonesa. Tóquio chega mesma a avançar, sem sucesso, uma proposta de emenda para que o pedido de retirada de forças indonésias incluía a referência «se as tivesse em Timor Oriental»¹⁴⁴.

A abstenção norte-americana, pelo seu peso e simbolismo, expõe o futuro da questão. «[N]o caso de Timor-Leste, a abstenção americana simbolizou o “veto” a que a questão ficou sujeita no Conselho nos vinte e três anos seguintes. Não mais fez parte da agenda activa e, por isso, nunca foi tomada qualquer nova decisão sobre o assunto». As outras duas capitais ocidentais com assento permanente no CSNU, Londres e Paris, rendem-se aos interesses comerciais. Quanto aos restantes membros permanentes, Pequim encontra-se a lidar com a Revolução Cultural e não pretende confrontar «um “aliado” asiático de tão grande envergadura dentro dos não-alinhados». Limita-se a manifestar-se «na esteira da iniciativa de outros». Do lado de Moscovo, o pragmatismo soviético compreende que a «Indonésia era (é) demasiado importante no mundo em desenvolvimento para poder eternizar-se como “inimigo a abater”». Para mais, representa um aliado na competição com Pequim. O sentido de voto dos países do bloco soviético nas votações anuais da AGNU junta-se aos abstencionistas «até haver uma quase unanimidade nessa posição»¹⁴⁵.

O representante permanente dos EUA junto das NU na altura, Patrick Moynihan, confessaria nas suas memórias que cumprira com zelo e sucesso as instruções para «impedir qualquer acção eficaz da parte da ONU para inverter a situação». Gradualmente, a questão é retirada da agenda activa das Nações Unidas e parece corroborar as expectativas de que seria uma questão de tempo até a absorção de Timor português emular o exemplo de Goa, Damão e Diu¹⁴⁶.

IV. 3. 1. A Consumação da “Integração”

Em resposta à resolução do CSNU, Jacarta limita-se a acelerar o processo de anexação. Malik declara não se sentir obrigado pelas posições adoptadas e o facto de o território estar fechado ao mundo permite às fontes indonésias trabalharem a pouca

¹⁴⁴ Adriano Moreira (1977a), pp. 104 e 113-119, Heike Krieger (1997), pp. 93-121, Paula Escameia (2009), pp. 150-152 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 73.

¹⁴⁵ António Monteiro (2001), pp. 6-8 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 71.

¹⁴⁶ Benedict Anderson (2000), pp. 5-6, Noam Chomsky (1998b), pp. 70-71 e José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 112.

informação existente sobre a realidade timorense. A vontade de uma assimilação rápida visa conter a contestação internacional e é partilhada por Washington, Camberra e Londres. Em comentário de Agosto de 1975 sobre uma previsível invasão, o embaixador norte-americano em Jacarta, David Newsom, apontara que qualquer acção teria forçosamente que ser rápida e eficaz – posição que resume a orientação nas capitais ocidentais. No decurso do encontro com Suharto, nos dias 5 e 6 de Dezembro de 1975, o presidente Ford assegurara a compreensão da Casa Branca às acções de Jacarta, enquanto Kissinger garantira o apoio dos EUA, reforçando a importância de uma consumação rápida¹⁴⁷.

O apoio dos EUA ao regime de Suharto fica patente no reforço da ajuda militar. Apesar de informado que 90% do equipamento militar usado na invasão de Timor seria norte-americano – fenómeno que constitui uma quebra legal no acordo de cooperação com a Indonésia – Kissinger consegue contornar o Congresso para aumentar os valores da assistência militar a Jacarta. O apoio norte-americano duplica em 1976 para 38 milhões de USD e em 1977 salda-se em 47 milhões¹⁴⁸.

Em Timor, no dia 17 de Dezembro de 1975 os partidos do MAC estabelecem o Governo Provisório de Timor-Leste, elegendo para a sua liderança Arnaldo Araújo (APODETI), com Lopes da Cruz, (UDT), como número dois. Em carta enviada ao SGNU é relembrada a Declaração de Balibó, que solicita a anexação, e é referida a libertação da maior parte do território da influência terrorista da FRETILIN. Dias antes, a 13 de Dezembro, fora já celebrada em Kupang a fusão do enclave de Oecussi na República da Indonésia. Esta cerimónia repete-se cinco dias depois em Oecussi, onde é arreada a bandeira portuguesa¹⁴⁹.

A prioridade da nova administração timorense vai para a normalização da situação em Díli, sendo acompanhada de um pedido de apoio ao presidente Suharto. Ramos Horta descreveria o novo Executivo como «um grupo de desgraçados completamente à mercê do comando das forças invasoras», enquanto Almeida Santos apontaria que a Indonésia forjara um governo fantoche incumbido de formalizar o pedido de anexação. Porém, segundo o embaixador Pereira Gomes, «uma boa parte da elite timorense, dos quadros de administração, aceitava a integração; porque a desejava de facto ou porque não via

¹⁴⁷ Robert Lawless (1976), p. 959, Mário Lemos Pires (1994), pp. 330-336, Fernando Lima (2002), p. 263, Brad Simpson (2005), pp. 291-297, Ali Alatas (2006), p. 20 e Pedro Aires Oliveira (2007), pp. 470-476.

¹⁴⁸ Brad Simpson (2005), p. 300.

¹⁴⁹ Adriano Moreira (1977a), pp. 58-59 e Heike Krieger (1997), p. 44.

alternativa política credível». Este fenómeno é potenciado pela Indonésia, que coloca «formalmente timorense em posições-chave da governação de Timor»¹⁵⁰.

A 8 de Janeiro de 1976, é a vez de Arnaldo Araújo anunciar o desejo de incorporação na Indonésia. Segue-se ainda em Janeiro a comunicação em Nova Iorque das reestruturações políticas timorenses. Entre elas, os partidos políticos são abolidos, sendo substituídos por um partido único; é criado um conselho consultivo do Governo Provisório, que assume competências legislativas até à constituição da Assembleia Popular; a presença das forças indonésias é legitimada. Os indonésios sentem algum conforto, acreditando ter o tempo do seu lado. Ao comentário de Malik, que vaticina a conclusão do processo até Agosto, junta-se a posição do Governo Provisório de Timor, que manifesta o desejo em avançar para a integração sem delongas. No dia 31 de Maio de 1976 a primeira sessão da Assembleia Popular – composta por trinta e sete membros nomeados – aprova por unanimidade e em menos de duas horas uma petição para a integração na Indonésia. A sessão levanta temporariamente o bloqueio indonésio ao território e é acompanhada de convites endereçados às NU e a representações diplomáticas em Jacarta. Apenas Arábia Saudita, Índia, Irão, Malásia, Nova Zelândia, Nigéria e Tailândia comparecem. Entre as ausências notam-se os nomes da Austrália, EUA, Japão, Filipinas e Singapura. Ulteriormente, em 7 de Junho, a petição timorense é entregue a Suharto. Após a sua aprovação no Parlamento indonésio, em 17 de Julho de 1976, o presidente anuncia a incorporação de Timor oriental como 27ª província da República da Indonésia¹⁵¹.

O “acto de livre escolha” não é reconhecido por Portugal ou pelas NU. Lisboa nega a autoridade indonésia sobre o Timor e reafirma novamente o seu estatuto e a incapacidade para assumir o controlo efectivo do território. A corroborar a posição portuguesa nas NU, a actuação indonésia viola a disposição da Resolução 1541 (XV), que estabelece critérios claros para os casos de associação a um Estado terceiro. A opção de integração como modelo autodeterminativo deve ser o «resultado de desejos livremente expressos do povo do território agindo com plena consciência da mudança do seu estatuto, sendo os seus desejos expressos por processos informados, democráticos, conduzidos

¹⁵⁰ José Ramos Horta (1994), p. 194, Fernando Lima (2002), p. 264, Almeida Santos (2006b), pp. 402-403 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 71.

¹⁵¹ Robert Lawless (1976), p. 958, Adriano Moreira (1977a), pp. 67-69 e 100-106, Heike Krieger (1997), pp. 44-49, Fernando Lima (2002), p. 266, Ali Alatas (2006), pp. 26-27 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 73. Benedict Anderson (2000), p. 5, aponta que a expressão «o tempo está do nosso lado» é de Jusuf Wanandi, oficial dos serviços secretos indonésios.

imparcialmente e baseados no sufrágio adulto universal». A 12 de Dezembro de 1976, a AGNU explicita o não reconhecimento da posição indonésia através da Resolução 3/35¹⁵².

Embora as relações diplomáticas com Jacarta estejam cortadas e se mantenha o não reconhecimento da anexação, o Governo português é forçado a iniciar contactos com o Governo Provisório de Timor para resolver a situação dos vinte e três militares prisioneiros. Após encontros informais em Nova Iorque, é acordada uma reunião em Banguecoque para desbloquear uma solução. Do lado português, cresce a pressão pública pela libertação dos prisioneiros. Do lado indonésio, esta negociação pode alavancar o reconhecimento da integração timorense. O encontro na capital tailandesa ocorre entre 6 a 9 de Julho de 1976, mas não alcança consenso. Segue-se o envio do general Moraes da Silva, enquanto emissário de Costa Gomes, para concluir um acordo. No dia 25 de Julho é finalmente assinada a libertação dos militares juntamente com a saída de mil e duzentos civis de Atambua. Fruto da negociação, Moraes da Silva aceita a declaração que reconhece a anexação *de facto* e *de jure* de Timor oriental na República da Indonésia e prevê o início do diálogo bilateral com vista à resolução de problemas resultantes da evacuação portuguesa¹⁵³.

Jacarta apressa-se a anunciar que o compromisso de Banguecoque arrasta o reconhecimento implícito português da soberania indonésia sobre Díli. Já em Lisboa, o diplomata Queiroz de Barros expressa o descontentamento do MNE com uma solução que atropela o artigo 307.º da Constituição Portuguesa. Visto como um trunfo que pode eliminar o criticismo internacional, Jacarta decide publicar o acordo de Banguecoque nas NU, porém deixa cair esta hipótese após contactos com a Missão de Portugal em Nova Iorque. Segundo Queiroz de Barros, a não oficialização do documento por parte da Indonésia prende-se com a compreensão da necessidade portuguesa em “salvar a face”. Na opinião do diplomata, o chefe de Estado e o chefe de Governo nunca desautorizaram o negociador português ou denunciaram qualquer inconstitucionalidade. Resumindo, a não oficialização do acordo é de inteira responsabilidade indonésia¹⁵⁴.

Em paralelo com as movimentações políticas e diplomáticas, em Timor prosseguem os exercícios militares. A ocupação de Timor foi brutal e progressiva até 1979. Em 21 de Dezembro, a FRETILIN anuncia a queda de Aileu e consequente deslocação do Governo da República Democrática de Timor-Leste para a zona montanhosa de Ainaro. A luta de resistência é conduzida pelas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor

¹⁵² Miguel Galvão Teles (1999), pp. 598-599 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 73.

¹⁵³ José Moraes da Silva e Manuel Amaro Bernardo (2000), pp. 45-49 e 65-88 e Fernando Lima (2002), pp. 266-267.

¹⁵⁴ Fernando Lima (2002), pp. 267-269.

(FALINTIL), criadas pela FRETILIN, mas que com o tempo reúne adeptos dos restantes quadrantes políticos. Desde as montanhas, terreno propício à luta de guerrilha, «os heróicos defensores da liberdade e da independência (...) [combatem] um exército regular de trinta mil soldados da Indonésia»¹⁵⁵.

Apesar do corte de comunicações imposto por Jacarta, a FRETILIN denuncia os ataques das Forças Armadas indonésias e em Abril de 1976 comunica ao SGNU que controla ainda 80% do território. Esta versão é imediatamente negada por indonésios e pelo Governo Provisório de Timor, que defendem a normalização das condições em Díli. Em resposta, Ramos Horta denuncia no CSNU a intensificação da presença militar indonésia, a escalada da violência e o uso indiscriminado de Napalm. Em Junho mantêm-se os bombardeamentos navais e aéreos e a partir de Agosto surgem os primeiros relatos das atrocidades perpetradas. Em 1977, as notícias sobre Timor começam a aludir a um verdadeiro genocídio, mas em entrevista de Abril ao *Sidney Morning Herald*, Malik aponta que as baixas civis se resumem a cinquenta ou oitenta mil. «E daí? Era uma guerra»¹⁵⁶.

A campanha indonésia prossegue com uma política de terra queimada, execuções sumárias, desaparecimentos. Ataúro transforma-se numa ilha prisão e por todo o território prossegue uma campanha de dominação, terror, tortura, perseguições, fuzilamentos, intimidação, imposição da fome e privações, trabalhos forçados, casamentos combinados, aculturação das novas gerações, deportações, programas de controlo de natalidade, manipulação do desemprego, informadores e esquadrões de morte. Apenas no final da década são manifestadas medidas de ligeira abertura, mas, nessa altura, já a resistência perdera Xavier Amaral e Nicolau Lobato. O novo líder é Xanana Gusmão, que se esforça por reorganizar o movimento. Assim, até princípios da década da 1980 Timor mantém-se esquecido em termos internacionais. Para além dos esforços indonésios em apagar a questão, Portugal não manifesta sinais objectivos que contrariem a situação. Neste contexto, apenas a Amnistia Internacional e a Igreja Católica timorense surgem como vozes dissonantes na denúncia dos atropelos à dignidade humana. Em 1978, D. José Joaquim Ribeiro, bispo de Díli, regressa a Portugal esgotado com a experiência em Timor. É substituído por D. Martinho da Costa Lopes, cujo tom contestatário força a sua substituição em 1983 por D. Carlos Ximenes Belo. O novo bispo mantém-se subordinado directamente ao Vaticano, contrariando a vontade indonésia de ver o bispado de Díli

¹⁵⁵ Adriano Moreira (1977a), pp. 58-59, Jill Jolliffe (1989), pp. 9 e 88, Fernando Lima (2002), p. 269, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 38 e Almeida Santos (2006b), p. 380.

¹⁵⁶ Robert Lawless (1976), p. 956, Adriano Moreira (1977a), pp. 61-67, James Dunn (1998) e (2009), Fernando Lima (2002), p. 269 e Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 44.

responder perante o Conselho Indonésio de Bispos. Ximenes Belo iria continuar a denúncia dos atentados aos direitos humanos em Timor e, com o passar do tempo, engrossaria o número de fiéis que vêem na Igreja Católica uma forma de protesto. O catolicismo funde-se como expressão do nacionalismo timorense. A violência gratuita de Jacarta e a sua incapacidade para perceber os timorenses como verdadeiros indonésios alimenta esse nacionalismo e a oposição à anexação¹⁵⁷.

Jacarta impõe ainda limitações à livre circulação e um activo regime de censura. De forma a controlar toda a informação sobre o território mantém um bloqueio a jornalistas estrangeiros e organizações humanitárias, incluindo o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Contudo, a situação está longe da normalização. Em 1978, o general Benny Murdani, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, comunica à embaixada norte-americana em Jacarta que as forças indonésias controlam somente entre 20% a 50% do território. Posteriormente, um relatório do Conselho Económico e Social das NU (CESNU) apontaria que, «entre 1975 e 1980, cerca de 100.000 Timorenses numa população de 700.000, tinham sido mortos pelas Forças Armadas Indonésia»¹⁵⁸.

Em 10 de Junho de 1980 – dia de Portugal – a resistência lança uma ofensiva sobre Díli e surpreende as forças indonésias. A manobra conclui com sucesso o assalto ao arsenal do quartel-general do Batalhão 744 e demonstra que as FALINTIL estão vivas. Inicia-se um ciclo de maior actividade da luta de libertação armada. Três anos depois, Xanana Gusmão estabelece pela primeira vez contacto com Ramos Horta e Abílio Araújo, dirigentes da FRETILIN que conduzem a batalha diplomática no exterior. Xanana criara novas metodologias na resistência, incluindo uma política de unidade nacional – abrindo a resistência a elementos externos à FRETILIN; a documentação objectiva e a divulgação periódica da situação militar e socioeconómica; a promoção da coexistência com os Estados regionais, incluindo a Indonésia. Esta reestruturação alavanca um novo período de relativo sucesso forçando a negociação de um cessar-fogo em 1983. A negociação mostra uma posição de força da FRETILIN superior à admitida até então por Jacarta, talvez a mais confortável desde 1975. Porém, em Agosto de 1983, a morte de dezasseis soldados indonésios aborta as conversações e provoca uma reacção arrasadora de Murdani. A

¹⁵⁷ Jill Jolliffe (1989), pp. 94-95 e 127-155, Benedict Anderson (1993), John G. Taylor (1993), pp. 161-252, Geoffrey C. Gunn (1997), pp. 9-30, Akihisa Matsuno (1998b), Peter Carey (1998) e (2001), Fernando Lima (2002), pp. 270-271 e 293-297, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 43-46, Geoffrey Robinson (2010), pp. 41-65, 68-71 e 87. Miguel Galvão Teles (1999), p. 586, refere que é «na luta contra a ocupação indonésia que a identidade nacional se forjará». Sobre a construção da identidade timorense, ver Nuno Canas Medes (2005) e Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes (2006).

¹⁵⁸ Nações Unidas (2000), p. 5 e Brad Simpson (2005), p. 301.

reação indonésia inclui massacres, valas comuns, bombardeamentos aéreos, o reforço de tropas de elite e de equipamento pesado¹⁵⁹.

Em 1982 Mário Carrascalão é indigitado governador de Díli na tentativa de promover algum apaziguamento. O ex-dirigente da UDT e ex-delegado indonésio junto das Nações Unidas não é uma figura consensual, mas consegue melhorar realidades imediatas da vida timorense. Paralelamente é anunciado o perdão a combatentes que se rendam e a autorização do regresso do Comité Internacional da Cruz Vermelha. O CICV operaria em Timor, sob sérias restrições ao seu mandato, entre 1979-1981, 1982-1983 e a partir de 1985¹⁶⁰.

IV. 3. 2. Manter a Questão Viva

A questão timorense impede que se feche o *dossier* da descolonização portuguesa. Exibe ainda o paradoxo da defesa da autodeterminação ser conduzida por aquele que fora um «Estado colonialista por excelência (...) contra um dos combatentes históricos pela descolonização, que deixara de o ser». Em consonância com os princípios da Carta das Nações Unidas de não recurso à força e de resolução pacífica de conflitos e de acordo com o princípio constitucional de «solução pacífica dos conflitos internacionais», Portugal aposta num processo diplomático que envolveria o recurso ao secretário-geral das NU, AGNU, Conselho de Segurança, Comissão dos Direitos do Homem, Tribunal Internacional de Justiça e longas negociações com a Indonésia¹⁶¹.

Desde o início que a estratégia portuguesa passa pela internacionalização do diferendo. Porém, nos anos que se seguem o MNE deixa sobressair uma alarmante passividade nos *fora* internacionais. A exceção ocorre com o discurso de Maria de Lurdes Pintasilgo, primeiro-ministro, na AGNU em 1979. «Portugal nunca abdicou da sua autoridade como potência administrante do Território, embora, ano após ano, fosse informando a ONU de que as condições existentes em Timor Leste impediam o país de assumir a responsabilidade pela administração do Território»¹⁶².

Do lado oposto, Jacarta prossegue com uma campanha que assume a questão timorense no seio do interesse nacional. Nas NU, a Missão da Indonésia tem «uma

¹⁵⁹ Jill Jolliffe (1989), pp. 127-155 e Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 45-46.

¹⁶⁰ Jill Jolliffe (1989), p. 139, Fernando Lima (2002), pp. 270-271, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 45-46 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 89, nota de rodapé 25.

¹⁶¹ Miguel Galvão Teles (1999), p. 572 e Patrícia Galvão Teles (2004a).

¹⁶² José Ramos Horta (1994), pp. 206 e 214-215 e Nações Unidas (2000), p. 4.

estratégia bem definida», capaz de explorar «todos os seus recursos para atingir os seus objectivos diplomáticos» e que vai «ganhando pontos ao longo dos anos». Apesar dos esforços individuais de diplomatas como «Filipe de Albuquerque, António Monteiro, Rui Martin Santos, Alfredo Duarte Costa», a indefinição e o desinteresse em Lisboa comprometem a actuação em Nova Iorque e não potência a questão durante as presenças no CSNU (1979-1980) e na Comissão dos Direitos Humanos (1979-1981)¹⁶³.

De facto, durante a consolidação democrática Portugal é palco de graves crises financeiras que chegam a forçar a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em termos externos, a negociação da adesão às Comunidades Europeias – processo que se estende entre 1977 e 1985 e ilustra a complexidade de algumas negociações internacionais – é a grande prioridade, mas acompanha um período turbulento. Até 1979 sucede-se uma variedade de orientações políticas, por vezes díspares, que se sobrepõem ou anulam. Primeiro vem a descolonização. Depois a visão terceiro-mundista de Melo Antunes. Seguem-se os governos constitucionais e o rumo pró-ocidental de Soares, que aposta na Europa embora se registem as interferências do presidente Eanes na aproximação aos PALOP. Durante os governos de iniciativa presidencial, com destaque para Lurdes Pintasilgo, favorece-se os PALOP, arrefece o projecto europeu e surgem críticas à OTAN. Apenas em 1980 é que o Executivo de Francisco Sá Carneiro, com Diogo Freitas do Amaral à frente do MNE, «pôde e quis definir com clareza, e executar sem tibiezas, o “triplo objectivo estratégico” da política externa portuguesa», assente nas vertentes europeia, lusófona e atlântica. Este marco é acompanhado pelas primeiras tentativas para cingir a política externa à acção governativa, tentando terminar com as diplomacias paralelas e a intervenção presidencial num domínio do MNE. Ramos Horta recordaria que com Freitas do Amaral emerge o primeiro sinal de mudança, assente num «ambicioso plano de acção (...) que prometia dinamizar a diplomacia portuguesa e relançar a questão», mas que não chega a arrancar¹⁶⁴.

Por outro lado, a reduzida actividade diplomática visível reflecte a consciência do peso relativo de Lisboa. Impotente para alterar por si uma situação que é apresentada como consumada, Portugal abstém-se de forçar um confronto bilateral com a Indonésia. O MNE opta pela “multilateralização da questão” e tenta entregar o problema às NU, apresentando-o como uma transgressão à Carta das Nações Unidas e uma agressão a toda a comunidade

¹⁶³ José Ramos Horta (1994), pp. 206 e 214-215.

¹⁶⁴ José Ramos Horta (1994), pp. 206 e 214-215 e Diogo Freitas do Amaral (2008a), pp. 250-252. PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

internacional. O objectivo é manter a questão viva até se verificar um realinhamento de apoios. Lisboa não patrocina projectos de resoluções e adopta um discurso moderado, reftreando-se de críticas directas a Jacarta¹⁶⁵.

Em 1977, “Jimmy” Carter toma posse como 39º presidente dos EUA e elege os direitos humanos como a alma da sua política externa, acalentando esperanças de um novo ciclo. Ao comentar o discurso de tomada de posse, Maurice Duverger saúda o fim do «fascismo exterior», fórmula com que descreve a “exportação de ditaduras” promovida na história recente do Departamento de Estado. Porém, o resultado da Administração Carter (1977-1981) em matéria de direitos humanos esfuma-se entre a retórica e imiscui-se de acusações aos parceiros em Jacarta¹⁶⁶.

Do lado australiano, a marcha-atrás operada após a invasão sofre novo *volte-face*. Em Janeiro de 1978 o Governo australiano anuncia o reconhecimento da anexação de Timor na Indonésia. Esta reviravolta respeita a posição de princípio apresentada no Departamento dos Negócios Estrangeiros em Dezembro de 1975 e é justificada com a realidade vivida em Timor. Para Andrew Peacock, ministro dos Negócios Estrangeiros, trata-se de «uma realidade com a qual nos devemos enfrentar». Apesar de manter a postura crítica quanto à invasão, «seria irrealista continuar a recusar reconhecer que Timor Leste é *de facto* parte da Indonésia». Em Novembro de 1978 é circulada nova comunicação do Departamento dos Negócios Estrangeiros que anuncia o reconhecimento *de jure* em inícios de 1979. Revelando novamente a primazia da orientação pragmática, os australianos associam a formalização jurídica ao início das negociações sobre a exploração petrolífera do *Timor Gap*, que ocorre em 14 de Fevereiro de 1979. Camberra é a única capital a reconhecer *de jure* a integração¹⁶⁷.

A reaproximação a Camberra é um trunfo fulcral para Jacarta, sendo trabalhada desde Abril de 1976 quando Peacock assegurara ao ministro da Defesa indonésio, general Panggabean, que o relacionamento bilateral se sobrepõe às divergências sobre Timor. Os contactos sucedem-se até que em Outubro de 1977 Fraser e Suharto renovam os laços de amizade em Jacarta. Como reflexo imediato, a Indonésia passa a contar com o voto australiano nas NU. Richard Woolcott, o diplomata que defendera o reconhecimento da

¹⁶⁵ Fernando Neves (2000), Fernando Lima (2002), pp. 25-26 e 275-278, Ana Gomes (1995), pp. 111-112 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 71-76.

¹⁶⁶ Adriano Moreira (1977a), p. 138, José Ramos Horta (1994), pp. 153-171, Fernando Lima (2002), p. 26. José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 144, nota de rodapé 17, «*Human Rights is the soul of our foreign policy*».

¹⁶⁷ Heike Krieger (1997), pp. 329-335, Clive R. Symmons (1998b), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 579 e 599, Fernando Neves (2000), p. 29, Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), pp. 810-811, Fernando Lima (2002), p. 315 e José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 113.

anexação como a melhor solução para os interesses australianos, é entretanto transferido para Nova Iorque, onde passa a chefiar a Missão da Austrália junto das Nações Unidas¹⁶⁸.

Entre 1975 e 1982 são aprovadas oito resoluções na AGNU. À suavização da linguagem junta-se a perda de apoios, com a proporção de voto a variar dos 50% para 31,8%. As evidências demonstram que «[o]s interesses estavam do lado da Indonésia, que tinha os membros mais influentes da comunidade internacional prontos a preservar uma “política utilitária” de salvaguarda de proventos políticos e económicos». A questão dilui-se e a partir de 1979 é omitida a referência sobre a legitimidade da luta armada timorense¹⁶⁹.

Adriano Moreira aponta que para lá da retórica são os interesses nacionais que movem os Estados e, neste caso, Jacarta norteia-se por um previsível pragmatismo. A questão timorense atesta a manipulação informativa que alimenta os jogos de poder internacionais e a precedência destes ao direito internacional. Para mais, desde 1973 que Washington estabelece que os interesses nacionais assumem primazia às recomendações das NU. Em suma, os valores ocidentais consagrados na Carta das Nações Unidas submetem-se à «tradição maquiavélica» das relações internacionais e esta é indiferente a acidente de percurso. O concerto das nações assenta numa hierarquia complexa que acentua desigualdades e promove interesses. Ressalta a famosa questão, *cui bono*¹⁷⁰?

A posição portuguesa viria a alterar-se no início da década de 1980. Freitas do Amaral redige o primeiro «plano global de acção» português para Timor. O documento que aborda problemas internacionais e internos é apresentado em Conselho de Ministro e publicado a 12 de Setembro. Apesar de não arrancar, serviria de modelo inspirador. Entretanto, o regresso ao “parlamentarismo internacional” reaviva o interesse que Portugal alimentara pelos organismos de diplomacia multilateral e segurança colectiva desde a Sociedade das Nações. Um posicionamento que reduz a imagem de desconfiança, isolamento e confrontação vivenciada nas NU até 1974. Uma reaproximação a um «fórum insubstituível de iniciativa e debate, reflexão e crítica (...) confluência de poderes e projecção de interesses, recurso e instrumento de acção (...) [sobretudo] para os pequenos países que através dela mais facilmente afirmam a sua presença e fazem ouvir a sua voz»¹⁷¹.

¹⁶⁸ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 578-579, Fernando Lima (2002), pp. 272-275 e Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 169-170.

¹⁶⁹ Heike Krieger (1997), p. 133, António Monteiro (2001), p. 10 e Fernando Lima (2002), p. 276.

¹⁷⁰ Adriano Moreira (1977a), pp. 123-139 e João Gomes Cravinho (2006), p. 46.

¹⁷¹ Marcello Duarte Mathias (1987), p. 74, José Medeiros Ferreira (1993), pp. 130-150, Nuno Severiano Teixeira (2000) e Diogo Freitas do Amaral (2008a), p. 261.

IV. 4. 1982 E A MUDANÇA DE ESTRATÉGIA

Em 1980, «Portugal era um país bastante periférico, embora já com uma imagem renovada». Apesar do refrescante capital de crédito, mantém uma «situação um pouco indefinida: tinha acabado de ser um império colonial, ainda não tinha entrado na CEE, e estava em situação algo *sui generis* na NATO». Mesmo as relações com as ex-colónias africanas «ainda não eram fáceis». Apesar do bom trabalho diplomático na credibilização do novo regime, as reticências quanto ao rumo português levam o seu tempo a dissipar. A título de exemplo, a eleição portuguesa como membro não-permanente do CSNU no biénio 1979-1980 apresenta-se como um grande desafio, já que persistem colagens ao passado colonialista e à orientação pró-soviética¹⁷².

Internamente, o período constitucional iniciara em 1976, mas subsistem três problemas basilares na vida política portuguesa: a divergência sobre as “conquistas irreversíveis”; a coexistência entre os poderes militar e civil; e a constante crise económico-financeira. A instabilidade força a sucessão de executivos. O I Governo Constitucional liderado por Mário Soares toma posse em 23 de Julho de 1976, resignando em Dezembro de 1977. Seguem-se novo executivo liderado pelos socialistas e três governos de iniciativa presidencial. Após cinco governos em quatro anos, em Dezembro de 1979 a Aliança Democrática (AD) vence as segundas eleições legislativas. O VI Governo Constitucional toma posse em Janeiro seguinte. Liderado por Francisco Sá Carneiro, pretende introduzir reformas estruturais a médio prazo e encontra na política financeira de Aníbal Cavaco Silva o seu principal trunfo. O MNE está a cargo de Freitas do Amaral¹⁷³.

Em termos internacionais, a transição para a década de 1980 reacende a competição bipolar e vê o presidente norte-americano Ronald Reagan proferir o discurso contra o “império do mal”. Assiste-se à invasão do Afeganistão, à revolução iraniana, à segunda crise petrolífera, à guerra Irão-Iraque e à tomada da embaixada norte-americana em Teerão. O conflito israelo-árabe persiste. A invasão vietnamita do Camboja origina uma resposta chinesa. Prosseguem os conflitos em Luanda e Maputo. O Zimbabué sucede à Rodésia de Ian Smith. A Namíbia mantém-se sob domínio sul-africano, cujo regime segregacionista é crescentemente criticado. O Chipre alimenta a discórdia entre Ancara e Atenas e o movimento sindical *Solidarnosc* desperta na Polónia. Timor está esquecido e o interesse

¹⁷² Diogo Freitas do Amaral (2008b), p. 46 e Fernando Neves (2008b), p. 276.

¹⁷³ António José Telo (2007), pp. 196-220 e Diogo Freitas do Amaral (2008a), pp. 161-327.

residual que a questão timorense alimenta reflecte-se em Lisboa. Ao conformismo político que patrocina a teoria de integração somam-se as sucessivas remodelações governativas, levando a que a «reflexão estratégica (...) [e] a condução táctica do que é feito na política externa portuguesa por Timor (...) [se limite à iniciativa dos] quadros diplomáticos»¹⁷⁴.

A constatação de que a dinâmica de apoios esgotara o assunto na AGNU leva o MNE a apresentar um novo modelo estratégico em Setembro de 1980. Assente em três vectores, combina apoio socioeconómico aos refugiados, com ajuda humanitária e a actuação diplomática. Este modelo abre ainda a possibilidade de diálogo com Jacarta com vista a desbloquear uma solução política. No mês seguinte, Morais da Silva regressa ao arquipélago para encontros com Murdani e uma deslocação a Timor. Apesar de criticada pela FRETILIN, a visita visa elaborar um relatório sobre as condições no território. A avaliação elaborada destaca que «a integração é um facto definitivo», avançando como exemplos a penetração da Língua Indonésia, que supera o Português, a inactividade visível da guerrilha e o nulo impacto da pressão internacional sobre Jacarta – que além de se mostrar auto-suficiente aumentara as exportações. A impressão positiva do relatório fica patente na apreciação de que «se fez mais em três anos [sob domínio indonésio,] do que a nossa administração foi capaz em 30 anos». Os encontros em Jacarta reflectem a confiança indonésia de a questão timorense estar fechada, embora haja abertura para negociar questões humanitárias pendentes. Perante a crescente constatação de um facto consumado, Queiroz de Barros apresenta novo relatório no MNE. Apesar de a integração começar a surgir como irreversível, Portugal continua vinculado a Timor por uma questão de princípio e pelos compromissos histórico, moral e constitucional. Espera-se que as NU possam ajudar a desbloquear uma solução¹⁷⁵.

Em Dezembro de 1980 morre Sá Carneiro. O polémico desaparecimento do primeiro-ministro e do ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, é fortemente sentido na AD e lança novo cenário de incerteza no panorama político. Em Janeiro de 1981 surge o Governo de Francisco Pinto Balsemão, com André Gonçalves Pereira nas Necessidades. Segue-se em Setembro o VIII Governo Constitucional – 14º executivo desde Abril de 1974. Pinto Balsemão mantém-se em S. Bento. Vasco Futscher Pereira assume a pasta dos Negócios Estrangeiros em Junho de 1982¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Leonardo Mathias (1986), Bernardo Futscher Pereira (1990), p. 5, John Lewis Gaddis (2007), pp. 225-231 e Ana Gomes (2008), p. 82.

¹⁷⁵ Fernando Lima (2002), pp. 277-281.

¹⁷⁶ António José Telo (2007), pp. 220-232 e Diogo Freitas do Amaral (2008a), pp. 278-349.

Com Futscher Pereira à frente da diplomacia portuguesa quebra-se a menor actividade visível no *dossier* timorense. Em Setembro de 1982, o ministro admite o interesse de encetar conversações com os indonésios no sentido de melhorar as condições de vida em Timor. Preconiza «flexibilidade na abordagem do problema da autodeterminação». A posição revela a premência de um novo rumo que contrarie a dinâmica de erosão de apoios, interesse e futuro que a questão apresenta nas NU. Lisboa opera então uma mudança e patrocina pela primeira vez um projecto de resolução sobre Timor na AGNU. Avançado juntamente com o Brasil e os PALOP, o documento solicita os bons ofícios do SGNU para alcançar «uma solução pacífica dos problemas de Timor»¹⁷⁷.

A aprovação de uma resolução nas NU não foge aos interesses económicos e políticos em jogo. Resumindo os alinhamentos políticos nas NU na década de 1980, Marcello Mathias avançaria três forças: o «grupo ocidental (...) que abrange a América do Norte, a Europa Ocidental, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia; o Grupo dos 77 (...) que reúne cerca de 120 países, afro-asiáticos e latino-americanos; e o Grupo dos Países de Leste». Realça que só a partir de 1986 é que os países do Terceiro Mundo substituiriam «o sistemático libelo anti-ocidental», que marca desde a década de 1960 o diálogo Norte-Sul (ou Oeste-Sul) por uma postura mais pragmática e conciliatória¹⁷⁸.

Relativamente à questão timorense, entre 1975-1981 a proporção de votos favoráveis na AGNU varia dos 50% para 34,4%. Nas últimas três votações: o sentido de voto apresenta 62 votos favoráveis e 31 contra, em 1979; 58-35 em 1980; e 54-42 em 1981 – números distintos dos 72-10 em 1975. Também a leitura qualitativa é reveladora. Em 1981, Jacarta conta com Argentina, Austrália, Canadá, Chile, Egipto, EAU, EUA, Filipinas, Índia, Iraque, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Qatar, Singapura, Tailândia, Tunísia, Turquia – tem um sólido apoio entre os líderes da Ásia-Pacífico, muçulmanos, Não Alinhados e Estados sul-americanos alinhados com Washington. Portugal tem o apoio de Angola, Brasil, Cabo Verde, RPC, Cuba, Guiné-Bissau, Islândia, Irão, México, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Seicheles, URSS, Vietname. Reúne votos dos PALOP, no Terceiro Mundo, no bloco comunista e entre pequenos Estados. Entre as abstenções encontram-se a África do Sul, Arábia Saudita, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Israel, Itália, Líbia, Luxemburgo, Marrocos, Nigéria, Noruega, Polónia, Suécia, RDA, Reino Unido, RFA, Venezuela. As credenciais de Jacarta

¹⁷⁷ Cavaco Silva (2002), p. 307, Fernando Lima (2002), pp. 276-278, Fernando Neves (2008a), p. 75 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 76.

¹⁷⁸ Marcello Duarte Mathias (1987), pp. 60-65 e José Ramos Horta (1994), p. 228.

entre muçulmanos, Não Alinhados e na OPEP obstruem apoios ocidentais, do Terceiro Mundo e dos vizinhos do Magrebe a Lisboa. Para mais, a própria política de isolamento do território desenhada pelos indonésios favorece a desinformação sobre a realidade timorense e contribui para as elevadas abstenções¹⁷⁹.

A Indonésia é vista em Estocolmo como um excelente cartão-de-visita para o comércio de armas asiático. Oslo é um fornecedor da marinha mercante indonésia. Em Paris, François Mitterrand denunciara o genocídio timorense em 1981, mas dois anos depois, já no Eliseu, vê a França assumir a condição de principal fornecedor militar europeu do regime de Suharto. Esta posição no *ranking* seria contestada por Londres a partir de 1986, mas os britânicos lucram com a venda de material bélico desde 1978. Na América do Norte, os dois parceiros portugueses na OTAN estão com Jacarta. Ao conhecido apoio dos EUA junta-se o Canadá. Em 1975 Otava anuncia um pacote de assistência económica a Jacarta no valor de 200 milhões de USD e vê abertas as portas ao fornecimento da força aérea indonésia¹⁸⁰.

Perante este enquadramento, o MNE joga todas as cartas na aprovação do projecto de resolução de 1982, quer ao nível da redacção, quer na recolha de apoios. Assente numa linguagem moderada que facilite a aprovação, o preâmbulo – espírito da resolução – explicita o estatuto de Portugal como potência administrante e o seu reconhecimento do direito autodeterminativo do povo timorense. A parte dispositiva – letra da resolução e sua parte operativa – solicita os bons ofícios do SGNU e ao Comité dos 24 que mantenha Timor-Leste listado enquanto território não-autónomo. Em simultâneo é lançada «a maior campanha diplomática de sempre. Cerca de 40 embaixadores e enviados especiais foram despachados para vários países. (...) Instruções (...) seguiam para todas as embaixadas portuguesas espalhadas pelo mundo fora». A operação conduzida por Futscher Pereira, com total apoio da Presidência da República e do Parlamento, intensifica a pressão político-diplomática e produz «um efeito imediato nos corredores da ONU no Outono de 1982: a questão de Timor Leste voltou a ser tema de conversa»¹⁸¹. Jacarta responde enviando embaixadores e enviados especiais para capitais asiáticas, africanas, europeias e sul-americanas. A campanha indonésia conta também com apoios de peso. Em Março, Gough Whitlam, ex-primeiro-ministro australiano, defende a Indonésia na 4ª Comissão, atraindo atenções inesperadas para a questão timorense. «Nunca um ex-primeiro-ministro de um

¹⁷⁹ Heike Krieger (1997), pp. 129-133. OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

¹⁸⁰ José Ramos Horta (1994), pp. 234-243, Fernando Lima (2002), pp. 275-278 e Paula Escarameia (2009), p. 57.

¹⁸¹ José Ramos Horta (1994), pp. 218-233 e Miguel Galvão Teles (1999), pp. 607-608.

país da importância da Austrália havia intervindo numa sessão da 4ª Comissão». Todavia, a sessão fica marcada pelo franco debate com Ramos Horta, que se encontra presente na qualidade de peticionário. A contagem de apoios faz-se até à hora da votação. Em 23 de Novembro de 1982, a Resolução 37/30 é aprovada por quatro votos (50 a favor, 46 contra e 50 abstenções – 31,8%)¹⁸².

A Indonésia acaba por ceder à resolução. Confiante dos crescentes apoios, a mediação do SGNU permite terminar com o «debate estéril» na Assembleia Geral, cede tempo para consumir a integração e exporta uma imagem de abertura ao diálogo. Do lado português, apesar do reduzido apoio ocidental, a Resolução 37/30 é «uma vitória essencial». A diplomacia portuguesa atinge os seus objectivos: retira o assunto da AGNU, onde a provável perda de uma futura votação retiraria a questão da agenda internacional; mantém Timor listado como território não-autónomo; reafirma o estatuto de potência administrante; lança o ónus da iniciativa sobre o SGNU; e abre uma porta de diálogo com Jacarta. Para mais, ao envolver o secretário-geral, Lisboa pretende reforçar que o diferendo não é bilateral, tratando-se antes de uma transgressão do ordenamento internacional¹⁸³.

«A posição e capacidade de intervenção do Secretário-Geral das Nações Unidas que, em teoria, se pode considerar o porta-voz da opinião pública mundial,» são valorizadas em meados da década de 1980. «Dito isto, regra geral, as suas iniciativas só lograrão obter êxito se contarem com o apoio das partes interessadas»¹⁸⁴.

O início dos bons ofícios – «mecanismo político de regulação pacífica de conflitos (...) previsto no artigo 33.º da Carta das Nações Unidas (...) tendo em vista o estabelecimento ou restabelecimento do diálogo entre as partes» – coincide praticamente com a eleição do novo SGNU, Javier Pérez de Cuéllar. Ao longo de dois mandatos, Pérez de Cuéllar seria um actor interveniente na mediação de conflitos, ajudando as NU a ganharem protagonismo e prestígio. Não deixaria porém de privilegiar a imparcialidade na questão timorense¹⁸⁵.

Em Abril de 1983, um documento oficioso da Missão de Portugal expõe ao secretário-geral a primeira posição portuguesa mostrando abertura para aceitar qualquer

¹⁸² José Ramos Horta (1994), pp. 220-233 e Heiki Krieger (1997), pp. 128-133. José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 74, adverte que «na realidade foram 48 [votos contra], pois dois países que não participaram no voto declararam que votariam contra».

¹⁸³ Miguel Galvão Teles (1999), p. 608, Fernando Neves (2000), p. 30 e (2008a), p. 75, António Monteiro (2001), p. 10, Fernando Lima (2002), p. 278, Patrícia Galvão Teles (2004a), p. 3, Ali Altas (2006), pp. 27-33 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 74.

¹⁸⁴ Marcello Duarte Mathias (1987), pp. 58-59.

¹⁸⁵ Geoffrey C. Gunn (1997), pp. 41-44, Fernando de Sousa (2008), p. 28 e Maria do Céu Pinto (2010), p. 49.

cenário que respeitasse a vontade dos timorenses. Segue-se o encontro de Mário Soares com o SGNU em Nova Iorque. Na antevisão das negociações tripartidas, o novo chefe de Governo afirma que Portugal ultrapassara o combate ideológico que afectara a transição democrática e o processo de descolonização. Lamenta que as atribuições de então tivessem precipitado os acontecimentos em Timor e declara que Portugal se encontra agora disponível para «uma solução negociada», que permita retirar Timor da lista de territórios não-autónomos desde que sejam salvaguardas questões humanitárias, religiosas e culturais – uma solução goesa para Díli. Esta abordagem indicia que Lisboa prescinde da autodeterminação em troca do reconhecimento da identidade timorense e respeito pela presença histórica portuguesa. A solução liberta diplomaticamente Portugal de Timor, mas não reúne consensos¹⁸⁶.

Demonstrado o espírito de abertura negocial, segue-se em 16 de Março de 1984 o primeiro encontro entre Pérez de Cuéllar e o Governo português em Lisboa. O SGNU anuncia a disponibilidade indonésia para iniciar conversações com Portugal, embora reservando-se de discutir o estatuto do território. Jacarta defende que os timorenses já se expressaram em 1976, mas deseja avançar com questões respeitantes aos direitos dos timorenses e portugueses. Do lado português, é reafirmado o interesse no processo negocial e, numa demonstração de boa-fé, Lisboa não impõe condições prévias. Neste momento Jaime Gama está à frente do MNE e o embaixador Queiroz de Barros, que assume o *dossier* timorense, parte para recolha de informações na Ásia¹⁸⁷.

As negociações em Nova Iorque começam a 12 de Novembro de 1984, ao nível de embaixador. A *troika* composta por Rafeeuddin Ahmed, em representação do SGNU, e pelos representantes permanentes de Portugal, Rui Medina, e da Indonésia, Ali Alatas, centra-se na melhoria das condições no território, questões humanitárias, religiosas e culturais. Procuram-se medidas geradoras de confiança, mas fica visível a irredutibilidade indonésia quanto à soberania de Timor. De resto, o entendimento de que nada há para discutir por parte dos indonésios justifica o sucessivo bloqueio de encontros a nível ministerial. Até Agosto de 1985 realizam-se seis reuniões entre os chefes de Missão, enquanto nos bastidores surgem relatos de atentados aos direitos humanos e do reavivar da resistência armada em Timor. Sentindo-se pressionada pelas notícias que desmentem a tese oficial de estabilidade e progresso em Díli, Jacarta cede. A 24 de Setembro de 1985, Jaime Gama encontra-se “casualmente” com Mochtar Kusumaatmadja, ministro dos Negócios

¹⁸⁶ Fernando Lima (2002), pp. 26 e 281-283.

¹⁸⁷ Fernando Lima (2002), pp. 281-282 e Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 166.

Estrangeiros indonésio nos corredores das NU, iniciando as conversações ao nível ministerial. A atmosfera construtiva que se segue permite registar progressos, mas o diálogo continua a emperrar nas divergências sobre o estatuto do território. Para o embaixador Fernando Neves, apesar do cepticismo e descrédito com que os encontros foram acolhidos inicialmente, eles «permitiram que não se fechasse a porta à questão de Timor como um ponto da ordem internacional e da agenda das Nações Unidas». Acrescenta Pereira Gomes, «[a]pesar do alcance limitado que estes encontros tiveram, durante muitos anos, eles foram (...) o fio condutor e o palco central do processo político de negociação internacional»¹⁸⁸.

No entanto, segue-se em Lisboa nova fase de imobilismo na frente de Timor que jogaria a favor de Jacarta. Soares, primeiro-ministro entre 1976-1978 e 1983-1985 afirmaria que as preocupações internas o desviaram quase por completo do processo timorense durante este período. A inacção é também explicada pelos sentimentos de impotência e de irreversibilidade da situação, acrescidos pela falta de informação objectiva sobre o território e os escassos apoios internacionais. Lisboa considera que a questão está bem entregue nas NU. Contudo, Ramos Horta comentaria que, «[o]s documentos de trabalho [oficiais das NU] de 1984 e 1985 passavam muito bem como *press releases* da missão permanente da Indonésia». São os líderes da resistência no exterior – Ramos Horta, Abílio Araújo, Roque Rodrigues, Mari Alkatiri e José Luís Guterres –, que promovem a discussão na AGNU com o apoio dos PALOP. Portugal limita-se às intervenções nos discursos anuais, embora convenha notar que Lisboa nada faz, «por actos ou omissões», que questione a sua responsabilidade constitucional perante a emancipação timorense¹⁸⁹.

Volvidos dez anos desde a invasão, o Partido Social-Democrata (PSD) liderado por Cavaco Silva chega a S. Bento. O primeiro-ministro depara-se com uma situação de «grande indiferença da comunidade internacional», onde o «peso negocial de Portugal (...) tinha vindo a enfraquecer. Nos meios diplomáticos reinava grande cepticismo quanto à possibilidade de um efectivo exercício do direito à autodeterminação e muito maior quanto à independência». A iniciar a segunda metade da década de 1980, o Governo, com Pedro Pires de Miranda nas Necessidades, assume que «tudo fará no sentido de encontrar uma solução global para o problema de Timor Leste», nomeadamente apoiando os bons ofícios do SGNU. Os objectivos incidem na melhoria das condições socioeconómicas em Díli, na protecção da identidade cultural timorense e na procura da autodeterminação. Portugal

¹⁸⁸ Cavaco Silva (2002), p. 308, Fernando Lima (2002), pp. 281-283, Patrícia Galvão Teles (2004a), pp. 3-4, Ali Alatas (2006), pp. 33-35, Fernando Neves (2008a), p. 76 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 78-79.

¹⁸⁹ José Ramos Horta (1994), pp. 267-275, Fernando Lima (2002), p. 24 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 71-76.

aposta em avançar as negociações com Jacarta para um segundo patamar, tentando «colocar sobre a mesa o problema do direito do povo de Timor Leste ao exercício da autodeterminação». Assiste-se a um esforço de coordenação de posições entre S. Bento e Belém, que garanta a unidade nacional indispensável a uma maior projecção internacional da questão. Também Mário Soares, já na Presidência da República, adopta uma postura «mais firme e dura em relação à Indonésia». Inicia-se novo fôlego¹⁹⁰.

A partir de 1986, Portugal passa da internacionalização nominal à internacionalização efectiva da questão timorense e endurece a posição contra Jacarta. Importa ressaltar que entre os factores que sustentam esta decisão surge à cabeça a capacidade de afirmação da resistência maubere. Sem apoios exteriores e contrariando as expectativas, a luta conduzida pelas FALINTIL, aliada às intervenções dos líderes timorenses no exterior e ao papel da Igreja timorense impedem a Indonésia de dar a integração por consumada. Conforme afirmaria Xanana Gusmão, «[t]udo o que se desenrola, aí, no exterior, tem sido a resposta à situação desenvolvida no interior da Pátria». Acrescentaria, «com toda a alma: eu acredito em Portugal, nos seus propósitos! Mas... acredito mais em nós mesmos». A resistência é considerada «o mandato» do povo timorense e evidência a rejeição generalizada da ocupação¹⁹¹.

Em Março, Portugal serve de plataforma ao entendimento entre FRETILIN e UDT para falarem a uma só voz. Os dois partidos formam a Convergência Nacionalista Timorense (CNT), seguindo-se em Abril de 1988 a criação do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM) em Peniche. O novo movimento é presidido por Xanana, que cessa a filiação na FRETILIN. As FALINTIL transitam para a alçada do CNRM e a FRETILIN renuncia ao título de único legítimo representante do povo timorense. Também os líderes da UDT começam a denunciar a ocupação. Em 1987 João Carrascalão revela nas NU que a célebre Declaração de Balibó fora assinada sob ameaça, posição que seria corroborada por Domingos Oliveira e por Akihisa Matsuno, perito em estudos indonésios. O principal argumento indonésio para justificar a anexação cai por terra¹⁹².

Entretanto em Nova Iorque, Rafeeuddin Ahmed entrega em Fevereiro de 1986 um memorando de entendimento aos embaixadores Matos Proença e Ali Alatas. O documento destaca a vontade de alcançar um entendimento até à abertura da AGNU, mas o arranque do diálogo fica marcado pela intenção indonésia em incluir Timor nas suas próximas

¹⁹⁰ Cavaco Silva (2002), pp. 307-309.

¹⁹¹ José Ramos Horta (1994), pp. 327-332 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 71-83.

¹⁹² Jill Jolliffe (1989), pp. 105-108 e 158, Akihisa Matsuno (1998a), Miguel Galvão Teles (1999), p. 602, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 43 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 76-77.

eleições gerais. Jacarta defende que a consulta não é um referendo sobre a situação do território, mas que uma plena participação deveria ser vista como a manifestação popular da integração. É estendido o convite ao SGNU para enviar uma missão de observadores e frisado que caso os seus relatórios fossem positivos, deveria seguir-se nova resolução na AGNU para retirar Timor da 4ª Comissão. Mostra-se ainda disposta a respeitar a herança cultural portuguesa e a identidade timorense. A equipa portuguesa mostra-se contrária a esta posição, mas sensível à limitada margem de manobra. Lisboa não quer mostrar uma posição de força que justifique o abandono indonésio da negociação e consequente cancelamento dos bons ofícios; sabe que o regresso à AGNU ainda é desfavorável; mas não aceita interpretações de um acto que fica longe de ser explícito, livre e independente. Após reunião do Conselho de Estado, é mantida a posição de que as eleições não podem disfarçar um acto de autodeterminação. A posição portuguesa não é bem recebida por Rafeuiddin Ahmed nem pelos indonésios. Em Abril de 1987, Cavaco Silva recebe Pérez de Cuéllar e esclarece que Portugal «não pode aceitar a realização de consultas eleitorais em Timor Leste, que são uma clara violação dos princípios das Nações Unidas; estamos perante uma ocupação militar estrangeira, seguida de violações maciças dos direitos humanos e da recusa a toda uma comunidade do exercício livre da escolha do seu destino». A abordagem da questão central – o direito de autodeterminação – provoca um impasse. A negociação mantém-se formalmente aberta, mas na prática deixa de avançar¹⁹³.

IV. 4. 1. A Adesão às Comunidades Europeias

Anteriormente, no dia 12 de Junho de 1985, Mário Soares, ainda na qualidade de primeiro-ministro, Rui Machete, vice-primeiro-ministro, Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros e Ernâni Lopes, ministro das Finanças e do Plano, assinam no Mosteiro dos Jerónimos o *Tratado de Adesão entre Portugal e as Comunidades Europeias*. A 1 de Janeiro de 1986 Portugal torna-se membro de pleno direito dos Doze e sela o regresso à Europa, completando um projecto que visa garantir a consolidação democrática, o alinhamento ocidental e o indispensável apoio financeiro à modernização do país. O primeiro-ministro à data de adesão, Cavaco Silva, está ciente que «Portugal não gozava de uma boa imagem nas instâncias comunitárias. Tal devia-se, em boa parte, à instabilidade política e aos desequilíbrios económicos que caracterizavam o País». A conquista do devido

¹⁹³ Cavaco Silva (2002), pp. 308-310, Fernando Lima (2002), pp. 287-292 e Ali Alatas (2006), pp. 35-43.

espaço entre os líderes europeus faz-se através de uma «participação activa, séria e construtiva na vida comunitária», exibindo «confiança no futuro do projecto europeu»¹⁹⁴.

Apesar de o relacionamento comunitário primar inicialmente por uma abordagem conservadora, simbolizada na postura do “bom aluno”, a adesão empresta uma nova projecção à diplomacia portuguesa. Não só se sucedem encontros de “alto nível”, como Lisboa passa a participar na Cooperação Política Europeia (CPE). Assente no espírito de solidariedade, este fórum favorece o fluxo constante de informações entre os parceiros comunitários e permite a Portugal entrar nas consultas e debates que formam as posições comuns. A diplomacia portuguesa passa a dispor da voz dos Doze. Conforme aponta o embaixador Santa Clara Gomes, «a posição de um Estado integrado política e economicamente num quadro regional é substancialmente diferente (...) pelo poder adicional gerado pela acção conjunta e o apoio dos outros membros do grupo». Lisboa assume o estatuto de novo Estado-membro com a devida prudência, mas passa a dispor do mecanismo de veto comunitário que lhe permite bloquear qualquer tentativa de reconhecimento de *jure* da anexação. O tempo começa a mudar¹⁹⁵.

Coincidindo com o impasse nas negociações tripartidas, o MNE opta por nova estratégia, que procura combinar a abertura para o diálogo com a pressão internacional. Cavaco Silva e Pires de Miranda concordam que, «Portugal deveria apostar mais fortemente em recolocar o problema de Timor na agenda internacional, tirando partido da sua qualidade de membro de pleno direito da Comunidade Europeia». Para Quartin Santos, diplomata encarregue do *dossier* timorense, «a Indonésia tinha de passar a ser confrontada com a incomodidade da questão e a comunidade internacional tinha de tomar efectiva consciência do drama timorense, de acordar para uma violentação que tinha custado a vida a cerca de um terço da população do território e uma prática sistemática de violação dos mais elementares direitos do homem»¹⁹⁶.

Partindo de um quadro em que a dinâmica de voto entre os parceiros europeus se salda na abstenção, a diplomacia portuguesa desdobra-se. «[O] ministro dos Negócios Estrangeiros passou a exercer pressão para que os Doze condenassem a Indonésia e apoiassem a realização de negociações para a resolução do problema de Timor» e o corpo diplomático aproveita a CPE para circular informação sobre as contínuas «violações dos

¹⁹⁴ José Calvet de Magalhães (1988), Jaime Gama (1995), Fernando Neves (1997), Teresa de Sousa (1997), Álvaro Vasconcelos (2000), pp. 1-3, Cavaco Silva (2002), pp. 172-199, António Monteiro (2006), pp. 187-190 e António José Telo (2008), pp. 205-216.

¹⁹⁵ João de Matos Proença (1988), Álvaro Vasconcelos (2000), pp. 4-7, Benedict Anderson (2000), Gonçalves Santa Clara Gomes (2000), p. 85 e Fernando Lima (2002), p. 308.

¹⁹⁶ Cavaco Silva (2002), p. 310.

direitos humanos em Timor Leste, no sentido de suscitar o apoio dos seus parceiros comunitários». Contra a posição portuguesa jogam os interesses económicos de países como a Holanda, RFA, Reino Unido, França e Espanha. Fernando Neves recordaria que perante «a projecção mundial da Indonésia» e o seu valor económico, a diplomacia portuguesa depara-se com «um ambiente de impaciência e incompreensão». Uma «atitude que ao nível da Comissão atingiu proporções de hostilidade activa». A excepção é Atenas¹⁹⁷.

Outra plataforma potenciada pelo MNE são as negociações entre a Comunidade Europeia (CE) e a ASEAN – um interesse comercial estratégico dos europeus. Desde o início que se sucedem fortes pressões sobre os negociadores portugueses apelando ao espírito de contenção. Repetem-se os avisos «que a prática instalada quanto às reuniões de cooperação regional era a de não fazer intervir nelas contenciosos bilaterais». Ainda assim, logo em 1986, ano da adesão portuguesa, Pires de Miranda boicota a participação no encontro ministerial CE-ASEAN, por se realizar em Jacarta. Segue-se em Abril de 1987 a oposição portuguesa à promoção do Gabinete da Comunidade Europeia em Jacarta ao nível de Delegação. Lisboa impede o *upgrade*, «o que irritou o comissário Claude Cheysson, que tinha o pelouro do desenvolvimento e da cooperação»¹⁹⁸.

Com o tempo, a posição portuguesa é refinada. Enquanto na ASEAN impera a política de não ingerência em assuntos internos – a “*ASEAN Way*” – o Palácio das Necessidades aponta à inclusão do discurso dos direitos humanos na agenda comunitária. A primeira participação portuguesa numa reunião ministerial CE-ASEAN ocorre em 1988, na cidade alemã de Dusseldorf. Durante o encontro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, pressiona no sentido de ver incluído na declaração final da reunião um parágrafo «a favor de uma solução justa e internacionalmente aceite para a questão de Timor». Apesar de inicialmente constar do projecto de comunicado, a posição portuguesa depara-se com forte resistência da ASEAN e de parceiros comunitários. Sensível aos argumentos de Jacarta está nomeadamente a Alemanha, que entende a actuação portuguesa como um estorvo ao aprofundamento das relações¹⁹⁹.

Apesar da nova projecção que a adesão comunitária cede a Portugal, os primeiros tempos representam em si um desafio de sensibilização dos restantes Estados-membros. «Para os (...) parceiros europeus e principais aliados, como os EUA, os interesses das suas relações com Jacarta sobrepunham-se frequentemente aos princípios de solidariedade (...),

¹⁹⁷ Jill Jolliffe (1989), p. 158, Teresa de Sousa (1997), Álvaro Vasconcelos (1999), Fernando Neves (2000), p. 32, Cavaco Silva (2002), p. 311 e Laura Ferreira-Pereira (2007), p. 165.

¹⁹⁸ Cavaco Silva (2002), p. 311 e Fernando Lima (2002), pp. 308-309.

¹⁹⁹ Cavaco Silva (2002), p. 312, Fernando Lima (2002), pp. 308-311 e Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 47.

tornando muito complicada toda a negociação de iniciativas na ONU – a aprovação de qualquer simples menção a Timor numa intervenção conjunta, em nome dos então Doze, exigia grande persistência e sagacidade»²⁰⁰.

«Portugal teve de ceder», mas a posição pactuante no fórum CE-ASEAN vem «a troco do apoio comunitário noutras instâncias internacionais, em particular na Assembleia Geral das Nações Unidas». Todavia, Lisboa consegue fazer Timor figurar progressivamente no léxico comunitário. Em Setembro de 1988 surge a primeira vitória, quando o discurso da Presidência grega inaugura as referências comunitárias sobre Timor em Nova Iorque²⁰¹.

IV. 4. 2. Uma Nova Dimensão: Direitos Humanos

Paralelamente aos bons ofícios e à adesão comunitária, floresce outra dinâmica na política externa portuguesa. No seguimento da candidatura à Comissão dos Direitos do Homem (CDH), o embaixador António Costa Lobo defende que, «não é possível irmos para a primeira linha da defesa dos Direitos do Homem e não nos batermos por esses direitos para o povo timorense». A partir de 1987, Portugal impulsiona a dimensão dos direitos humanos, passa a denunciar as atrocidades perpetradas em Timor e a advogar maior atenção internacional aos direitos do povo timorense²⁰².

«Os direitos humanos são uma componente fundamental da ideologia que levou à criação das Nações Unidas», inserindo-se o direito à autodeterminação «na mesma linha de pensamento». A sua promoção surge no art.º 1.º da Carta das Nações Unidas e é reforçada em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). Esta recuperação da tradição humanitária iluminista é porém travada pelo clima de Guerra Fria. A sobreposição de considerações estratégicas favorece o apoio ocidental a uma extensa lista de regimes autoritários – como fora Portugal do Estado Novo e é a Indonésia da Ordem Nova –, embora os apresente como “menos violadores” do que os regimes totalitários. Apenas na década de 1970 se verifica um novo *élan*, com a CSCE e a entrada em vigor dos pactos sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. A partir da Administração Cárter os direitos humanos impõem-se na agenda internacional, ao

²⁰⁰ Ana Gomes (2008), p. 84.

²⁰¹ Cavaco Silva (2002), p. 312, Fernando Lima (2002), p. 308 e Laura Ferreira-Pereira (2007), p. 165. Sobre o peso e actuação da União Europeia nas NU, ver Francisco Seixas da Costa (2005).

²⁰² José Júlio Pereira Gomes (2001b), pp. 122-125, Catarina Albuquerque e Patrícia Galvão Teles (2004), Nações Unidas (2008), pp. 246-248, Ana Gomes (2008), p. 83 e Maria do Céu Pinto (2010), pp. 176-184. Criado em 1946 e com sede em Genebra, a CDH é o principal órgão das NU para a promoção dos direitos humanos. Em 2006 deu lugar ao Conselho dos Direitos Humanos.

serem potenciados pela Aliança Atlântica para confrontar modelos de sociedade propostos. Crescentemente a sua violação comporta perda de prestígio ou de apoios, mas não deixa de comportar reservas. Desafia a escola realista das chancelarias ocidentais com considerações de ordem moral. Suscita dúvidas sobre o potencial efeito obstrutor nas boas relações entre capitais e de interferência com o princípio de não ingerência. Também o relativismo cultural e o confronto ideológico impedem consensos. Na audiência de confirmação como secretário de Estado, Kissinger avança a exclusão dos direitos humanos da sua agenda por se tratar de um assunto do foro interno. Entre os Não Alinhados, os direitos individuais civis e políticos são invariavelmente preteridos aos direitos colectivos económicos, sociais e culturais. Ainda assim, em meados de 1980 os direitos humanos são um «tema essencial das relações internacionais», um «instrumento político de inegável significado e alcance», que «mobiliza a opinião pública [e] cristaliza posições»²⁰³.

Em Portugal, os direitos humanos afirmam-se desde o 25 de Abril. Após as condenações na CDH por crimes contra a humanidade na década de 1960, a democratização, descolonização e adopção das principais convenções internacionais garantem rápidos progressos e exportam uma imagem renovada. Esta mudança contribui e reforça-se com a adesão ao Conselho da Europa em 1976 e os primeiros mandatos no CSNU (1979-1980) e na CDH (1979-1981)²⁰⁴.

Apesar de coincidir com uma escalada de violência em Timor, o primeiro mandato na CDH visa «sobretudo demonstrar o (...) alinhamento político com o Ocidente e dar visibilidade à (...) presença na ONU, ambos objectivos inteiramente conseguidos». Já a candidatura de 1987 parte da «percepção [entre a diplomacia portuguesa] da crescente importância internacional dos direitos humanos e da projecção que Portugal podia alcançar se investisse neste domínio». A promoção dos direitos humanos está em linha com obrigações legais portuguesas, insere-se na «“dimensão moral” da política externa» e favorece o interesse nacional ao privilegiar a paz, a democracia e o desenvolvimento sustentável. Favorece assim o lançamento do terceiro ciclo da estratégia portuguesa para a questão timorense. Entre 1975-1982 Lisboa defendera a “multilateralização” da questão e tentara entregar o problema às NU. Segue-se entre 1982-1986 o início dos bons ofícios do SGNU com a posição portuguesa a centrar-se na “bilateralização” e a recusar iniciativas que possam perturbar o diálogo com Jacarta. A partir de 1987 opera-se a evolução que

²⁰³ António Maria Pereira (1978), pp. 51-54, Marcello Duarte Mathias (1987), pp. 66-69, José Júlio Pereira Gomes (2001b), pp. 114-138 e José Cutileiro (2003), pp. 37-47.

²⁰⁴ António Maria Pereira (1978), pp. 54-63, Marta Santos Pais (1997), José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 123 e Catarina Albuquerque *et. al.* (2004).

conjuga a «disponibilidade para o diálogo com a pressão internacional» e interliga «o perfil de Portugal na promoção dos direitos humanos (...) e a condução diplomática do processo de Timor»²⁰⁵.

A primeira resolução na CDH sobre Timor surge em 1982. Condena Jacarta e o silêncio internacional, mas não parte de iniciativa portuguesa e não conta com o apoio ocidental. No ano seguinte surge novo projecto de resolução, que é aprovado com 16 votos a favor, 14 contra e 10 abstenções. Entre os países que não apoiam o documento estão Austrália, Canadá, EUA, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e RFA. Dos ocidentais, apenas Dublin e Valeta votam a favor. Jacarta sente-se desconfortável com os impactos que a resolução provoca à sua imagem e reage conseguindo retirar o assunto da agenda. A questão ficaria arquivada na CDH entre 1985-1992²⁰⁶.

Em simultâneo, começam a chover denúncias do comportamento indonésio. Ximenes Belo escreve em 1984 a Martinho da Costa sobre a situação de desespero que se vive em Díli. Segue-se em 1985 a publicação de um relatório da Amnistia Internacional. O documento recorda que Malik apontara em 1979 que a situação alimentar em Díli poderia ser pior do que no Biafra ou Camboja, denuncia o uso de timorenses como escudos humanos, execuções sumárias, desaparecimentos, torturas, tratamento desumano de prisioneiros, acusa Jacarta de impedir o acesso do CICV ao território entre 1975-1979. Aponta duzentas mil baixas civis, revelando um dos maiores genocídios recentes²⁰⁷.

Com assento na CDH entre 1988-1990, intervenção portuguesa procura ser proactiva, diversificada e abrangente, estendendo-se para lá da questão timorense. Ao projectar uma imagem universalista e comprometida com os direitos humanos acumula créditos que cedem visibilidade e credibilidade às posições sobre Timor. Lisboa denuncia os sistemáticos atropelos à DUDH, com a qual Jacarta se encontra obrigada, e enfatiza que na origem dos abusos está a violação do direito à autodeterminação. Por seu turno, a defesa dos timorenses favorece uma actuação «mais coerente, mais articulada e efectiva». Esta “bola de neve” explora as oportunidades na CDH «para contrariar a propaganda indonésia» e «servir uma estratégia mais vasta que conduzisse a uma solução política global, justa e internacionalmente aceitável para o problema». A ligação entre os direitos humanos e a questão timorense passa também a figurar nos discursos das visitas oficiais ao estrangeiro. Cavaco Silva insiste na questão quando visita Washington em 1986 e o Vaticano em 1987.

²⁰⁵ Ana Gomes (1995), pp. 111-112 e (2008), p. 84.

²⁰⁶ Heiki Krieger (1997), pp. 221-223, José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 113 e (2010), pp. 79-80.

²⁰⁷ Amnesty International (1985), Jill Jolliffe (1989), pp. 146-147, James Dunn (1998) e (2009) e José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 144, nota de rodapé 18.

O assunto é ainda reavivado nos discursos da AGNU. Ao combinar o crescente peso político e mediático dos direitos humanos com a nova condição de Estado-membro, Lisboa adquire outro peso negocial²⁰⁸.

Em 1987, Quartin Santos ocupa-se «quase a tempo inteiro da questão de Timor Leste» e facilita um clima de mútua confiança entre o MNE e a resistência timorense. Um ano depois, o embaixador Fernando Reino transita para Nova Iorque, onde se destaca a acção de Francisco Ribeiro Teles. Costa Lobo, assessorado por Ana Gomes, mantém acesa a pressão em Genebra²⁰⁹.

IV. 4. 3. Sinais de Abertura

Em Março de 1988, Ali Alatas, chefe da Missão da Indonésia junto das NU, ascende a ministro dos Negócios Estrangeiros e avisa que Timor-Leste propicia «muitos mal-entendidos e equívocos, mesmo entre os nossos aliados, criando-nos dificuldades no nosso trabalho diplomático». Suharto coloca também oficiais da sua confiança em diversos sectores chave. Try Sutrisno, que servira com o presidente, passa a comandar as Forças Armadas substituindo Murdani, que transita para ministro da Defesa. O major-general Prabowo Subianto, cunhado de Suharto e oficial da força de elite Kopassus, é transferido para Díli, onde desde 1986 que se assiste a um reforço militar na tentativa de capturar Xanana Gusmão. Em 1988 os confrontos estão acessos²¹⁰.

No plano internacional, o reatamento das conversações sob os auspícios do SGNU é anunciado em Lisboa por Pérez de Cuéllar. Das sugestões para avançar a questão acaba por imperar a proposta portuguesa de uma missão parlamentar a convite do Parlamento indonésio. Jacarta entende a visita como uma missão de observação e não de investigação e formaliza o convite em 23 de Janeiro de 1988. Em Julho de 1988, o presidente da Assembleia da República Portuguesa, Vítor Pereira Crespo, responde positivamente ao seu congénere Kharis Suhud, seguindo-se extensos preparativos protocolares. Em Nova Iorque, a negociação entre os embaixadores Fernando Reino e Nana Sutresna Sastradijaya é acompanhada por relatos da degradação das condições em Díli e um crescente clima de desconfiança. Em Dezembro de 1988, Ximenes Belo acusa os indonésios de perpetuarem

²⁰⁸ Ana Gomes (1995), pp. 112-114, Catarina Albuquerque e Patrícia Galvão Teles (2002), Cavaco Silva (2002), pp. 199-201, 255 e 310.

²⁰⁹ José Ramos Horta (1994), pp. 268-271.

²¹⁰ Jill Jolliffe (1989), pp. 9 e 143-155, Heike Krieger (1997), pp. 275-278, Benedict Anderson (2000), pp. 6-7, Fernando Lima (2002), p. 345 e Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 142.

um «sistema bárbaro» à sombra de uma «propaganda falsa». Apesar da pressão de Jacarta sobre o clérigo timorense, em Fevereiro de 1989 dá-se nova manifestação do bispo. Ximenes Belo remete uma carta a Pérez de Cuéllar solicitando maior empenho das NU. «Estamos a morrer como povo e como nação», alerta. A Missão de Portugal faz circular a carta como documento oficial das NU. Entretanto, a visita parlamentar é anunciada para Novembro de 1991, mas acabaria por cair. As incertezas sobre os efeitos da visita sentem-se em Lisboa e em Jacarta. Em Díli, Mário Carrascalão e Ximenes Belo chegam a temer que esta possa levar a uma espiral de violência indonésia²¹¹.

Coincidindo com o início das negociações da visita parlamentar, em 1989 o brigadeiro-general Rudolf Warouw assume o comando operacional de Díli e inicia uma “política moderada” que pretende conquistar corações e mentes timorenses. Warouw apostaria num clima de maior abertura e de desenvolvimento local. Este momento coincide com o anúncio da abertura do acesso e circulação em oito dos treze distritos timorenses, que pretende refrear críticas e exportar uma imagem de que a Indonésia controla de facto os acontecimentos em Timor, de que a integração está consumada²¹².

Desde 1975 que as fronteiras timorenses estão fechadas, inclusive a indonésias, e toda a informação sobre Timor é trabalhada por Jacarta. Assim, pela primeira vez desde a invasão é possível apurar realidades. Logo em Abril de 1989 é anunciada a deslocação à «Indonésia, Timor e a outras províncias» de João Paulo II. Apontada para Novembro, a visita papal faz disparar alarmes em Lisboa e Jacarta. As autoridades portuguesas concordam que esta é uma oportunidade mediática impar. Do MNE, que fora informado previamente da deslocação, seguem instruções para a legação junto do Vaticano no sentido de acompanhar de perto o processo. Além de assumir o fluxo de informações sobre o *dossier* timorense, a embaixada portuguesa procura sensibilizar a Santa Sé no sentido de evitar «qualquer ambiguidade em relação ao estatuto religioso e político do território». As preocupações portuguesas reflectem o histórico de divergências entre o Vaticano e Jacarta e provoca alguns momentos de tensão²¹³.

A visita papal é envolta pelo reforço militar e “operações de limpeza” em Timor – destaque para a prisão de dois mil timorenses e o fuzilamento de oito. Jacarta aproveita também para tentar promover a aceitação da anexação ao evidenciar que João Paulo II não beijara o chão ao desembarcar em Díli. Porém, a postura do Papa reflecte a necessidade de

²¹¹ Cavaco Silva (2002) pp. 312-315, Fernando Lima (2002), pp. 290-298, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 46-49, Ali Alatas (2006), pp. 45-55, Ana Gomes (2008), pp. 84-85 e Geoffrey Robinson (2010), pp. 87-88.

²¹² Benedict Anderson (2000), pp. 6-7 e Rui Marques (2005), pp. 106-107, 181 e 196-197.

²¹³ Cavaco Silva (2002), pp. 313-315 e Fernando Lima (2002), pp. 298-302.

compromisso e de cortesia para com o anfitrião. Ainda assim, no seu discurso em Jacarta alude que a unidade e o desenvolvimento dos povos são indissociáveis do respeito que estes mostram «pela vida humana, pelos direitos inalienáveis das pessoas e pela liberdade dos cidadãos responsáveis para determinarem o seu destino como povo». Em Díli, João Paulo II sagra a Igreja da Imaculada Conceição, um acto simbólico da dependência directa da Igreja de Timor ao Vaticano, e beija um crucifixo colocado numa almofada no chão do local da missa. Este gesto inédito antecede uma homilia proferida em latim e com referências ao sofrimento dos timorenses²¹⁴.

Apesar das críticas que lamentam a não condenação aberta da Indonésia e da onda de repressão que rodeia a visita, a presença de João Paulo II em Timor «foi o momento mais marcante aí vivido após a convulsão de 1975», colocando Timor «no mapa político do mundo». Tal como dez anos antes ajudara a despertar a Polónia, também na passagem por Timor o Papa marcaria o rumo dos acontecimentos com o seu poder de influência²¹⁵.

Apesar da “política de abertura”, após a visita reacende-se a campanha de intimidação e começam a surgir as primeiras vozes a questionar se não teria a Indonésia repetido o erro português da década de 1960 de tentar contrariar os “ventos de mudança”. No final da década de 1980 Jacarta está envolvida num conflito dispendioso, corrosivo e sem fim à vista; em que não impõe o controlo militar, nem coopta a população. Ao desgaste que a resistência provoca junta-se o descontentamento entre as tropas e as suspeitas da corrupção que gravita em Timor²¹⁶.

Embora sem solução à vista, a queda da “cortina de bambu” contribui para tornar o problema timorense «muito mais vivo na comunidade internacional». A década não terminaria contudo sem dois episódios de sobeja importância. A 11 de Dezembro de 1989, Jacarta e Camberra assinam o acordo de *Timor Gap*. Dois dias antes, materializa-se o discurso de Reagan nas Porta de Bradenburgo com a queda do Muro de Berlim e vislumbra-se o fim da Guerra Fria²¹⁷.

Discursando no Porto, em Fevereiro de 1988, João de Deus Pinheiro saúda a fase de estabilidade interna que se iniciara em 1987. Lisboa estaria agora em condições para assumir-se como um actor «renovado, reencontrado consigo mesmo (...) defensor da

²¹⁴ Fernando Lima (2002), p. 302, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 48-49 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 80.

²¹⁵ José Ramos Horta (1994), p. 302, Fernando Lima (2002), pp. 293-303 e John Lewis Gaddis (2007), pp. 197-200.

²¹⁶ Jill Jolliffe (1989), pp. 9-10 e Fernando Lima (2002), p. 287.

²¹⁷ José Ramos Horta (1994), pp. 302-303, Benedict Anderson (2000), p. 7, Cavaco Silva (2002), p. 312 e (2004), p. 448, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 50 e John Lewis Gaddis (2007), pp. 236-259.

democracia e liberdade». Este «novo Portugal (...) respeitado internacionalmente» deveria catalisar a presença na OTAN, CE e NU; a herança histórica e cultural que permite uma «ligação especial a África e ao Brasil»; e «vantagens comparativas» no Magrebe, China, Tailândia, Filipinas, Malásia, Índia, Coreia do Sul e Japão; o novel entendimento ibérico; e ainda a diáspora para avançar os seus interesses. Do primeiro meio ano de acção governativa destaca Timor como «um espinho cravado no optimismo» da actuação do MNE, mas garante que Lisboa continuaria a confiar no SGNU e a forçar a questão até garantir o exercício do direito de autodeterminação ao povo timorense. Apontando o incómodo que Portugal causara na CDH, o ministro garante que «a força da nossa razão não se pode vergar à razão da força», numa causa que respeita a todos os que defendem «os princípios da liberdade, da democracia e dos direitos do homem»²¹⁸.

²¹⁸ João de Deus Pinheiro (1988). Para um exemplo do registo universalista português e da sua longa tradição de contacto entre os povos, ver Jay A. Levenson (2007).

IV. 5. DE BERLIM A SANTA CRUZ: O INÍCIO DA DÉCADA DE 1990

Em 9 de Novembro de 1989 as portas de Brandeburgo voltam a abrir-se a ocidente. O desgaste ideológico e financeiro de Moscovo junta-se ao desejo de maior liberdade das populações concorrendo para a implosão soviética. Surpreendente, a queda do Muro simboliza o fim da Guerra Fria e faz ouvir o “vento de mudança” desde Berlim. Para Cavaco Silva assiste-se a uma «mudança verdadeiramente histórica», que representa um «motivo de justificada alegria para todos aqueles para quem a liberdade e o respeito pelos direitos humanos são valores sagrados». A queda do Muro de Berlim é um hino à força das populações reprimidas, na esperança que «esta lição da história seja compreendida por aqueles que ainda se apegam a ideologias decadentes». Mário Soares descreveria o “memorável ano de 1989” como marco de viragem que lança uma «grande euforia democrática». Este momento privilegiaria o ideário democrático, o Estado de direito, a resolução pacífica de conflitos e o reconhecimento universal dos direitos humanos, ajudando a desacreditar regimes totalitários e autoritários²¹⁹.

O anunciado fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas consuma-se a 25 de Dezembro de 1991. Mikhail Gorbachev entrega a Boris Yeltsin os códigos nucleares e assiste ao hastear da bandeira tricolor de 1917 em frente ao Kremlin. A desagregação soviética termina a era dos impérios europeus, cede caminho ao nascimento de quinze novas repúblicas e vê a Rússia voltar a procurar um lugar na Casa Comum Europeia. Ao desaparecer a segunda maior potência mundial fica também esvaziada a competição estratégica e ideológica Leste-Oeste. Equiparando-se ao desfecho de uma grande guerra hegemónica, o sistema internacional entra numa fase de transição²²⁰.

Nos EUA ainda ressoa o debate sobre o declínio norte-americano, quando Washington deixa de ter um oponente directo. O arranque do pós-Guerra Fria assiste à indefinição sobre uma nova grande estratégia, já que o meio século de competição com Moscovo edificara um realismo messiânico expresso na “construção de um mundo seguro para a democracia”. As incertezas quanto ao papel dos Estados Unidos no mundo marcam a discussão sobre o avanço ou retraimento norte-americano e a natureza do futuro sistema – unipolar ou multipolar. No meio académico surgem teorias sobre a paz democrática, o

²¹⁹ Maria João Morais Pires (1993), pp. 113-114, Henry Kissinger (1996), pp. 666-701, Maria João Avillez (1997), pp. 180-181 e 193-202, Joseph S. Nye, Jr. (2002), pp. 158-164, Cavaco Silva (2004), pp. 179-180 e John Lewis Gaddis (2007), pp. 239-258.

²²⁰ Carlos Gaspar (2003) e (2005b).

triunfo da democracia liberal e o choque de civilizações, que se alargariam, entre outras, à noção de estabilidade hegemónica e às evoluções do conceito de poder. Apesar das comparações com Roma Antiga, os EUA são confrontados com a necessidade de reavaliar interesses e práticas, já que a sua política externa seria desenhada pela primeira vez na condição de superpotência dominante. O primeiro teste à sua liderança surge com a invasão do Koweit em 1990 e encontra uma reacção firme. A Operação Tempestade no Deserto, longe de ser “a mãe de todas as guerras”, aumenta a “aura de invencibilidade” norte-americana e abre caminho ao anúncio de uma nova ordem internacional em 1991. A *pax americana* aposta numa continuidade institucional que se manteria com a “nação indispensável” da Administração Clinton. As intervenções humanitárias são a novidade²²¹.

Em simultâneo, a própria sociedade internacional está em mutação. A década de 1990 é palco para a emergência da globalização e da sociedade da informação. A correlação entre a agenda dos *media*, a opinião dos cidadãos – eleitores nos casos democráticos – e o processo de decisão política intensifica-se. Também as organizações intergovernamentais, os actores não estatais e os desafios transnacionais assumem relevância. Em suma, o mundo vai-se tornando uma “aldeia global” e a eficácia dos actores internacionais fica associada à capacidade para conquistar a opinião pública mundial. A actividade político-diplomática é forçada a definir novos equilíbrios que respondam à crescente instrução, participação e exigência das populações. O agendamento mediático e a premência de uma comunicação eficaz acabam por valorizar a diplomacia pública – ferramenta mais propícia aos regimes democráticos, em teoria, habituados às liberdades de opinião e de imprensa²²².

Paralelamente, começa a evidenciar-se que o poder dos Estados também passa por novos factores como o desenvolvimento académico ou o uso de instituições multilaterais. O advento e massificação da *internet* e comunicações via satélite alavancam um despertar social que agrava os custos da projecção de força ilegítima. Os recursos militares e económicos mantêm-se como formas clássicas de poder, mas deixam de reflectir directamente a capacidade para alcançar objectivos. Seguindo a proposta de Joseph Nye, as formas de poder clássico deveriam ser complementadas pela capacidade de atracção,

²²¹ Michael Doyle (1983), Paul Kennedy (1988), Francis Fukuyama (1989), Joseph S. Nye, Jr. (1990), (2002), pp. 213-216 e (2003), Samuel Huntington (1993b), Linda B. Miller (1994), Josef Joffe (1995), Madeleine Albright (1998), *Foreign Policy* (2000), Carlos Gaspar (2003), pp. 149-163 e (2004), Vasco Rato (2006), pp. 14-22 e João Gomes Cravinho (2008), pp. 239-246.

²²² Joseph S. Nye, Jr. (2002), pp. 248-257 e (2004), pp. 105-118, Fernando Lima (2003) e Maria Regina Flor e Almeida (2003). Sobre a evolução mediática da questão timorense, ver Rui Marques (2005), pp. 59-69.

surgindo o “poder brando” como a capacidade de potenciar cultura, valores e políticas para cooptar terceiros a seguirem interesses tornados comuns²²³.

Em termos europeus, a década arranca com a celebração da reunificação alemã. A maioria dos países saídos da “cortina de ferro” opta por regimes democráticos com economias de mercado e beneficia o espírito de reaproximação no Velho Continente. A integração comunitária aprofunda-se e alarga-se a Leste. No Oriente, a emergência chinesa opera-se dentro das instituições vigentes e acompanha o milagre económico dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Ilha Formosa). Washington garante os equilíbrios regionais. Espelho do clima de abertura e de optimismo, em Fevereiro de 1990, Frederik de Klerk autoriza a libertação de Néelson Mandela. Cavaco Silva enalteceria de Klerk em Lisboa ainda esse ano, pela «coragem e determinação com que tinha sabido assumir os desígnios históricos e interpretar as legítimas aspirações de todos os sul-africanos». O fim do *apartheid* culminaria com a eleição presidencial de Nelson Mandela²²⁴.

Outra mudança reside no reacender dos nacionalismos. O colapso soviético acompanha a emergência de novos Estados. No Báltico surgem a Estónia, a Letónia e a Lituânia, cujos povos se consideravam colonizados por Moscovo. É a primeira vez desde o início da Guerra Fria em que são apoiados e integrados nas NU países secessionistas. O fim das situações irreversíveis assiste à independência eritreia, ao nascimento da Arménia, à separação amigável de Praga e Bratislava. «A Jugoslávia, até há bem pouco arrogante aliada da Indonésia no conflito de Timor Leste, foi retalhada. Ela é hoje um “cadáver”», recordaria Ramos Horta²²⁵.

Também os direitos humanos ganham novo dinamismo. A cobertura global e imediata dos sucessivos conflitos locais e desastres humanitários que marcam o arranque da década favorece a germinação de uma ideologia humanitária. Embora as intervenções em Estados terceiros não sejam uma novidade na política internacional, o direito de intervenção humanitária suscita leituras divergentes ao desafiar a pedra basilar da ordem internacional – a soberania dos Estados. Ainda assim, a intervenção na Somália, a *Agenda para a Paz*, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos realizada em Viena em 1993 e o genocídio do Ruanda estão entre os marcos que consolidam esta realidade. Com o tempo, as operações de paz montadas ao abrigo do art.º 7.º da Carta das NU no Haiti, Balcãs, Serra

²²³ Joseph S. Nye, Jr. (1992) e (2004) e Gonçalo Santa Clara Gomes (2000).

²²⁴ Carlos Gaspar (1995) e (2003), pp. 162-163, Cavaco Silva (2004), pp. 179-190 e 268-273 e Patrícia Daehnhardt (2010).

²²⁵ José Ramos Horta (1994), p. 301, Benedict Anderson (2000), p. 8 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 80.

Leoa, Libéria e República Democrática do Congo fortaleceriam o dever de protecção dos povos²²⁶.

Todas estas dinâmicas – democratização, globalização, nacionalismos, direitos humanos – teriam impactos em Díli. O próprio fim do conflito ideológico enterra o argumento da “ameaça vermelha” com que Jacarta justificara largamente a anexação. A queda do comunismo evidencia que no cerne da questão timorense estão problemas de fronteiras e uma “crise de Estado imperial” indonésia. Timor-Leste encontra-se numa tripla fronteira entre o velho e o novo mundo, sudeste asiático e Austrália, Islão e Cristianismo, onde os factores histórico, geográfico, cultural e político se movem em direcções conflituantes. Para mais, se a independência timorense desafiara o poder de Jacarta, a perseverança da resistência acaba por desmascarar o seu imperialismo²²⁷.

O corpo diplomático português é rápido a interpretar e a potenciar as mudanças nos diferentes *fora*. A situação de Timor-Leste é colada aos acontecimentos no Koweit durante a 45ª sessão plenária da AGNU, sendo assinalado o perigo de se ignorarem violações aos direitos e liberdades dos povos. O próprio presidente iraquiano, Saddam Hussein, recupera a passividade internacional à ocupação de Timor para se manifestar surpreendido com a reacção ao seu avanço. A libertação do Koweit arranca em Janeiro de 1991 e conclui-se num mês, sendo conduzida por uma coligação internacional sob mandato das NU que visa demonstrar a primazia do direito internacional sobre o uso da força. Para Ramos Horta, seria «o primeiro incidente internacional que teve um efeito salutar na questão de Timor Leste». Também em 1991, Lisboa defende que a política de cooperação comunitária com países terceiros deve associar-se aos seus registos de direitos humanos. Esta posição é forçada durante os encontros CE-ASEAN, de Kuala Lumpur. Todavia, como apontara o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Durão Barroso, «Portugal tem uma determinada dimensão e não pode fazer tudo bem ao mesmo tempo»²²⁸.

²²⁶ António Vitorino (1993), Josef Joffe (1995), p. 96, Adriano Moreira (1999), pp. 111-119, Carlos Gaspar (1999), ICISS (2001), pp. 1-9, José Júlio Pereira Gomes (2001b), pp. 118 e 134-138, Joseph S. Nye, Jr. (2002), pp. 183-189, Vasco Rato (2006), pp. 20-22, René Lemarchand (2009), pp. 483-504 e Maria do Céu Pinto (2010), pp. 59-92 e 107-110. Sobre a posição portuguesa em Viena, ver Durão Barroso (1995b), pp. 73-76.

²²⁷ Carlos Gaspar (1999), pp. 60-61 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 80.

²²⁸ *Política Internacional* (1990), p. 92, José Ramos Horta (1994), pp. 302 e 351-352, Benedict Anderson (2000), p. 8, Fernando Neves (2000), p. 33, Cavaco Silva (2002), pp. 311-312 e (2004), p. 448, Fernando Lima (2002), pp. 309-310 e Brad Simpson (2005), p. 304.

IV. 5. 1. Um “Incidente” em Díli

No início da década «o balanço pende a favor da Indonésia. Os custos da invasão, anexação e ocupação ainda são comportáveis para o regime de Jakarta». Porém, ao desconforto sentido na frente externa junta-se a crescente dinâmica de resistência urbana em Timor. Esta onda é suportada por uma segunda geração de timorenses, jovens e estudantes crescidos ou nascidos na ocupação. Muitos são órfãos do conflito – estimam-se quarenta e dois mil desde 1975 – ou não têm perspectivas de futuro devido ao elevado desemprego. Em 1989, apenas 20% do comércio em Timor é controlado por timorenses e apesar do elevado investimento realizado por Jakarta em Díli – que vê no desenvolvimento económico uma base para a plena integração política – o território mantém-se a mais pobre das províncias indonésias. O subdesenvolvimento é confirmado pelos números da iliteracia (50%) e da mortalidade infantil (10%) e ajuda a sustentar a rejeição massificada do mundo indonésio criado em Timor. No início de 1990 é assim visível que a incapacidade de Jakarta para integrar plenamente os timorenses accionara um nacionalismo que repete a fórmula indonésia da primeira metade do séc. XX. O desenvolvimento económico e educativo das populações faz despontar uma geração consciente do mundo moderno. Xanana Gusmão lê correctamente esta evolução e transfere a resistência política para os centros urbanos onde é bem acolhida pelos jovens nacionalistas. Jakarta, por seu turno, tarda em apreender as novas dinâmicas como comprova a autorização da visita papal. Apesar de se inserir na “política moderada” de Warouw, ela reflecte a crença entre os indonésios de que controlam os acontecimentos em Timor²²⁹.

De facto, entre 1990-1991 vive-se uma luta silenciosa sobre a melhor forma de administrar o território e promover uma verdadeira integração. Warouw trabalha com Mário Carrascalão, mas depara-se com interesses de militares que desejam impedir reformas. Entretanto, o aumento das manifestações urbanas despoleta nova escalada da repressão e sucedem-se os ataques a meios estudantis. Comprometido com a salvaguarda da unidade indonésia, o exército está disposto a esmagar qualquer tentativa de revolta. Em Janeiro de 1990, cento e cinquenta estudantes timorenses aproveitam a presença em Díli do embaixador norte-americano John Monjo para se manifestarem pacificamente à porta do seu hotel. A reacção violenta dos militares seria lamentada pelo diplomata norte-americano, que solicitaria que não fossem efectuadas prisões. Todavia, a acção policial que se segue

²²⁹ Benedict Anderson (1993) e (2000), pp. 8-9, José Ramos Horta (1994), pp. 275 e 309, Stephen Sherlock (1996), pp. 835-840, Geoffrey C. Gunn (1997), pp. 9-40, Akihisa Matsuno (1998b), Peter Carey (2001), Fernando Lima (2002), p. 303, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 103-104 e Rui Marques (2005), pp. 182-183.

não se coíbi de invadir instalações da Cruz Vermelha. Portugal condena o comportamento indonésio em documento circulado nas NU. Posteriormente, no episódio da Escola de Fatuhada, milicianos apoiados pelos militares espancam quatro estudantes timorenses até à morte. Cinquenta e oito estudantes são dados como desaparecidos²³⁰.

Apesar da vigilância apertada, as notícias da visita parlamentar portuguesa em finais de 1991 fermentam novos protestos. A deslocação dos deputados é suspensa devido à não-aceitação indonésia da inclusão da jornalista australiana Jill Jolliffe na delegação portuguesa, mas em Díli mantém-se a contestação. No dia 28 de Outubro a repressão militar na Igreja de Santo António de Motael origina a morte do jovem timorense Sebastião Gomes. Duas semanas depois, a 12 de Novembro, o seu funeral dá lugar a uma massiva manifestação contra a ocupação, com cerca de mil e quinhentos timorenses a marcharem pacificamente até ao cemitério de Santa Cruz. Entre a multidão está o jornalista britânico Max Stahl. No território encontra-se também Peter Kooijmans, relator contra a tortura da CDH, que se deslocara a Timor no decurso da pressão portuguesa em Genebra. «Os militares e polícia indonésia fizeram uma demonstração de força, comparecendo em elevado número e, quando o cortejo se concentrou em frente ao cemitério, sem qualquer aviso, abriram fogo indiscriminadamente sobre a multidão». O brutal massacre de Santa Cruz sugere «uma operação planeada e disciplinada» organizada pelo Kopassus²³¹.

Jakarta apressa-se a minimizar os acontecimentos. Nega o número de vítimas e acusa jovens timorenses de instigarem um clima confrontação. Todavia, os acontecimentos são captados pela objectiva de Stahl e beneficiam do “efeito CNN” para colocar Timor na consciência internacional. Timor já fora palco de piores atrocidades, mas o que distingue Santa Cruz dos episódios de terror que se repetem desde 1975 é justamente o registo videográfico. O genocídio de quase um terço da população passara despercebido, assim como as torturas e violações, as manobras psico-sociais de intimidação, a tentativa de extermínio da identidade cultural de um povo operacionalizada através do controlo da natalidade, da transmigração, do sistema educativo pró-indonésio e da propagação do Islão. As imagens de 12 de Novembro provocam uma indignação generalizada que em muito ultrapassa as previsões indonésias. A exposição de brutalidade desmente a tese de que a situação no território está normalizada. Recordando a repressão no Soweto, Tiananmen ou antiga Birmânia, Santa Cruz «acordou finalmente [o mundo] para o drama e a luta de um

²³⁰ James Dunn (1998), p. 91, nota de rodapé 8, Benedict Anderson (2000), p. 10, Peter Carey (2001), p. 1069-1070, Fernando Lima (2002), pp. 303-304 e Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 50.

²³¹ John Haseman (1995), pp. 761-763, Benedict Anderson (2000), p. 10, John G. Taylor (2000), p. 195, Fernando Lima (2002), pp. 303-307, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 50 e Ana Gomes (2008), p. 85.

povo». O impacto das imagens desperta pela primeira vez um sentimento favorável à autodeterminação e faz recuar os esforços de integração. O próprio Ali Alatas admitiria que a Indonésia jamais recuperaria dos danos diplomáticos causados por Santa Cruz²³².

A reacção de Lisboa traduz-se no cancelamento da visita parlamentar, na suspensão das conversações tripartidas e no decreto de luto nacional. No primeiro comunicado oficial, Cavaco Silva repudia o «ignóbil e brutal atentado de que fora vítima o martirizado povo de Timor» e compromete-se a envidar todos os esforços para fazer respeitar a identidade cultural, os direitos humanos e o direito à autodeterminação dos timorenses. Renovaria o apoio em todas as frentes, em mensagem ao povo timorense²³³.

Em Díli, Mário Carrascalão coloca o lugar de governador à disposição e solicita uma resposta corajosa que assuma o número de vítimas e os erros. Ao assassinato de mulheres e crianças juntam-se os desaparecidos, os rumores de valas comuns e da tentativa de eliminação de testemunhas. Na edição de 15 de Novembro, o *Público* revela a frustração de Xanana com a incapacidade de Lisboa para reverter a situação. Responde Ramos Horta que a reacção portuguesa «foi rápida e positiva, com a convocação de oitenta embaixadores e da informação detalhada fornecida às representações diplomáticas portuguesas em todo o mundo». Segue-se a entrevista de Carrascalão ao *Asian Wall Street Journal*, onde comenta que o massacre reforçara a legitimidade popular da resistência²³⁴.

Apesar do general Try Sutrisno rejeitar qualquer abuso dos militares no “incidente de Díli”, Suharto anuncia a abertura de um inquérito ainda em Novembro. A medida resulta da pressão internacional, mas recusa a inclusão de peritos estrangeiros no processo. O relatório final surge em 26 de Dezembro de 1991 originando reacções mistas. Refere o «uso de força excessiva», mas não aborda a raiz da questão – o estatuto político de Timor. A primeira consequência resulta no afastamento de Warouw e do major-general Sintong Panjaitan, seu superior e comandante da região militar timorense. Três soldados seriam condenados a penas leves, enquanto oito timorenses, acusados da subversão que forçara os militares a abrirem fogo, seriam condenados a penas pesadas²³⁵.

²³² José Ramos Horta (1994), pp. 302-303, Akihisa Matsuno (1998b), pp. 203-204, James Dunn (1998) e (2009), Benedict Anderson (2000), p. 10, Nações Unidas (2000), p. 5, Cavaco Silva (2002), p. 312 e (2004), p. 450, Fernando Lima (2002), pp. 27 e 305, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 50, Rui Marques (2005), pp. 107-111, Ali Alatas (2006), pp. 57-64, Geoffrey Robinson (2010), pp. 66-68 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 81.

²³³ Cavaco Silva (2002), p. 315 e (2004), pp. 449-451 e 516 e Patrícia Galvão Teles (2004a).

²³⁴ Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 51-52.

²³⁵ Andrew MacIntyre (1993), pp. 204-205, John Haseman (1995), pp. 763-767, Heike Krieger (1997), pp. 256-259, James Dunn (1998), p. 91, Benedict Anderson (2000), p. 10, Fernando Lima (2002), p. 306, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 52 e Ali Alatas (2006), pp. 59-62.

IV. 5. 2. O Lobby Faz-se por Diversos Tabuleiros

Os acontecimentos de Santa Cruz abrem uma janela de oportunidade para a questão timorense. Em Lisboa, o cuidado com a credibilização das posições portuguesas assiste a uma coordenação de esforços que inclui a sensibilização da comunicação social e uma maior atenção às comunidades de imigrantes timorenses. Em Janeiro de 1992 é gizada uma mudança estratégica. Mário Soares, Cavaco Silva e Deus Pinheiro decidem potenciar o massacre para forçar a questão de fundo – a necessidade de prover a autodeterminação. Segue-se uma ofensiva diplomática assente numa «acção internacional mais imaginativa e interveniente». O MNE difunde comunicação sobre Timor para chancelarias, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, junto da imprensa internacional, da opinião pública e decisores políticos em vários países. O apoio da diplomacia portuguesa a grupos de solidariedade com Timor ajuda a criar bases de apoio decisivas à consciencialização da questão no espaço europeu, EUA, Canadá, Japão, Austrália e inclusive na Indonésia. Lisboa insiste na investigação independente dos acontecimentos de Santa Cruz, na condenação dos responsáveis e na defesa das vítimas timorenses. Um dia após o massacre, a Comunidade Europeia condena veementemente a violência indonésia. No seu seguimento, holandeses, dinamarqueses e canadianos suspendem a ajuda económica a Jacarta. A diplomacia portuguesa levanta sucessivamente a questão, «mostrando que o problema não desapareceria com o tempo»²³⁶.

Do lado indonésio, Ali Alatas parte igualmente em digressão por países europeus e visita Washington na tentativa de controlar os danos de imagem. A operação de charme indonésia inclui a contratação de uma reputada firma de relações públicas norte-americana e a tentativa de desacreditar as posições portuguesas desenterrando abusos conduzidos pelo anterior regime. Noutro patamar, dissolve o IGGI e solicita ao Banco Mundial uma nova plataforma de ajuda financeira. Esta surge através do *Consultative Group on Indonesia* (CGI), que de imediato aumenta o fluxo financeiro destinado anualmente aos indonésios dos 4,8 mil milhões de USD para 4,9 mil milhões. Jacarta aproveita igualmente para excluir a Holanda deste grupo de doadores na tentativa de mostrar interna e externamente a sua capacidade para reagir a excessivas críticas ocidentais²³⁷.

Na frente comunitária, em 1992 surge a primeira Presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias. Durante seis meses Portugal está «ao leme da

²³⁶ Andrew MacIntyre (1993), pp. 204-205, Fernando Neves (2000), p. 33, Fernando Lima (2002), pp. 305-306, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 164, Cavaco Silva (2004), pp. 448-450 e Ana Gomes (2008), pp. 85-89.

²³⁷ Andrew MacIntyre (1993), pp. 205-206 e Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 54-55.

Europa» e o Governo define como «ponto de honra» um desempenho digno e eficaz. A Presidência é a máxima prioridade externa, força um elevado desdobramento e desvia tempo de outras questões ao longo do semestre. Apontando como coordenadas o processo de integração, a abertura ao mundo e o alargamento, a diplomacia portuguesa exporta a imagem de facilitador de contactos e o sucesso da Presidência não só é reconhecido pelos parceiros europeus, como reforça a «credibilidade e o prestígio de Portugal no mundo». Este momento contribui para a evolução de uma postura mais confinante no meio comunitário. Lisboa começa a ultrapassar a postura de “bom aluno” e a participar verdadeiramente na Europa política. De resto, a experiência comunitária vinha já contribuindo para evoluções no próprio MNE, que se distanciara da diplomacia defensiva do Estado Novo e se apresenta com nova «solidez doutrinária», capaz de auto-exame, mais «coerente e globalizante»²³⁸.

Sem exacerbar a questão, «Portugal soube, a partir de 1992, consolidar o problema de Timor-Leste como uma questão de direitos humanos no plano internacional». Ao longo da Presidência, Lisboa mantém a questão viva e impede qualquer reconhecimento comunitário das reformas indonésias em Díli. Aproveita ainda o *quorum* comunitário para potenciar a sua acção na CDH. Em Julho, Deus Pinheiro anuncia o cancelamento do acordo de cooperação de terceira geração CE-ASEAN. Esta posição resulta do veto português, que força a ligação entre a cooperação com países terceiros ao seu desempenho em termos de direitos humanos. Lisboa resiste às posições de parceiros como Londres, que advogam que o corte de apoios dificultaria ainda mais a missão de Jacarta para respeitar os direitos humanos. Os interesses comerciais na Indonésia colidem ainda com a solidariedade europeia, mas finda a Presidência portuguesa Bruxelas manteria o princípio de condicionalidade imposto por Portugal²³⁹.

Nas NU, a diplomacia portuguesa também obtém dividendos. A 1 de Janeiro de 1992 o egípcio Boutros Boutros-Ghali sucede a Pérez de Cuéllar à frente do Secretariado das NU. O novo SGNU desempenharia um mandato dinâmico, marcado pelo envolvimento nos *dossiers* cambojano, bósnio e haitiano. Entre outras medidas, o secretário-geral tentaria reforçar as capacidades de resolução de conflitos das NU. Boutros-Ghali rodeia-se também «de uma excelente equipa para tratar do problema de Timor», com

²³⁸ José Calvet de Magalhães (1994), Teresa de Sousa (1997), Álvaro Vasconcelos (2000), Cavaco Silva (2002), pp. 172-199 e (2004), pp. 331-360, Francisco Seixas da Costa (2002), pp. 43-59, António Monteiro (2006) e José Paulouro das Neves (2008), pp. 131-136.

²³⁹ Andrew MacIntyre (1993), p. 205, Fernando Neves (2000), p. 33, Fernando Lima (2002), pp. 309-310, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 57 e 162-163, Cavaco Silva (2004), p. 451 e Teresa de Sousa (2007).

Álvaro de Soto e Francesc Vendrell. Em Fevereiro de 1992, Amos Wako, relator da CDH para as execuções arbitrárias, desloca-se a Timor onde se reúne com Ximenes Belo. No seu relatório para o SGNU «usa uma linguagem muito crítica em relação à prática das forças de ocupação e propõe que a ONU enfrente as “causas subjacentes do conflito”». Ali Alatas veria o relatório Wako como «desequilibrado» e «pouco fundamentado»²⁴⁰.

Ainda em Janeiro, Portugal remete um memorando ao novo SGNU demonstrando abertura para retomar o diálogo com Jacarta. Lisboa propõe recomeçar as negociações sem condições prévias com vista a «uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste» e apela à inclusão de representantes timorenses nas negociações – fenómeno que sempre fora recusado pela Indonésia. Segue-se a rotação diplomática que coloca Pedro Catarino à frente da Missão em Nova Iorque. Ozório da Silva substitui Costa Lobo na CDH, onde José Júlio Pereira Gomes, «diplomata competente, extremamente hábil e dedicado, dos poucos que conseguiu granjear a confiança das ONGs» vai ocupar o lugar de Ana Gomes, «uma das diplomatas mais marcantes que passou por Genebra». Durão Barroso passa a liderar o MNE entre 1992-1995, sendo assessorado por Nuno de Brito. Costa Lobo está à frente da Secretaria-Geral e António Monteiro assume a Direcção de Assuntos Políticos. Na pasta timorense mantém-se Martin Santos, agora com o apoio de Susana Diogo. A equipa então montada levaria Ramos Horta a apontar que «[o] MNE nunca podia estar melhor entregue pelo menos do ponto de vista dos timorenses». O líder timorense destacaria a abertura e simpatia do ministro e o «calor humano e apoio de todos os diplomatas portugueses». As embaixadas estão plenamente ao corrente do *dossier* e em «Washington, Otava, Dublin, Estocolmo, Helsínquia, Oslo, Londres, Paris, Camberra, Banguecoque, Genebra, Tóquio (...) todos [os diplomatas portugueses] sem excepção [procuram] sempre fazer mais para lá das instruções». A ascensão de Durão Barroso coincide com uma maior aproximação aos representantes timorenses²⁴¹.

Entre 1991-1993 Portugal assume um terceiro mandato na CDH e, apesar de manter situações de compromissos, parece afirmar a promoção dos direitos humanos como um importante vector da política externa. Em 1992 Lisboa consegue obter o apoio comunitário para forçar uma declaração da CDH sobre Timor, mas deixaria cair o tom condenatório em troca do compromisso indonésio, em carta confidencial ao SGNU, de

²⁴⁰ José Ramos Horta (1994), pp. 278-279, Heike Krieger (1997), pp. 259-260, Ali Alatas (2006), pp. 62-63 e Maria do Céu Pinto (2010), p. 49.

²⁴¹ José Ramos Horta (1994), pp. 267-272, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 164, Cavaco Silva (2004), p. 451 e Ali Alatas (2006), pp. 67.

plena colaboração com um relatório independente sobre a condição dos direitos humanos em Timor. Segue-se em 1993 a campanha portuguesa para «fazer votar e vencer» a Resolução 1993/112 – sobre a situação em Timor – junto da Subcomissão das NU para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias. A primeira votação sobre Timor desde 1982 e que é aprovada por uma margem «em que, na altura, ninguém acreditava». Em 1994 é anunciado o envio a Timor de Bacre Waly Ndiaye, relator especial para as execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrárias. No seu relatório, Ndiaye refere «uma atmosfera de medo e suspeita» em Díli, um «claro sentimento de terror»²⁴².

Noutros domínios, o Conselho da Europa emite em 1991 a Resolução 966, em que reafirma a ilegalidade da ocupação, condena a actuação Indonésia e insta os seus membros a apoiarem uma solução negociada nas NU e a associarem os seus interesses comerciais com a Indonésia ao respeito pelos direitos humanos. Também a União da Europa Ocidental (UEO) condenaria a violência em 1991. Em Outubro de 1992 o encontro CE-ACP condena os acontecimentos de Santa Cruz, solicita um inquérito independente e critica o apoio e venda de armamento dos EUA e países europeus à Indonésia. Também as cimeiras Ibero-Americanas de 1993 e 1994 produzem as primeiras referências a uma solução justa para Timor. Portugal trabalha igualmente junto do *lobby* dos direitos humanos em países como os EUA. «Atendendo aos antecedentes de 1975, a conquista de meios políticos norte-americanos para a questão de Timor era uma prioridade na estratégia de cerco que Portugal definira para pressionar Jacarta». Inclusive dada a influência norte-americana junto das principais instituições financeiras, como o FMI, ou ao nível das NU. Estacionado em Washington, o embaixador Francisco Knopfli é instruído para intensificar a sensibilização junto do Departamento de Estado. Em Julho de 1992, surge o anúncio que o Congresso norte-americano vai suspender um programa de ajuda militar à Indonésia devido à sua política em Timor. É a primeira vez que Washington sanciona o comportamento de Jacarta. Em 1994, o Parlamento Europeu emite uma resolução. Reflexo da crescente pressão, a Indonésia solicita o recomeço das conversações tripartidas²⁴³.

O primeiro encontro informal dá-se a nível ministerial em Setembro de 1992 e acorda «a realização de conversações, sem condições prévias, com vista à obtenção de uma

²⁴² Stephen Sherlock (1996), p. 842, Heike Krieger (1997), pp. 261-273 e 303, José Júlio Pereira Gomes (2001b), pp. 113-114, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 55-56 e 163, Catarina Albuquerque *et. al.* (2004) e Ana Gomes (2008), pp. 85-86.

²⁴³ Joseph S. Nye, Jr. (1990), pp. 166-171, Conselho da Europa (1991), Andrew MacIntyre (1993), pp. 204-205, Durão Barroso (1995b), pp. 20-21, Heike Krieger (1997), pp. 308-312 e 328, Benedict Anderson (2000), p. 8, Cavaco Silva (2004), p. 450, Fernando Lima (2002), pp. 306-310, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 58 e 163 e Fernando Neves (2008a), p. 76. ACP: África, Caraíbas e Pacífico.

solução justa, global e internacionalmente aceitável». As conversações iniciam-se no final do ano, já com Durão Barroso a conduzir o processo e usufruindo de maior sintonia com as posições do CNRM. O primeiro encontro não produz avanços e a frustração estende-se às medidas geradoras de confiança. O ministro português acolhe também a contragosto a imparcialidade de Boutros-Ghali, já que no cerne da questão estão atentados ao direito de autodeterminação e aos direitos humanos que dizem especial respeito às Nações Unidas. Ainda assim, Lisboa opta por manter a linha: mostrar abertura para o diálogo, defender o direito à autodeterminação e exigir o respeito pelos direitos humanos. As rondas negociais são essenciais para manter a questão aberta, dar-lhe visibilidade e aprofundar leituras, devendo ser encaradas a longo prazo. Entre 1993-1995 sucedem-se quatro encontros entre Durão Barroso e Ali Alatas. Portugal insiste em medidas geradoras de confiança e na discussão de melhorias no território até que as condições permitam a autodeterminação. A insistência portuguesa na realização de um referendo depara-se com a irredutibilidade indonésia sobre o estatuto do território. As divergências prosseguem quanto ao estabelecimento de secções de interesses em ambos e estendem-se a demais medidas. Perante a falta de resultados objectivos, a posição portuguesa preocupa-se em salvaguardar que uma ruptura lhe seja imputada²⁴⁴.

O crescente mediatismo da causa timorense, para o qual também contribuem as rondas negociais entre Portugal e a Indonésia, transfere-se para a opinião pública norte-americana. De seiscentos e trinta e oito artigos registados na comunicação social em 1993, evolui-se para dois mil e sessenta e cinco em 1994, parecendo assinalar o fim da “censura voluntária” nos *media* norte-americanos. A diplomacia portuguesa conduz campanhas de sensibilização junto de aparelhos políticos e dos órgãos de comunicação social e associa a realidade timorense à luta do povo israelita e ao espírito emancipalista dos *founding fathers*. Com a contratação de uma agência de relações públicas nova iorquina, o MNE consegue acelerar resultados e em Agosto de 1994 Durão Barroso é entrevistado pela CNN. Segue-se a visita de Cavaco Silva a Washigton em Outubro do mesmo ano. Na Casa Branca, o primeiro-ministro debate a questão timorense com “Bill” Clinton e solicita ao presidente norte-americano que suscite a questão durante o próximo fórum da *Asian Pacific Economic Cooperation* (APEC) que teria lugar na Indonésia. Pede-lhe que tente sensibilizar Suharto a mostrar maior espírito de abertura nas negociações em curso. Clinton mostra-se sensível ao apelo e cede garantias ao primeiro-ministro português. Durante a passagem pela Indonésia,

²⁴⁴ Durão Barroso (1995b), pp. 197-210, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 161-162, Cavaco Silva (2004), pp. 452-456 e Ali Alatas (2006), pp. 65-77.

onde é recebido por uma manifestação timorense que mostra que resistência está viva, regenerada e disposta a levar a luta até Jacarta, Clinton refere que os timorenses deveriam ter maior autonomia nos seus assuntos. A visita de Cavaco Silva a Washington marca o «início de uma mudança na posição da administração norte-americana. (...) A posição assumida (...) de apoio à busca de uma solução justa (...) foi o gesto mais claro e mais firme que alguma vez havia sido feito pela administração americana». Este investimento contribui para a redução da venda de armamento norte-americano à Indonésia e comprova a melhoria que se verificava no relacionamento entre Lisboa e Washington. Todavia, não deixam de existir canais de apoio ocidental a Suharto²⁴⁵.

Entretanto, a Indonésia anunciara em Novembro de 1991 – uma semana após o massacre de Santa Cruz – a captura de Xanana Gusmão. A notícia é motivo de choque em Lisboa e inicia uma fase de desnorte na resistência. Gradualmente o cerco indonésio vai-se apertando e em Março de 1993 é preso o novo líder, Ma'Huno. Seguir-se-iam a morte accidental do seu sucessor Konis Santana e o posterior assassinato de David Alex. O progressivo enfraquecimento da luta de libertação armada levaria Ramos Horta a comunicar a Durão Barroso, em Março de 1994, a inviabilidade de uma vitória militar, insistindo na importância crucial da via diplomática²⁴⁶.

Após a captura, os indonésios divulgam vídeos onde Xanana diz apoiar a anexação e encenam actos de rendição e contrição de timorenses. Contudo, o aproveitamento mediático indonésio depara-se com a pressão internacional suscitada pelo episódio de Santa Cruz que impede Jacarta de eliminar o líder timorense. Assim, o «que à primeira vista seria uma vitória para a Indonésia», com a decapitação da guerrilha timorense, acaba por ceder «uma excelente plataforma para a denúncia da ocupação. Xanana Gusmão na prisão tornou-se para muitos o Nelson Mandela da causa timorense»²⁴⁷.

A resposta portuguesa à captura do líder maubere origina nova ofensiva diplomática. Lisboa advoga a sua libertação e é Mário Soares quem, «dada a sua autoridade moral e peso político melhor conseguiu fazer a defesa da imagem de Xanana». Espelhando o «novo estatuto da questão» Amos Wako regressa a Timor para uma

²⁴⁵ Bernardo Futscher Pereira (1990), Durão Barroso (1995a), pp. 100-103, Stephen Sherlock (1996), pp. 840-841, Teresa de Sousa (1997), Noam Chomsky (1998a), pp. 34-45 e 62-63, Benedict Anderson (2000), pp. 11-12, Fernando Lima (2002), p. 310, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 163, António Pedro Ataz (2004), Cavaco Silva (2004), pp. 374-381 e 454-455 e Rui Marques (2005), pp. 113-115 e 200-201.

²⁴⁶ José Ramos Horta (1994), pp. 303-309, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 58-79, Cavaco Silva (2004), pp. 452-454 e José Mattoso (2005).

²⁴⁷ Benedict Anderson (2000), p. 11, Fernando Lima (2002), p. 307, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 60, Rui Marques (2005), pp. 112-113, 183-184 e 198-200 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 81.

audiência com Xanana Gusmão. Esta serve para transmitir a declaração de defesa do líder maubere, mas expõe também a atenção com que Boutros-Ghali acompanha o processo. Em 1993 surge a notícia de que Xanana Gusmão fora condenado «a prisão perpétua por rebelião, secessionismo e porte ilegal de armas». A sentença desrespeita o direito internacional humanitário pelo qual Xanana se encontra abrigado na condição de prisioneiro de guerra – apenas podendo responder perante eventuais abusos do *jus bellum* que não constam da acusação. Lisboa, que se esforçara por manter uma postura dialogante nas NU, passa a intensificar a pressão em Nova Iorque, mas também junto dos EUA, Cruz Vermelha e parceiros europeus no sentido de comutar a pena. Em Agosto é anunciado que a sentença seria reduzida para 20 anos de prisão, embora o processo no seu todo não deixe de ser considerado uma farsa²⁴⁸.

Este momento volta a focar que a «Indonésia ocupa agora a posição jurídica que foi a de Portugal nos anos de 1960 e 1970 e contra a qual se afirmou o novo direito humanitário e o direito de autodeterminação dos Povos coloniais». Jacarta opõe-se às normas que ajudara a criar contra Lisboa. Entretanto, o receio suscitado com a missão do *Lusitânia Expresso*, a omissão a Timor-Leste nas memórias de Benny Murdani, ministro da Defesa e general que supervisionara Timor durante uma década, e as expressões “uma pedra no sapato” e “uma borbulha na cara” de Ali Alatas e Suharto evidenciam uma ruptura e corroboram que fracassara a tentativa para conquistar os timorenses²⁴⁹.

IV. 5. 3. “Uma Pedra no Sapato”

Noutra praça, a 30 de Junho de 1995 o TIJ declara-se incapaz para analisar a queixa de Portugal contra a Austrália sobre o acordo de *Timor Gap*.

A Austrália condenara a invasão indonésia de Timor em 1976, mas aceitara a anexação em 1978. A 14 de Fevereiro de 1979 tornara-se no único Estado a reconhecer a integração *de jure*, abrindo caminho à negociação do acordo de *Timor Gap*. Este surge em 1989, sendo assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas e Gareth Evans. Poucos meses antes, Evans, então senador, defendera uma política externa assente na “boa cidadania internacional” – promotora dos direitos humanos e respeitadora dos

²⁴⁸ José Ramos Horta (1994), p. 304, José Júlio Pereira Gomes (1995), Fernando Lima (2002), p. 307, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 58-61, Cavaco Silva (2004), pp. 452-453, Ali Alatas (2006), pp. 69-73 e Ana Gomes (2008), p. 89.

²⁴⁹ Benedict Anderson (2000), pp. 10-11, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 56-57, Cavaco Silva (2004), pp. 449-451 e José Júlio Pereira Gomes (1995), p. 38.

«deveres para com a humanidade». A sua visão defende um idealismo pragmático, onde estes surgem proporcionais às situações. De resto, malgrado a situação do “povo amigo timorense”, a valorização dos direitos humanos e da emancipação dos povos é uma constante do discurso externo australiano conforme comprovam as posições adoptadas sobre as independências bálticas e da Guerra do Golfo. Deste modo, quando o acordo de exploração energética é assinado, o ministro australiano apresenta-o como «um exemplo de uma solução pacífica para um problema que historicamente tem conduzido a conflitos», mas não deixa de lembrar as previsões do embaixador Woolcott, que reportara em Agosto de 1975 uma maior abertura de Jacarta para negociar concessões no Mar de Timor, comparativamente a Lisboa ou a um Timor independente²⁵⁰.

Portugal repudia de imediato o comportamento australiano e formaliza uma queixa contra Camberra em Haia no dia 22 de Fevereiro de 1991. A posição portuguesa procura não só uma declaração do TIJ reconhecendo o direito do povo timorense à autodeterminação e a sua soberania sobre todos os seus recursos naturais, como solicita ainda uma reparação australiana. O processo é conduzido pelo MNE e mediado por Miguel Galvão Teles e Sérvulo Correia²⁵¹.

A 30 de Junho de 1995, o TIJ declara-se incompetente para julgar o caso à luz da regra do *Ouro Monetário Removido de Roma em 1943*. Jacarta não reconhece a jurisdição de Haia e como tal, o TIJ não se pode pronunciar sobre a legalidade da soberania indonésia sobre Timor. A decisão impede o caso de avançar, mas não reflecte o mérito dos argumentos portugueses. No plano simbólico, o processo não deixaria de produzir efeitos. Desde logo, no decurso das audiências processuais Camberra reconhece Timor-Leste enquanto um território não-autónomo e, como tal, em pleno direito de exercer a autodeterminação. Este pormenor contrasta com as declarações prévias de Evans, que rotulara de impossível a independência timorense devido aos riscos que colocaria à unicidade indonésia. A posição do TIJ também reconhece a posição portuguesa de que o direito à autodeterminação tem um carácter *erga omnes*, sendo o povo timorense dele titular. Portugal vê reconhecido o seu estatuto de potência responsável internacionalmente pelo território, cujo povo tem o direito inalienável de autodeterminação. O TIJ deixa ainda em aberto que caso a administração indonésia seja ilegal, assim seria o comportamento

²⁵⁰ Heike Krieger (1997), pp. 341-369, Clive R. Symmons (1998a), pp. 112-115, Gerry Simpson (1998), p. 143, Noam Chomsky (1998a), p. 61, e (1998b), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 578-579, Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), pp. 810-811, Fernando Lima (2002), pp. 272-275, Fernando Augusto Figueiredo (2009), pp. 169-170 e José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 113

²⁵¹ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 574-581 e 617-631, Rui A. Gomes *et. al.* (2002), Patrícia Galvão Teles (2004b) e Ana Gomes (2008), p. 86.

australiano. Contudo, tal como na sentença do TIJ de 1961 que dá um parecer favorável a Portugal no diferendo com a Nova Déli, também esta vitória não traz efeitos práticos²⁵².

Em 1995, os sinais sobre o futuro de Timor-Leste são ambivalentes. O mundo está diferente no caminhar para o novo milénio. A visita de João Paulo II, o massacre de Santa Cruz e a prisão de Xanana Gusmão transferem um inédito mediatismo para a questão. No entanto, estas evoluções deparam-se com sinais contraditórios de Jacarta. No encontro de 8 de Julho entre Durão Barroso e Ali Alatas, a Indonésia reconhece pela primeira vez a singularidade do povo timorense ao abrir a possibilidade de vir a preservar a sua identidade cultural – uma vitória diplomática. Porém, Suharto cancela qualquer sinal de maior autonomia em Díli. A questão continua em mãos indonésias, mas a rejeição da ocupação está generalizada e os protestos reacendem a violência militar²⁵³.

Em 1994, um relatório do CESNU alerta para o genocídio perpetrado em Timor-Leste. Entre 1975-1984 duzentos mil morreram às mãos dos militares, da fome ou da doença provocadas pela intervenção indonésia. No prazo de uma década, perecera quase um terço da população. Em meados da década de 1990, a acção indonésia salda-se num conjunto de ofensas graves à paz e ao direito internacional. Engloba o crime de agressão, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. As violações à DUDH incluem, entre outros, atropelos ao direito à vida (art.º 3.º) e às liberdades de circulação, opinião e expressão e associação (art.º 13.º, 19.º e 20.º), tortura e tratamentos ou penas cruéis e degradantes (art.º 5.º) e prisão e detenção arbitrária (art.º 9.º)²⁵⁴.

Passadas duas décadas de ocupação, a resistência timorense continua a desafiar a autoridade indonésia e começa a corroer o próprio regime de Suharto. A corrupção e as despesas militares desgastam o orçamento indonésio e retiram verbas de áreas como a Educação ou a Saúde. Em Jacarta surgem vozes indonésias que se opõem à ocupação e à brutalidade empregue no território, mas os militares em Díli continuam a demonstrar a apetência para esmagar opositores a todo o custo. A prioridade está com a unicidade indonésia²⁵⁵.

Entretanto, surgem evidências de que está a ser usado armamento britânico para atacar alvos civis em Timor com o conhecimento de Londres. O Reino Unido não só tem

²⁵² Judith Hippler Bello (1996), Geoffrey C. Gunn (1997), pp. 57-68, Heike Krieger (1997), pp. 371-477, Clive R. Symmons (1998a) e (1998b), Gerry Simson (1998), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 574-581 e 617-631, José Calvet de Magalhães (2001), Rui A. Gomes *et. al.* (2002), Patrícia Galvão Teles (2004b) e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 80-81.

²⁵³ John G. Taylor (2000), p. 197, Cavaco Silva (2004), p. 454 e Stephen Sherlock (2006).

²⁵⁴ James Dunn (1998) e (2009), Roger S. Clark (1998), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 649-664, Catarina Albuquerque *et. al.* (2002) e Nações Unidas (2002), p. 5.

²⁵⁵ James Dunn (1998), p. 94, Noam Chomsky (1998b), pp. 79-80, Diogo Freitas do Amaral (2003, p. 53 e Brad Simpson (2005), p. 303.

usado a ajuda ao desenvolvimento para desbloquear negócios com a Indonésia, como tem lucrado com o embargo de armas imposto pelo Congresso norte-americano a Jacarta e encontra-se a ultimar um acordo secreto no valor de dois mil milhões de libras. O comportamento britânico é replicado por Camberra e Otava, que aproveitam o vácuo criado pelos EUA para florescer num mercado atractivo. Apesar de 53% do equipamento militar indonésio entre 1992-1994 se manter de origem norte-americana, Washington mostrar-se-ia disponível para reactivar a colaboração na modernização militar de Jacarta²⁵⁶.

Em Outubro de 1995, Cavaco Silva termina o mandato como primeiro-ministro. O XIII Governo Constitucional é liderado por António Guterres, regressando Jaime Gama aos Negócios Estrangeiros. Em Belém, Jorge Sampaio sucederia a Mário Soares em Março de 1996. Cavaco Silva, mostrar-se-ia pouco optimista com a questão timorense, está convicto que apenas uma mudança política em Jacarta desbloquearia uma solução. O primeiro-ministro destacaria porém o novo mediatismo internacional de Timor-Leste e o papel activo de Boutros-Ghali. «A Indonésia encontrava-se numa posição defensiva e cada vez mais incómoda, sentindo a necessidade de diariamente se justificar perante a comunidade internacional sobre o seu comportamento em Timor». Dez anos após chegar a S. Bento, a questão timorense está viva na agenda internacional. É célebre a descrição de Timor-Leste como uma “pedra no sapato” feita por Ali Alatas. Durão Barroso teria contraposto que «experimentasse andar com uma pedra no sapato durante algum tempo; incomoda imenso, faz sangue, e tem de se tirar ou a pedra ou o sapato». Ao longo da década de 1990 fica evidente que a pedra se transformara num pedregulho²⁵⁷.

²⁵⁶ Noam Chomsky (1998a), pp. 43-45 e (1999) e Joseph Nevins (2002), pp. 630-634.

²⁵⁷ Durão Barroso (1995b), p. 199, Maria Ângela Carrascalão (2002), pp. 161-164, Cavaco Silva (2004), p. 456 e Ali Alatas (2006), pp. 240-241.

IV. 6. REGRESSO A NOVA IORQUE

Em contagem decrescente para o novo milénio, Lisboa assume com maior confiança o seu novo prestígio internacional. A política externa portuguesa beneficia em meados da década de 1990 de alargado consenso nacional e, ao fim de uma década, a participação na União Europeia (UE) é tida como um sucesso. O novo primeiro-ministro, António Guterres, expressa o desejo de reforçar o compromisso com o processo de integração e a vontade de contribuir para uma maior projecção externa dos Quinze²⁵⁸.

A boa imagem de Portugal estende-se a organismos internacionais como o Conselho da Europa, que em 1990 criara na capital portuguesa o Centro Norte-Sul. Lisboa é também sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a partir de 1996. Portugal acolheria nesse mesmo ano a Cimeira da OCSE e dois anos mais tarde a Ibero-Americana. Em 1998, decorre a Exposição Internacional de Lisboa e entre os mais de cento e cinquenta pavilhões presentes na Expo'98 encontra-se um espaço dedicado ao povo timorense. Entre 1994-1999, o embaixador José Cutileiro assume funções de secretário-geral da UEO. João de Deus Pinheiro é comissário europeu e José Luís da Cruz Vilaça é conduzido como primeiro presidente do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias. Diogo Freitas do Amaral preside entre 1995-1996 à 50ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – experiência ímpar, carregada de simbolismo e responsabilidades, que permite testemunhar a «extraordinária mudança de 180 graus na imagem» externa portuguesa. Em 1997, Almiro Rodrigues é eleito juiz do Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra na ex-Jugoslávia. Também o crescente envolvimento das Forças Armadas e de segurança em operações de paz – em 2001 Lisboa estaria colocada entre os dez principais contribuintes mundiais de capacetes azuis – e o investimento com uma maior presença portuguesa no sistema ONU – servindo de exemplo a adesão em 1993 ao programa de oficiais juniores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – deixariam a marcas positivas²⁵⁹.

O próprio envolvimento no processo de paz angolano, onde Portugal desempenha «um papel de verdadeiro mediador» desde 1987, abre novos canais de comunicação junto de Washington e nas NU. O desempenho da diplomacia portuguesa em mais um caso que

²⁵⁸ Álvaro Vasconcelos (2000), p. 6 e Jaime Gama (2001a), pp. 15-40, 103-107 e 117-121.

²⁵⁹ José Calvet de Magalhães (2001) e (2002), Diogo Freitas do Amaral (2003) e (2008b), p. 48, Cavaco Silva (2004), p. 360, Antero Lopes (2005), pp. 77-81, Carlos Santos Pereira (2005), pp. 160-161, Francisco Rodrigues (2005), Luís Carrilho (2005), Moisés Venâncio (2005) Xavier de Sousa (2005) e António Monteiro (2008a).

atesta a complexidade de algumas negociações internacionais cede créditos à imagem externa e reforça níveis de confiança²⁶⁰.

Na frente timorense, Jaime Gama, o ministro que começara as rondas com Mochtar Kusumaatmadja dez anos antes, regressa a Nova Iorque para se encontrar com Ali Alatas. O embaixador Pedro Catarino é o representante permanente de Portugal junto das Nações Unidas, sendo posteriormente substituído por António Monteiro. Quartín Santos mantém-se na coordenação do *dossier* no MNE. Apesar do arrastar do processo, a balança começa agora a pender para o lado português. O contexto internacional em meados da década de 1990 difere tremendamente do de 1985. A posição portuguesa defende uma evolução que acompanhe os tempos, mas depara-se com o imobilismo indonésio. Contudo, a disponibilidade de Jacarta para «negociar com Portugal no quadro das Nações Unidas a situação de um território que ela considerava que era seu, já enfraquecia a sua posição, porque se o território fosse efectivamente seu não teria que negociar com ninguém»²⁶¹.

Em Outubro de 1996 Portugal é eleito para um segundo mandato no CSNU. Após a eleição em 1933 para um lugar não-permanente no anterior Conselho da Sociedade das Nações e a candidatura falhada de 1960, Portugal participara pela primeira vez no CSNU durante o biénio 1979-1980, sendo representado pelo embaixador Vasco Futscher Pereira. Esta primeira participação como membro não-permanente no Conselho de Segurança fora «uma experiência única», que ajudara a colocar Portugal em «evidência na cena internacional num momento de redefinição do [seu] posicionamento externo», favorecendo a identidade ocidental e os laços com as ex-colónias. Marcada pela postura de unidade, coerência e rigor – «que constituem para os países sem poder bélico, económico ou demográfico específico, a única garantia de eficácia na actuação externa e de salvaguarda dos seus interesses» – a acção portuguesa assentara na defesa dos princípios da Carta, na tolerância e capacidade de diálogo para a resolução pacífica de conflitos. Então, a imagem de independência, flexibilidade e capacidade moderadora valera à diplomacia portuguesa a abertura de novos «espaços de diálogo que muitas vezes se revelaram inovadores e úteis». Fruto do seu desempenho, Lisboa «mereceu o respeito da comunidade internacional» e viu aumentada a sua «capacidade de intervenção» internacional. Deste modo, comprovou as potencialidades das NU, enquanto «excelente plataforma de contactos e de promoção de interesses nacionais», sobretudo para pequenos Estados. Conforme aponta o embaixador

²⁶⁰ Durão Barroso (1991), Moisés Venâncio (1994), António Monteiro (2003b), pp. 6-30 e (2008b), pp. 160-167, Cavaco Silva (2004), pp. 215-257 e Paulo Vizeu Pinheiro (2006), pp. 137-149.

²⁶¹ Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 166, Ali Alatas (2006), pp. 77-84 e Fernando Neves (2008), p. 77.

Leonardo Mathias, «[s]eria tão errado pensar o Conselho de Segurança capaz de fazer a paz com uma resolução como ignorar o seu efeito persuasor e a influência que os apoios ou hostilidades daí derivados podem ter para uma causa»²⁶².

O sucesso da campanha conduzida em Nova Iorque por Pedro Catarino vale um lugar não-permanente no biénio 1997-1998. Portugal conquistara apoios ao mostrar-se disponível para fazer valer os interesses dos pequenos Estados, promover o diálogo Norte-Sul e a reforma do próprio CSNU. Representada pelo embaixador António Monteiro, Lisboa aproveita o mandato para advogar um órgão mais inclusivo, transparente e eficaz. A diplomacia portuguesa insiste também na temática dos direitos humanos, aborda a reflexão sobre as operações de paz, nomeadamente ao nível das missões de *peace building*, e apoia a admissão de actores não-governamentais na ordem de trabalhos. Portugal preside ao Comité de Sanções contra o Iraque, tem uma intervenção activa em vários processos africanos e dos Balcãs e medeia o conflito indo-paquistanês de Junho de 1998. A opção de «não activar a questão» timorense deve-se à tentativa de «preservar o delicado processo de negociações em curso» sob a égide do SGNU. Para António Monteiro, o desempenho no Conselho de Segurança reforça a credibilidade internacional de Portugal²⁶³.

Em paralelo à candidatura ao CSNU, o XIII Governo Constitucional consegue fazer aprovar em 1996 a primeira posição comum europeia sobre Timor no quadro da PESC. Este fenómeno produz «consequências de natureza prática», que ajudam a «garantir uma disciplina no comportamento de todos os Estados membros face às relações com a Indonésia» e fomenta um endurecimento das posições europeias nomeadamente nas NU. Seguir-se-ia em 1998 uma declaração do Conselho favorável a uma consulta à população. Também desde o Verão de 1997 que são intensificados esforços para colocar Washington a par do processo. Um investimento crucial que favorece o «reconhecimento da seriedade» da posição portuguesa e da sua «flexibilidade construtiva» no processo negocial²⁶⁴.

Em simultâneo, a diplomacia portuguesa sustenta a campanha que leva à atribuição do Prémio Nobel da Paz a José Ramos Horta e ao bispo Ximenes Belo em 1996. A distinção surge após duas décadas de luta para manter Timor-Leste na agenda internacional, contra a desproporção das forças em conflito e a teoria de facto consumado que tentara fazer olvidar a questão. Ao laurear dois rostos emblemáticos da causa

²⁶² Leonardo Mathias (1986), p. 46, Maria João Morais Pires (1993), p. 117 e Joaquim Trigo Negreiros (1998).

²⁶³ João Quintela Paixão (1997), António Monteiro (1998), (1999), (2003a) e (2008a), Joaquim Trigo Negreiros (1998) e António Monteiro e Fernando Andersen Guimarães (1999).

²⁶⁴ Álvaro Vasconcelos (2000), p. 17, Fernando Neves (2000), pp. 34-35 e Francisco Seixas da Costa (2002), pp. 52-53.

timorense, o Comité Norueguês do Nobel «torna a legitimidade da luta dos timorenses inquestionável» e reforça o apelo a uma «solução diplomática, justa e pacífica para o conflito em Timor Leste». Jorge Sampaio veria no Prémio um importante estímulo, que confirma «a justeza da posição portuguesa na questão de Timor Leste»²⁶⁵.

Nos discursos de Oslo, Ximenes Belo destaca o contributo português no patrocínio da candidatura. Ramos Horta começa com uma referência à Língua Portuguesa, que constitui, a par do catolicismo, um factor da identidade timorense diferenciador da cultura indonésia. Expressa «eterna gratidão (...) ao povo de Portugal (...) pelos (...) nobres esforços de apoio», destacando o empenho de Lisboa «contra a indiferença e até hostilidade» com que se deparara ao longo dos anos²⁶⁶.

Em artigo do *Le Monde Diplomatique*, Jean-Pierre Catry escreve que o Nobel da Paz retirara do esquecimento uma luta com mais de vinte anos. Recordando que Jacarta fora outrora um campeão da descolonização, refere que a distinção coincide com o início da luta pela sucessão de Suharto em Jacarta. Não só o Prémio granjeia nova audiência e *status* aos representantes mauberes, como atesta um marco na questão timorense. Se Ali Alatas fora outrora um nome em conta para o lugar de SGNU, o ministro indonésio resigna-se agora a observar o reconhecimento internacional da luta e martírio timorenses. Com a imagem «seriamente afectada e a sua capacidade de manobra internacional (...) limitada», Jacarta mostra «alguma abertura para procurar novas vias para a solução do conflito». Ainda assim, mantêm-se apoios. Em 1997, Ali Alatas é agraciado com a Ordem da Austrália²⁶⁷.

Outra novidade surge com a emergência da *world wide web*. A disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação desbloqueia o contacto entre Timor e o mundo. O MNE apoia e subsidia a resistência timorense e envia computadores e telemóveis para a ilha, ajudando a criar canais de comunicação internos e com o exterior. Após duas décadas de controlo indonésio sobre toda a informação do território, os timorenses ganham autonomia. Seria também bem sucedida a iniciativa portuguesa de «introduzir na cadeia de Cipinang telefones portáteis, através dos quais Xanana Gusmão e outros dirigentes timorenses falavam com os Ministros e responsáveis da diplomacia portuguesa»²⁶⁸.

²⁶⁵ Sejersted *et. al.* (1997), pp. 19-23 e 37, António Monteiro (2001), p. 11, Ana Gomes (2008), p. 86 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 81-82.

²⁶⁶ Sejersted *et. al.* (1997), pp. 64, 85-86 e 89-90.

²⁶⁷ Jean-Pierre Catry (1996), Gerry Simpson (1998), pp. 152-153, Benedict Anderson (2000), p. 8, Rui Marques (2005), pp. 114-116, 185, 197-198 e 204 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 82

²⁶⁸ Benedict Anderson (2000), p. 12, Fernando Neves (2000), p. 34, Maria Ângela Carrascalão (2002), p. 164 e Ana Gomes (2008), p. 89.

Em Janeiro de 1997, Kofi Annan inicia o mandato de SGNU. O diplomata ganês seria laureado com o Prémio Nobel da Paz em 2001 e destacar-se-ia designadamente pelo seu papel reformador do sistema ONU, pelo lançamento da *Responsabilidade de Proteger* ou do *Pacto Global*. Em 1999 declararia que, “as violações maciças aos direitos humanos não mais serão toleradas”. De imediato, o novo secretário-geral assume uma postura mais activa no cumprimento das responsabilidades conferidas pela Resolução 37/30 e um primeiro sinal positivo surge na nomeação de um representante especial para a questão de Timor-Leste, o embaixador Jamsheed Marker²⁶⁹.

Em Junho, Lisboa e Jacarta reiniciam conversações e, pela primeira vez, a Indonésia não insiste que o processo culmine com a integração dos timorenses. Esta ruptura com o passado, ajuda a evoluir as conversações para um verdadeiro processo negocial, embora se mantenham divergências de parte a parte. Não deixa de ser interessante a observação que o bispo Belo transmite a Marker sobre o choque entre as mentalidades oriental e cartesiana. Do lado português tenta-se testar terreno para avançar e desponta a tática de fazer chegar as propostas inicialmente ao Secretariado das NU, que ao introduzi-las como suas obtém maior aceitação indonésia. Outra inovação reside na evolução dos contactos ao nível de altos funcionários, permitindo a realização de encontros regulares entre diplomatas. O embaixador Fernando Neves é nomeado encarregado de missão para as questões de Timor-Leste. Este momento centra-se ainda nas medidas geradoras de confiança, mas apesar das divergências, o diálogo cede tempo a Lisboa para apreender as evoluções internas na própria Indonésia. Aproveitando a conjuntura, Portugal propõe um acordo de autonomia que consagra a identidade timorense e prevê a possibilidade de constituição de partidos políticos pró-independentistas. A estratégia portuguesa assenta em duas dimensões: por um lado, a proposta de autonomia representa em si um enorme progresso para a situação timorense; por outro lado, aposta igualmente na democratização de Jacarta. Esta proposta é acolhida inicialmente com descrença junto das NU, mas a diplomacia portuguesa contrapõe com uma posição de força: «Portugal nunca aceitaria nenhuma solução que não passasse pela autodeterminação timorense». Com o tempo chegaria a receptividade do Secretariado das NU para fazer avançar esta proposta²⁷⁰.

²⁶⁹ Kofi Annan (1999a) e (1999b), Edward N. Luttwack (2000), Fernando Neves (2000), p. 34 e (2008), pp. 76-79, Nuno Filipe Brito (2000), António Monteiro (2001), pp. 11-12, Jaime Gama (2001a), pp. 321-330, Ana Gomes (2008), p. 90, Jamsheed Marker (2009), pp. 273-297, Maria do Céu Pinto (2010), pp. 49 e 110-117 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 82.

²⁷⁰ Patrícia Galvão Teles (1999), pp. 387-388, Jaime Gama (2001a), pp. 321-330, Ana Gomes (2008), p. 90, Fernando Neves (2000), p. 34 e (2008), pp. 76-79, Ali Alatas (2006), pp. 99-120, Jamsheed Marker (2009), pp. 298-376 e José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 82.

IV. 6. 1. Da Crise Asiática ao 5 de Maio

A década de 1990 assiste também ao despertar dos movimentos democráticos no sudeste asiático. Os regimes autoritários estão obsoletos e perderam a sua utilidade no combate ideológico ao comunismo com o fim da Guerra Fria. Em simultâneo, com o caminhar da década o discurso ocidental de promoção da democracia, direitos humanos e do Estado de direito condiciona ainda mais o apoio a ditaduras como o regime de Suharto. Jakarta perde progressivamente apoios e a corrente reformista interna em prol da democracia gera uma dupla tensão sobre o Governo indonésio. Se em 1991, Cavaco Silva manifestara a sua esperança de que uma erosão do regime indonésio viesse a promover mudanças em Timor, em 1996 é a vez de Ramos Horta aludir à crescente dimensão que os direitos humanos e a democratização vêm assumindo nas sociedades asiáticas. Os movimentos democráticos estão em crescendo e a luta dos povos em Myanmar, Tailândia, Filipinas, Coreia do Sul, República Popular da China e na própria Indonésia reflecte que os direitos humanos não só não se contrapõem aos valores asiáticos, como assumem uma expressão cada vez mais universal²⁷¹.

Paralelamente, no Verão de 1997 eclode a crise económica asiática, cujos efeitos são sobejamente notórios em Jakarta. O cerco ao regime de Suharto agrava-se com a forte desvalorização monetária, que ronda os 75%, a hiper-inflação de 78% e a massiva onda de falências que coloca nos dois milhões o número do desempregado em Março de 1998. O abalo económico tem reflexos sociais e no início de 1998 assiste-se a uma forte contestação do regime. As denúncias de corrupção da família Suharto agravam os protestos nas ruas indonésias e, perante, a crescente conflituosidade e falta de apoios, o presidente resigna. Suharto abandona o poder em Maio, após um reinado de trinta e dois anos à frente dos destinos de Jakarta²⁷².

Burhanuddin Jusuf Habibie, vice-presidente de Suharto, surge como novo presidente de uma Indonésia agitada pelas lutas de poder que se estendem às forças indonésias estacionadas em Díli. A crise económica força Jakarta a recorrer ao auxílio do FMI, só que este apoio comporta ceder a pressões internacionais e Timor está entre elas. Também na própria sociedade indonésia, o levantamento da liberdade de imprensa ajuda a elevar as críticas ao comportamento dos militares em Timor e noutros pontos de conflito.

²⁷¹ Sejersted *et. al.* (1997), pp. 106-109, T. N. Harper (1997), Amitav Acharya (1999), Cavaco Silva (2004), p. 456 e Arnaldo Gonçalves (2005).

²⁷² Maria Manuela Nêveda DaCosta (1998), Benedict Anderson (2000), p. 12, José Júlio Pereira Gomes (2001a), pp. 18-28, Fernando Lima (2002), pp. 311-313 e Ali Alatas (2006), pp. 133-134.

Em Dezembro de 1998, Camberra, a única capital a reconhecer a anexação *de jure*, altera a sua posição e apela à consulta sobre a autodeterminação timorense²⁷³.

Anteriormente, a 18 de Junho, já a Indonésia produzira uma mudança decisiva ao propor a negociação de um plano de autonomia deixando em aberto o estatuto final. Também esta proposta resulta de iniciativa avançada um ano antes pela diplomacia portuguesa através do Secretariado das NU e que a Indonésia rejeitara. O diálogo neste momento é feito com o entendimento de que Lisboa e Jacarta acordam em discordar. O salto definitivo surge em 27 de Janeiro de 1999, quando Habibie anuncia a sua anuência à realização de um referendo sobre o estatuto político timorense. A declaração surpreende políticos e militares em Jacarta e o Governo português, mas vem no seguimento da promessa de autonomia alargada feita em 1998 para responder ao crescente desgaste internacional. Responde ainda à sensibilização promovida pelo primeiro-ministro australiano, John Howard, no sentido de Jacarta preparar a desvinculação do território e aos cálculos políticos e económicos da manutenção da presença em Timor²⁷⁴.

Desde a queda de Suharto que Lisboa reacendera a negociação com vista à abertura de uma secção de interesses portugueses em Jacarta. No seguimento das diligências que Durão Barroso iniciara em 1994 e das dinâmicas geradas nos encontros UE–ASEAN e UE–Indonésia, o Governo Guterres acaba por finalmente dar expressão ao desejo de abertura de uma secção de interesses portugueses em Jacarta e indonésios em Lisboa. Ambas são inauguradas em 30 de Janeiro de 1999. Funcionando na Embaixada da Holanda em Jacarta e contando com dois diplomatas, um funcionário do MNE e dois funcionários locais, a delegação portuguesa favorece o diálogo com as elites locais e surge poucos meses antes do surpreendente anúncio da realização de um referendo em Timor. Seguir-se-ia o restabelecimento de plenas relações diplomáticas entre Lisboa e Jacarta. Em Janeiro de 2000, Portugal inicia a segunda Presidência do Conselho da União Europeia já com embaixadora Ana Gomes à frente da legação na Indonésia. Para a diplomata, a atenção que a diplomacia portuguesa soube também prestar aos próprios indonésios favoreceu «a percepção, por parte dos nossos interlocutores indonésios, das razões da luta diplomática travada por Portugal pela autodeterminação de Timor-Leste, tal como da coerência dessa

²⁷³ Françoise Cayrac-Balnard (1999), Joaquim Trigo Negreiros (1999), Liem Soei Liong (1999), Ron Moreau (1999), Benedict Anderson (2000), pp. 12-13, Fernando Neves (2000), p. 29, Nações Unidas (2000), p. 7, Fernando Lima (2002), pp. 313-315 e Ali Alatas (2006), pp. 147-150.

²⁷⁴ Joaquim Trigo Negreiros (1999), Miguel Galvão Teles (1999), pp. 633-634, John G. Taylor (2000), pp. 198-203, Carlos Gaspar (2001), José Júlio Pereira Gomes (2001a), pp. 28-32 e 48-53 e (2010), pp. 83-85, Fernando Lima (2002), pp. 314-316, Ali Alatas (2006), pp. 134-158, Ana Gomes (2008), p. 90, Fernando Neves (2008), pp. 78-79 e Jamsheed Marker (2009), pp. 377-431.

luta com o nosso empenhamento na promoção universal dos direitos humanos. (...) foi importante fazer-lhes sentir que a nossa luta não era, nunca tinha sido, contra a Indonésia, antes fora por Timor. (...) A solidariedade que tínhamos com os timorenses, tínhamo-la também para com os indonésios que se batiam pela liberdade e democracia»²⁷⁵.

O anúncio de Habibie, abre caminho a negociação entre ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama e Ali Alatas sob a mediação de Jamsheed Marker em Nova Iorque. No dia 5 de Maio de 1999 é anunciada a concordância sobre a realização da primeira consulta popular aos timorenses. Os Acordos de Nova Iorque são assinados na 14ª ronda de negociações ministeriais iniciadas em 1992. Incidem no escrutínio directo, secreto e universal sobre a proposta de autonomia no seio da Indonésia ou independência; modalidades da consulta; condições de segurança no terreno²⁷⁶.

IV. 6. 2. Liberdade

A consulta popular fica agendada para 8 de Agosto e Jacarta assume a responsabilidade de providenciar as condições de segurança. É um ponto de honra para os indonésios que a consulta se processe dentro do seu quadro normativo. Lisboa está ciente dos riscos, mas também que esta é uma oportunidade exclusiva. No CSNU, onde a questão «dormia na agenda (...) desde Maio de 1976» é aprovada no dia 7 de Maio a Resolução 1236 (1999), que estabelece a criação da *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET). A resolução surge no seguimento de sugestão de Kofi Annan, sendo a missão liderada pelo britânico Ian Martin²⁷⁷.

Na contagem decrescente para o referendo a diplomacia portuguesa continua activa. Apoia o acolhimento em Lisboa, Macau ou na Austrália de cerca de sete mil timorenses que pretendem sair da Indonésia por receio de represálias. Posteriormente, promoveria também o seu repatriamento a Timor. Intervém igualmente em prol dos duzentos e cinquenta mil refugiados na parte ocidental da ilha. Faz campanha junto das agências internacionais no sentido de garantir condições de segurança e de retorno. Apela ao voto. No terreno, e não obstante os discursos em Jacarta, as Forças Armadas ajudam a armar milícias pró-indonésia e a instigar um clima de violência gratuita com vista a inquin

²⁷⁵ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 632-633 e Ana Gomes (2001) e (2008), pp. 89-93.

²⁷⁶ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 634-643, Patrícia Galvão Teles (1999), pp. 390-398, Nações Unidas (2000), pp. 7-11, José Júlio Pereira Gomes (2001a), pp. 32-40 e (2010), pp. 78-79 e 85-86, Ali Alatas (2006), pp. 159-187, Jamsheed Marker (2009), pp. 432-466 e Paula Escameia (2009), pp. 60-62.

²⁷⁷ Patrícia Galvão Teles (1999), pp. 398-399, Fernando Neves (2000), p. 36, Nações Unidas (2000), pp. 12-40 e António Monteiro (2001), pp. 6 e 12-15.

a consulta popular. Apesar da instabilidade que chega a colocar em perigo a integridade de diplomatas estrangeiros e funcionários das NU, o referendo realiza-se no dia 30 de Agosto e regista uma esmagadora afluência às urnas na ordem dos 98,9%. Os resultados são conhecidos em 4 de Setembro e seriam congratulados pelas NU. O povo timorense opta expressivamente pela independência com 78,5% dos votos. Segue-se uma política de terra queimada e uma onda de vingança que faz temer um segundo genocídio em Timor²⁷⁸.

Lisboa reage à eminente tragédia humanitária pressionando no sentido de garantir a restauração da ordem no território até que, em 9 de Setembro, Washington declara o apoio a Timor-Leste. Clinton afirma que «os timorenses têm o direito de viver em paz e segurança, ganharam e votaram pela sua liberdade» e insta Jacarta a repor a ordem ou a apelar ao auxílio internacional. Alerta ainda Jacarta para os ecos que o caos em Timor pode ter nos apoios financeiros do FMI e do Banco Mundial. A Casa Branca acaba por desbloquear uma solução política. Fruto da crescente pressão internacional, à qual se junta a voz de Mary Robinson, alto-comissário para os direitos humanos, a Indonésia acaba por ceder a sua anuência a uma missão multinacional. Os Estados Unidos garantem o apoio logístico a Camberra e a operação é liderada por forças de paz australianas. O posicionamento de Washington seria para Fernando Lima, antigo porta-voz do MNE e assessor de Cavaco Silva, a grande diferença comparativamente ao cenário de 1975. Destacaria ainda que Pequim é curiosamente das primeiras capitais a comprometer-se com o envio de capacetes azuis²⁷⁹.

No dia 15 de Setembro, o Conselho de Segurança das NU aprova a Resolução 1264 (1999), que aprova a constituição de uma força de paz multinacional. Até ao fim do mês desembarcam em Díli as forças da *International Force for East Timor* (INTERFET), que é comandada pelo major-general australiano, Peter Cosgrove. Segue-se a aprova pelo CSNU da Resolução 1272 (1999), de 25 de Outubro, a criação da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), uma missão liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello e que visa acompanhar a transição timorense até à independência. Segue-se o início da retirada dos contingentes indonésios – uma acção que para Fernando Neves e

²⁷⁸ Patrícia Galvão Teles (1999), pp. 399-416, Benedict Anderson (2000), pp. 14-16, Ian Martin (2000) e (2001), John G. Taylor (2000), pp. 204-223, Nações Unidas (2000), pp. 36-40, Ana Gomes (2001), p. 156 e (2008), pp. 92-93, Jaime Gama (2001a), pp. 331-334, José Júlio Pereira Gomes (2001a), pp. 41-46 e 54-212, Manuel Acácio (2003), Ali Alatas (2006), pp. 189-215, Tony Pfanner (2007), pp. 177-179 e Geoffrey Robinson (2010), pp. 92-204.

²⁷⁹ Benedict Anderson (2000), p. 16, Fernando Neves (2000), p. 37, Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), pp. 818-819, António Monteiro (2001), Carlos Gaspar (2001) e (2003), p. 161, Ian Martin (2001), p. 229, Jaime Gama (2001a), pp. 339-341, Fernando Lima (2002), pp. 317-323, Joseph Nevins (2002), pp. 634-641, Ana Guedes Mesquita (2005), p. 56, Ali Alatas (2006), pp. 216-221 e Jamsheed Marker (2009), pp. 467-513.

José Júlio Pereira Gomes prima pela extraordinária rapidez quando comparada aos padrões habituais. A operação multinacional em Timor seria apresentada como um modelo de intervenção humanitária. A 19 de Outubro de 1999, o Parlamento indonésio reconhece a desanexação timorense. Termina uma clara e permanente violação do direito internacional, um momento que Xanana Gusmão classificaria o «fim de um erro histórico»²⁸⁰.

Lisboa continua ao lado do povo timorense no caminho para a independência, apoiando os refugiados timorenses em Kupang, promovendo a Língua Portuguesa e o sistema de ensino e através da cooperação financeira, que ascende aos 150 milhões de euros entre 1999-2000. Portugal assume, juntamente com a Austrália, responsabilidades ao nível da cooperação técnico-militar, quer através da participação na UNTAET, quer ao nível da formação das forças de segurança timorenses. A cooperação portuguesa manter-se-ia na fase de construção do novo Estado. Também a Indonésia realinharia posicionamentos após a tomada de posse do presidente Abdurrahman Wahid, em 30 de Novembro de 1999, disponibilizando-se para colaborar na construção do novo Estado. Esta posição seria consolidada na presidência de Megawati Sukarnoputri²⁸¹.

Em 20 de Maio de 2002, após cinco séculos de domínio português, vinte e três anos de administração indonésia e dois anos e meio de tutela das Nações Unidas, Timor-Leste torna-se finalmente independente. É o primeiro Estado a nascer no novo milénio, o 11º país do sudeste asiático e o 191º membro das NU. Libertado pela Indonésia no dia 7 de Setembro de 1999, Xanana Gusmão seria conduzido como primeiro presidente da República Democrática de Timor-Leste. O vencedor do Prémio Sakharov em 1999, Prémio da Paz de Sidney em 2000 e Prémio Norte-Sul em 2002, destacaria na tomada de posse que Timor sempre fora, desde a década de 1960, um problema da «responsabilidade da Comunidade Internacional». Acrescentaria que na independência timorense reside um «testemunho dos valores universais, consagrados na Carta das Nações Unidas e, também, uma afirmação inequívoca dos direitos fundamentais do Homem e dos Povos». Prestaria ainda «homenagem aos Órgãos de Soberania Portugueses por terem tornado, pela Constituição, Timor-Leste e o seu Povo como causa nacional». Segue-se o desafio de construção de um Estado democrático²⁸².

²⁸⁰ Miguel Galvão Teles (1999), pp. 638-649, Patrícia Galvão Teles (1999), pp. 416-422, Fernando Neves (2000), p. 37, Nações Unidas (2000), pp. 56-60, Ruth Wedgwood (2000), José Júlio Pereira Gomes (2001b), p. 150, nota de rodapé 86, e (2010), p. 86, Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), Fernando Lima (2002), p. 323, Ali Alatas (2006), pp. 221-235 e Tony Pfanner (2007), pp. 179-193.

²⁸¹ Liem Soei Liong (2000), Carlos Gaspar (2001), Jaime Gama (2001b), p. 125 e (2002), p. 345, Nicholas Wheeler *et. al.* (2001), Ana Gomes (2002), Ana Mesquita (2002) e Elisabete Palma (2002), (2005a) e (2005b).

²⁸² Xanana Gusmão (2004), pp. 11-19.

V. CONCLUSÃO

Timor é hoje contado como uma história de sucesso das Nações Unidas. A vitória de uma pequena nação sobre a potente Indonésia e demais interesses das grandes potências – David contra Golias. A sua independência resulta do espírito de luta e de superação de um povo, do colapso do regime indonésio e das próprias dinâmicas do pós-Guerra-Fria. A década de 1990 serviu de palco a afirmação dos princípios democráticos e dos direitos humanos. Cedeu também espaço a um maior intervencionismo do CSNU e confirmou a realidade das intervenções humanitárias – conceito do qual a própria luta maubere beneficia e ajuda a moldar. Ao longo de todo o processo vão-se destacando nomes como o de Xanana Gusmão, Ximenes Belo e Ramos Horta, mas também João Paulo II, Kofi Annan, Mary Robinson ou Sérgio Vieira de Mello. Junta-se ainda o apoio de inúmeros movimentos de solidariedade. Os próprios factores endógenos indonésios são indissociáveis da autodeterminação timorense. Ali Alatas reconheceria a Jamsheed Marker que fora com relutância que Suharto autorizara a intervenção em 1975. «[F]icámos envolvidos nesta confusão e desde então que estamos a pagar a factura». No entanto, é também indesmentível o precioso contributo de Lisboa para o desfecho favorável do processo²⁸³.

Não obstante partilhar responsabilidades pelos acontecimentos em 1974-1975 e revelar períodos de menor actividade, Portugal reafirmou desde a primeira hora o seu estatuto de potência administrante e defendeu as suas responsabilidades constitucionais, históricas e morais para com o povo timorense. Lisboa soube colocar a questão numa perspectiva que ultrapassava o mero interesse nacional, elevando-a a uma questão de princípios universais respeitante às Nações Unidas e ao concerto das nações. Mesmo sem apoios e deparando-se com evidentes posições contrárias, a diplomacia portuguesa conseguiu impedir o *fait accompli* ao manter o assunto vivo em Nova Iorque. Com o tempo, a competência e persistência do corpo diplomático juntam-se à crescente credibilidade externa de Portugal. O MNE passa a exercer uma pressão a nível bilateral, multilateral e pública que ajuda à visibilidade da questão timorense e à corrosão da posição indonésia. Preocupa-se ainda em reatar os laços históricos com Jacarta, após a queda de Suharto²⁸⁴.

²⁸³ José Manuel Pureza (2001), Nicholas J. Wheeler *et. al.* (2001), David M. Malone (2003), João Madureira (2003), Paul Kennedy (2006), p. 203, Nações Unidas (2008), pp. 302-303, Ali Alatas (2006), pp. 237-244, Jamsheed Marker (2009), pp. 274, 288-290 e 309-310, Paula Escameia (2009), pp. 62-69 e José Júlio Pereira Gomes (2010), pp. 86-87.

²⁸⁴ José Júlio Pereira Gomes (2010), p. 87.

O compromisso do corpo diplomático português realiza-se ao longo de mais de duas décadas, atravessando diversos Executivos e orientações políticas. Para o embaixador Fernando Neves, este contributo «foi de facto uma tarefa conjunta de toda a diplomacia portuguesa, não só aqueles que estiveram na linha da frente, nas negociações, tratando do problema de Timor, nas Nações Unidas, na União Europeia, que se empenharam neste processo, foram todos os diplomatas e todas as embaixadas». Ana Gomes complementa que a «abrangente» campanha «junto de uma pluralidade de actores fundamentais no plano internacional» – chancelarias, meios políticos, agentes de informações, organizações não-governamentais e grupos de solidariedade de vários países, incluindo indonésios – só foi possível devido ao apoio político dos sucessivos Governos e ministros dos Negócios Estrangeiros. «Mas é forçoso reconhecer que a articulação e coerência entre todas estas campanhas diplomáticas foi assegurada sobretudo pelo núcleo de funcionários do MNE que, de algum modo, se “especializara” no problema de Timor. De facto, todas estas campanhas internacionais foram concebidas, cerzidas e executadas no MNE, graças ao profissionalismo, capacidade de iniciativa e empenhamento dos seus funcionários». Ana Gomes destacaria, nomeadamente, o contributo do embaixador Quartin Santos, «um repositório precioso e insubstituível de informação sobre o processo de Timor, e a quem Portugal e Timor-Leste muito devem pelo desfecho na tão almejada independência»²⁸⁵.

De acordo com Fernando Neves, este caso marca uma vitória da diplomacia portuguesa – diplomacia «com uma grande tradição, com um grande grau de profissionalismo, um grande grau de empenho, um grande grau de patriotismo» – perante uma negociação implausível, em que «ninguém acreditava que alguma vez Timor pudesse ser independente». No discurso de boas vindas de Timor-Leste às NU, o primeiro-ministro português, Durão Barroso, realçaria que «Timor-Leste é um triunfo do espírito humano. É também uma prova de que a adversidade pode sempre ser ultrapassada e que, no fim, a justiça prevalecerá sempre. Como referiu o poeta Fernando Pessoa – “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”»²⁸⁶.

A independência timorense encerra assim a descolonização portuguesa, mas a sua defesa permite também acompanhar a viragem de 180º que a política externa portuguesa opera desde o discurso do “orgulhosamente sós” até à afirmação de Portugal enquanto um dos países mais desenvolvidos do mundo, membro activo e de pleno direito da sociedade internacional. Aponta Mário Soares que Portugal tem uma «riquíssima e muito antiga

²⁸⁵ Ana Gomes (2008), pp. 85-88 e 94-95 e Fernando Neves (2008), pp. 73-75 e 80-81.

²⁸⁶ Durão Barroso (2002) e Fernando Neves (2008), p. 80.

experiência em matéria de relações internacionais. Das mais ricas e interessantes do Mundo». Esta longa tradição cujo expoente máximo se manifesta na vontade de “dar mundos ao mundo”, não deixa contudo de espelhar o que o historiador António José Telo descreve como uma disfunção. A disfunção portuguesa assenta «nos múltiplos mecanismos edificados ao longo dos séculos que potenciam e aumentam a sua força e capacidade de manobra nas relações internacionais (...) [e permitem obter] ganhos que parecem muito acima do seu peso relativo». Confirmando o prestígio internacional que luz sobre Portugal, Durão Barroso seria eleito presidente da Comissão Europeia em 2004, mandato que renovaria em 2009. António Guterres assumiria em 2005 o cargo de alto-comissário das NU para os refugiados. Dois anos mais tarde, Jorge Sampaio seria nomeado alto-representante das NU para a Aliança das Civilizações²⁸⁷.

O embaixador Nuno Brito refere que a dimensão de Portugal força «uma política externa organizada e desapaixonada», que encontra no multilateralismo e nas NU dois garantes contra os abusos da força. Assim, e apesar das suas falhas e defeitos, a ONU não deixa de transparecer o que de mais se aproxima de um “Parlamento do Homem”. Esta crescente recuperação da prática multilateral estende-se pela UE, OTAN, CPLP. Portugal integra blocos que lhe conferem peso acrescido e permitem disfarçar os seus recursos relativos. Acrescentam Gonçalo Santa-Clara Gomes, Diogo Freitas do Amaral e Mário Soares que, apesar dos sucessos, a política externa portuguesa carece ainda assim de postura mais confiante, democrática e estruturada²⁸⁸.

Portugal é hoje candidato a um terceiro mandato no CSNU. Propõe-se a defender o primado da Lei, os direitos humanos e os direitos dos pequenos Estados. Promove uma postura universalista, dialogante, apostada no multilateralismo e ao serviço da paz. O processo diplomático que acompanha a questão timorense viu Lisboa conjugar considerações do interesse nacional com princípios – exercício nem sempre fácil na política externa de um pequeno Estado – e permitiu, talvez beneficiando de uma feliz coincidência de episódios, que Portugal mantivesse a honra. A leitura adequada dos tempos parece ter ajudado à projecção de uma imagem associada aos valores, lembrando que «[u]ma diplomacia eficaz é parte fundamental do poder dos que não têm poder»²⁸⁹.

²⁸⁷ Mário Soares (2002a), Carlos Santos Pereira (2005), pp. 160-161, Diogo Freitas do Amaral (2008b), pp. 47-50, Nações Unidas (2008), pp. 43-44 e 213, António José Telo (2009), pp. 147, nota de rodapé 2, e 267-272 e Maria do Céu Pinto (2010), pp. 183-184.

²⁸⁸ Adriano Moreira (1977a), pp. 123-124, Marcello Duarte Mathias (1987), pp. 73-77, Diogo Freitas do Amaral (2002), Mário Soares (2002b), Gonçalo Santa-Clara Gomes (2000) e (2005), Nuno Filipe Brito (2005) e Paul Kennedy (2006).

²⁸⁹ Adriano Moreira (2007), p. 25 e Ministério dos Negócios Estrangeiros (2010).

BIBLIOGRAFIA

- ACÁCIO, Manuel (2003), *Timor – os Peregrinos da Liberdade*, Lisboa, Oficina do Livro
- ACHARYA, Amitav (1999), “Southeast Asia’s Democratic Movement”, in *Asian Survey*, vol. 39, nº 3, Berkeley, University of California Press, pp. 418-432
- ALATAS, Ali (2006), *The Pebble in the Shoe – the Diplomatic Struggle for East Timor*, Jacarta, Aksara Karunia
- ALBRIGHT, Madeleine (1998), “The Testing of American Foreign Policy”, in *Foreign Affairs*, vol. 77, nº 6, Nova Iorque, Council on Foreign Relations, pp. 50-63.
- ALBUQUERQUE, Catarina e TELES, Patrícia Galvão (2002), “Timor Leste e Direitos Humanos”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2002/2002_2_11.html
- ALBUQUERQUE, Catarina e TELES, Patrícia Galvão (2004), “Portugal e os Direitos Humanos”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2004/2004_3_1_4.html
- ALEXANDRE, Manuel Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império, 1808-1975*, Porto, Edições Afrontamento
- ALEXANDRE, Manuel Valentim (2006), “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada”, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Português de Relações Internacionais e Universidade Nova de Lisboa, pp. 31-59
- ALMEIDA, Maria Regina Flor (2003), “A Diplomacia Pública”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 6, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 61-72
- AMARAL, Diogo Freitas (2002), “Sobre a Política Externa Portuguesa”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_4.html
- AMARAL, Diogo Freitas (2003), “Uma Presidência Portuguesa da Assembleia Geral da ONU”, in *Nação e Defesa nº 104*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 49-63
- AMARAL, Diogo Freitas (2008a), *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand Editora

- AMARAL, Diogo Freitas (2008b), “Portugal e a Recuperação da Imagem Internacional”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 45-50
- AMNESTY INTERNATIONAL (1985), *East Timor Violations of Human Rights – Extrajudicial Executions, “Disappearances”, Torture and Political Imprisonment*, Londres, Amnesty International Publications
- ANNAN, Kofi (1999a), “Two Concepts of Sovereignty”, in *The Economist*, Londres, The Economist Newspaper Limited. Visto a 20 de Setembro de 2010, em: www.un.org/News/ossg/sg/stories/kaecon.html
- ANNAN, Kofi (1999b), “The Future of United Nations Peacekeeping”, in *Nação e Defesa*, nº 91, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 131-141
- ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner (2003), *O Anjo de Timor*, Marco de Canavezes, Cenateca, Associação Teatro e Cultura
- ANDRESEN-LEITÃO, Nicolau (2005), “Um Jogador Europeu – O Estado Novo e a CEE, 1957-1974”, in *Relações Internacionais*, nº 6, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 107-117
- ANDERSON, Benedict (1983), “Old State, New Society: Indonesia’s New Order in Comparative Historical Perspective”, in *The Journal of Asian Studies*, vol. 42, nº 3, Ann Arbor, Association for Asian Studies, pp. 477-496
- ANDERSON, Benedict (1993), “Imagining East Timor”, in *Arena Magazine*, nº 4, Fitzroy, Arena Printing and Publishing
- ANDERSON, Benedict (2000), “O Tempo Está do Nosso Lado. O Colapso do Colonialismo Indonésio em Timor-Leste”, in *Política Internacional*, nº 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 5-16
- ARENDT, Hannah (2008), *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 3ª edição
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1992), *Obrigações de Portugal como Potência Administrante do Território Não-Autónomo de Timor-Leste*, Lisboa, Assembleia da República
- ATAZ, António Pedro (2004), “A Viragem nas Relações entre Portugal e os EUA”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/1998/1998_4_16.html

- AVILLEZ, Maria João (1996a), *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público
- AVILLEZ, Maria João (1996b), *Soares – Democracia*, Lisboa, Público
- AVILLEZ, Maria João (1997), *Soares – o Presidente*, Lisboa, Público
- BARROSO, José Manuel (1995), *Segredos de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias
- BARROSO, José Manuel Durão (1991), “A Cooperação Internacional e os Processo de Paz: o Exemplo Angolano”, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.ieei.pt/files/Durao_Barroso_O_exemplo_Angolano.pdf
- BARROSO, José Manuel Durão (1995a), *A Política Externa Portuguesa 1992-1993*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- BARROSO, José Manuel Durão (1995b), *A Política Externa Portuguesa 1994-1995*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- BARROSO, José Manuel Durão (2002), “Statement by H. E. Mr. Durão Barroso, Prime Minister of the Portuguese Republic, to the United Nations General Assembly (On the Occasion of the Admission of the Democratic Republic of Timor-Leste to the United Nations). New York, 27 September 2002”. Visto a 25 de Setembro de 2010, em: www.un.int/portugal/57agtimoradmission.htm
- BELLO, Judith Hippler (1996), “East Timor (Port. v. Austl.)”, in *The American Journal of International Law*, vol. 90, nº 1, Washington DC, The American Society of International Law, pp. 94-98
- BRITO, Nuno Filipe (2000), “Lidando Seriamente com as Nações Unidas: Kofi Annan e a Intervenção Humanitária”, in *Política Internacional*, nº 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 69-82
- BRITO, Nuno Filipe (2005), “Política Externa Portuguesa. O Futuro do Passado”, in *Relações Internacionais*, nº 5, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 147-161
- CAETANO, Marcelo (1970), “Balanço de Dois Anos no Governo: A Reforma da Sociedade Portuguesa tem de ser Feita em Paz”, *Discurso Proferido perante as Comissões Distritais da Acção Nacional Popular, no Palácio Foz, em 27 de Setembro de 1970*.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela (2002), *Timor. Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem
- CAREY, Peter (1998), “The Catholic Church, Religious Conflict and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-97”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 265-284

- CAREY, Peter (2001), “A Indonésia e Timor: dois Caminhos para a Independência”, in *Análise Social*, vol. XXXVI, nº 161, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 1061-1077
- CARRILHO, Luís (2005), “A Participação da Polícia de Segurança Pública nas Operações de Paz da ONU”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 269-289
- CASTILHO, José (1998), “O Marcelismo e a Construção Europeia”, in *Penélope*, nº 18, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 51-76
- CATRY, Jean-Pierre (1996), “Le Combat Oublié du Timor-Oriental”, in *Le Monde Diplomatique*. Visto a 20 de Julho de 2010, em: www.monde-diplomatique.fr/1996/12/CATRY/7479
- CAYRAC-BLANCHARD, Françoise (1999), “Violence Contre Démocratie en Indonésie”, in *Le Monde Diplomatique*. Visto a 20 de Julho de 2010, em: www.monde-diplomatique.fr/1999/06/CAYRAC_BLANCHARD/12122
- CHOMSKY, Noam (1998a), “The Great Powers and Human Rights: the Case of East Timor”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 29-63
- CHOMSKY, Noam (1998b), “East Timor and World Order”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 65-81
- CHOMSKY, Noam (1999), “East Timor in Retrospective”, in *Le Monde Diplomatique*, October. Visto a 20 de Julho de 2010, em: www.chomsky.info/articles/199910--.htm
- CLARK, Roger S. (1998), “East Timor and an International Criminal Court”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 95-106
- CLINTON, Hillary (2009), “Statement of Senator, Nominee for Secretary of State, Senate Foreign Relations Committee, January 13, 2009”. Visto a 23 de Fevereiro de 2010, em: <http://foreign.senate.gov/testimony/2009/ClintonTestimony090113a.pdf>
- CONSELHO DA EUROPA (1991), “Résolution nº 966 (1991): Relative au Timor Oriental”. Visto a 20 de Julho de 2010, em: www.gddc.pt/direitos-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-portugal.html
- CORREIA, Pedro Pizarat (1999), “Descolonização”, in BRITO, J. M. Brandão (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 101-224

- COSTA, Francisco Seixas (2002), *Diplomacia Europeia – Instituições, Alargamento e o Futuro da União*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- COSTA, Francisco Seixas (2005), “A Europa nas Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 189-196
- CRAVINHO, João Gomes (2008), *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 3ª edição
- CRIBB, Robert (2009), “The Indonesian Massacres”, in TOTTEN, Samuel e PARSONS, William (ed.), *Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts*, Nova Iorque, Routledge, 3ª edição, pp. 235-262.
- CUTILEIRO, José (2003), “O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem”, in *Nação e Defesa n.º 104*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 37-47
- DACOSTA, Maria Manuela Nêveda (1998), “Contributo para a Compreensão da Crise Asiática: o que Correu Mal”, in *Política Internacional, n.º 17*, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 157-192
- DAEHNHARDT, Patrícia (2010), “O Fim da Guerra Fria e a Unificação Alemã”, in *Relações Internacionais, n.º 23*, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 39-51
- DOYLE, Michael W. (1983), “Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs”, in *Philosophy and Public Affairs, vol. 12, n.º 3*, pp. 205-235
- DUARTE, Teófilo (1930), *Timor (Ante-câmara do Inferno?)*, Famalicão
- DUNN, James (1998), “Genocide in East Timor: the Attempts to Destroy a Society and its Culture”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 83-94
- DUNN, James (2009), “Genocide in East Timor”, in TOTTEN, Samuel e PARSONS, William (ed.), *Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts*, Nova Iorque, Routledge, 3ª edição, pp. 265-295
- ESCARAMEIA, Paula (2009), *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra, Almedina
- FERNANDES, Moisés Silva (2006), “O Timor Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974”, in *Negócios Estrangeiros, n.º 9.1*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 272-338

- FERNANDES, Moisés Silva (2007), “A Preponderância de Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 10, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 90-171
- FERNANDES, Moisés Silva (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático
- FERREIRA, José Medeiros (1976) “Relações Externas e Defesa Nacional”, in *Nação e Defesa* nº 1, Lisboa, Redacção da Repartição de Estudos Políticos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Estado-Maior do Exército, pp. 17-23
- FERREIRA, José Medeiros (1992), “As Perspectivas de Mudança no Sistema Internacional e na Europa”, in *Política Internacional*, nº 5, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 5-12
- FERREIRA, José Medeiros (1993), “Características Históricas da Política Externa Portuguesa entre 1890 e a Entrada na ONU”, in *Política Internacional*, nº 6, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 113-156
- FERREIRA, José Medeiros (2004), “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, in *Relações Internacionais*, nº 2, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 143-158
- FERREIRA, José Medeiros (2006), “Portugal e os Estados Unidos nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bilateral”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 15-43
- FERREIRA-PEREIRA, Laura (2007), “Segurança e Defesa na União Europeia: A Perspectiva Portuguesa em Análise”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 11.1, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 161-192
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto (2009), “A Presença Portuguesa em Timor-Leste (1945-1975): Aspectos e Implicações do Relacionamento com a Austrália”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 14, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 123-176
- FONSECA, Ana Mónica (2006), “Dez Anos de Relações Luso-Alemãs, 1958-1968”, in *Relações Internacionais*, nº 11, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 47-77
- FOREIGN POLICY (2000), “Think Again: Clinton's Foreign Policy”, in *Foreign Policy*, November/December, Washington DC, Slate Group

- FREIRE, Miguel (2007), “O *Modus Operandi* de Segurança e Defesa de um Pequeno Estado Euro-Atlântico”, in *Nação e Defesa n.º 118*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 69-105
- FUKUYAMA, Francis (1989), “The End of History?”, in *The National Interest, Summer*, Washington DC, The Nixon Centre
- GAMA, Jaime (1995), “A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, in *Política Internacional, n.º 10*, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 5-19
- GAMA, Jaime (2001a), *Política Externa Portuguesa 1995-1999*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- GAMA, Jaime (2001b), “Seminário Diplomático 2001: a Imagem de Portugal”, in *Negócios Estrangeiros, n.º 1*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 119-130
- GAMA, Jaime (2002), *Política Externa Portuguesa 1999-2002*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- GASPAR, Carlos (1995), “A Emergência da Ásia Oriental”, in *Política Internacional, n.º 10*, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 135-176
- GASPAR, Carlos (1999), “Fins de Século”, in *Política Internacional, n.º 20*, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 59-70
- GASPAR, Carlos (2001), “O Contexto Internacional da Crise Timorense”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2001_1_1_11_c.html
- GASPAR, Carlos (2003), “A Guerra Fria Acabou Duas Vezes”, in *Nação e Defesa n.º 105*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 141-176
- GASPAR, Carlos (2004), “Debates Ocidentais”. Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Visto a 28 de Julho de 2010, em: www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=70#_ftn23
- GASPAR, Carlos (2005a), “As Dimensões Internacionais da Transição Portuguesa”. Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Visto a 20 de Março de 2010, em: www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=115
- GASPAR, Carlos (2005b), “A Rússia e a Segurança Europeia”, in *Nação e Defesa n.º 110*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 45-57

- GASPAR, Carlos (2007), “Portugal, os Pequenos Estados e a União Europeia”, in *Nação e Defesa* n° 118, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 107-145
- GADDIS, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70
- GOMES, Ana (1995), “Timor-Leste e o Imperativo de uma Política de Direitos Humanos”, in *Política Internacional*, n° 10, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 111-121
- GOMES, Ana (2001), “Missão em Jacarta”, in *Negócios Estrangeiros*, n° 2, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 153-166
- GOMES, Ana (2002), “A Indonésia e Timor-Leste Independente”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2002_2_17_c.html
- GOMES, Ana (2008), “A Independência de Timor-Leste”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 82-95
- GOMES, Bernardino e SÁ, Tiago Moreira (2008), *Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- GOMES, Gonçalo Santa Clara (2000), “O Poder das Médias Potências”, in *Política Internacional*, n° 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 83-105
- GOMES, Gonçalo Santa Clara (2005), “25 Anos de Política Externa – uma Reflexão”. Intervenção na XXIII Conferência Internacional de Lisboa. Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Visto a 28 de Julho de 2010, em: www.icei.pt/post.php?post=77
- GOMES, José Júlio Pereira (1995), “As Lutas de Libertação Nacional e o Direito Internacional Humanitário. o Caso de Timor-Leste”, in *Política Internacional*, n° 10, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 29-65
- GOMES, José Júlio Pereira (2001a), *O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste – o Preço da Liberdade*, Lisboa, Gradiva
- GOMES, José Júlio Pereira (2001b), “A Política Externa e os Direitos Humanos”, in *Negócios Estrangeiros*, n° 2, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 110-152
- GOMES, José Júlio Pereira (2010), “A Internacionalização da Questão de Timor-Leste”, in *Relações Internacionais*, n° 25, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 67-89

- GOMES, Rui A. e TELES, Miguel Galvão (2002), “O Timor Gap e a Economia de Timor-Leste” in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2002_2_19_c.html
- GONÇALVES, Arnaldo (2005), “Os Valores Asiáticos e os Direitos Humanos”, in *Política Internacional*, nº 27, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 141-161
- GUEDES, Armando Marques e MENDES, Nuno Canas (2006), *Ensaio sobre Nacionalismos em Timor-Leste*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático
- GUIMARÃES, Fernando Andersen (2006), “Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 163-194
- GUNN, Geoffrey C. (1997), *East Timor and the United Nations: the Case for Intervention*, Lawrenceville, The Red Sea Press
- GUNN, Geoffrey C. (1999), *Timor Loro Sae: 500 Anos*, Macau, Livros do Oriente
- GUSMÃO, Xanana (1994), *Timor-Leste – Um Povo, Uma Pátria*, Lisboa, Edições Colibri, 5ª edição
- GUSMÃO, Xanana (2004), *A Construção da Nação Timorese*, Lisboa, Lidel
- HARPER, T. N. (1997), “‘Asian Values’ and Southeast Asian Histories”, in *The Historical Journal*, vol. 40, nº 2, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 507-517
- HASEMAN, John B. (1995), “Catalyst for Change in Indonesia”, in *Asian Survey*, vol. 35, nº 8, Berkeley, University of California Press, pp. 757-767
- HORTA, José Ramos (1994), *Timor Leste: Amanhã em Díli*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- HUNTINGTON, Samuel (1993a), *The Third Wave – Democratization in the Late 20th Century*, Norman, University of Oklahoma Press
- HUNTINGTON, Samuel (1993b), “The Clash of Civilizations?”, in *Foreign Affairs, Summer*, vol. 72, nº 3, Nova Iorque, Council on Foreign Relations, pp. 22-50.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (2001), *The Responsibility to Protect – Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Otava, International Development Research Centre

- JALALI, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- JOFFE, Josef (1995), “‘Bismarck’ or ‘Britain’? – Toward an American Grand Strategy after Bipolarity”, in *International Security*, vol. 19, nº 4, pp. 94-117
- JOLLIFFE, Jill (1989), *Timor, Terra Sangrenta*, Lisboa, Edições “O Jornal”
- KENNAN, George (1986), “Morality and Foreign Policy”, in *Foreign Affairs*, Winter 1985/86, Nova Iorque, Council on Foreign Relations
- KENNEDY, Paul (1988), *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem-Martins, Publicações Europa-América
- KENNEDY, Paul (2006), *The Parliament of Man: the Past, Present, and Future of the United Nations*, Nova Iorque, Vintage Books
- KISSINGER, Henry (1996), *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva
- KRIEGER, Heike (ed.) (1997), *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge, Cambridge University Press
- LAWLESS, Robert (1976), “The Indonesian Takeover of East Timor”, in *Asian Survey*, vol. 16, nº 10, Berkeley, University of California Press, pp. 948-964
- LEMARCHAND, René (2009), “The 1994 Rwanda Genocide”, in TOTTEN, Samuel e PARSONS, William (ed.), *Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts*, Nova Iorque, Routledge, 3ª edição, pp. 483-504.
- LEVENSON, Jay A. (ed.), (2007), *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the 16th & 17th Centuries*, Washington DC, Smithsonian Institute
- LIMA, Fernando (1999), *Macau – as Duas Transições*, Macau, Instituto Internacional de Macau
- LIMA, Fernando (2002), *Timor – da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Macau, Instituto Internacional de Macau
- LIMA, Fernando (2003), “A Diplomacia na Lógica da Agenda-setting”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 4/5, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 123-127
- LIONG, Liem Soei (1999), “Cenários para a Democratização”, in *O Mundo em Português*, nº 1, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Visto a 28 de Julho de 2010, em www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1105

- LIONG, Liem Soei (2000), “A Era Pós-Suharto e Pós-Habibie”, in *O Mundo em Português*, n° 7, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Visto a 28 de Julho de 2010, em: www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1020
- LOPES, Antero (2005), “Esforços de Polícia no Apoio à Paz Mundial”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 65-83
- LUTTWACK, Edward N. (2000), “A Regra de Kofi: Intervenção Humanitária e Neocolonialismo”, in *Política Internacional*, n° 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 59-67
- MACINTYRE, Andrew (1993), “Indonesia in 1992: Coming to Terms with the Outside World”, in *Asian Survey*, vol. 33, n° 2, *A Survey of Asia in 1992: Part II*, Berkeley, University of California Press, pp. 204-210
- MACQUEEN, Norrie (1998), *A Descolonização da África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito
- MACQUEEN, Norrie (2003), “Re-defining the ‘African Vocation’: Portugal’s Post-Colonial Identity Crisis”, in *Journal of Contemporary European Studies*, vol. 11, n° 2, Londres, Carfax Publishing
- MACQUEEN, Norrie (2006), “Marcelismo, Africa and the United Nations”, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Português de Relações Internacionais e Universidade Nova de Lisboa, pp. 101-117
- MADUREIRA, João (2003), “A Evolução Recente do CSNU e a sua Influência no Direito Internacional”, in *Nação e Defesa*, n° 104, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 65-80
- MAGALHÃES, José Calvet (1988), “Portugal e a Integração Europeia”, in *Estratégia* n° 4, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
- MAGALHÃES, José Calvet (1994), “Portugal na Europa: o Caminho Certo”, in *Estratégia* n° 10-11, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
- MAGALHÃES, José Calvet (1996), *Portugal e as Nações Unidas – A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

- MAGALHÃES, José Calvet (2001), “Portugal e as Organizações Políticas Internacionais”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em:
www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_1_2_1_h.html
- MAGALHÃES, José Calvet (2002), “A Política Externa Portuguesa no Plano Multilateral”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em:
www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2002_3_2_14_c.html
- MAGALHÃES, José Calvet (2005), *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Editorial Bizâncio
- MALONE, David M. (2003), “The Security Council in the Post-Cold War Era: Boom and Bust?”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 4/5, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 7-31
- MARCOS, Daniel (2006), “Portugal e a França na Década de 1960: A Questão Colonial e o Apoio Internacional”, in *Relações Internacionais nº 11*, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 31-45
- MARQUES, Fernando Pereira (1999), “Sete Noites, Sete Dias”, in BRITO, J. M. Brandão (coord.), *Do Marvelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 61-100
- MARQUES, Rui (2005), *Timor-Leste: o Agendamento Mediático*, Porto, Porto Editora
- MARKER, Jamsheed (2009), *Timor-Leste – Relato das Negociações para a Independência*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático
- MARTIN, Ian (2000), “A Consulta Popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste – Primeiras Reflexões”, in *Política Internacional*, nº 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 17-28
- MARTIN, Ian (2001), *Autodeterminação em Timor Leste – As Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Lisboa, Quetzal Editores
- MATHIAS, Leonardo (1986), “A ONU e a Nova Ordem Internacional”, in *Nação e Defesa*, nº 37, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 37-50
- MATHIAS, Leonardo (2006), “A Arte da Negociação”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 9.1, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 197-206
- MATHIAS, Marcelo (1987), “As Nações Unidas e as Relações Internacionais Contemporâneas”, in *Nação e Defesa*, nº 41, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 57-77

- MATSUNO, Akihisa (1998a), “The Balibo Declaration: between Text and Fact”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 159-194
- MATSUNO, Akihisa (1998b), “Reading the Unwritten: An Anatomy of Indonesian Discourse on East Timor”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 195-210
- MATTOSO, José (2005), *A Dignidade – Konis Santana e a Resistência Timorense*, Lisboa, Temas e Debates
- MAXWELL, Kenneth (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença
- MAXWELL, Kenneth (2003), “The Other 9/11: The United States and Chile, 1973”, in *Foreign Affairs*, November/December, Nova Iorque, Council on Foreign Relations. Visto a 20 de Maio de 2010, em: www.foreignaffairs.com/articles/59382/kenneth-maxwell/the-other-9-11-the-united-states-and-chile-1973
- MAXWELL, Kenneth (2006), “Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 195-242
- MENDES, Nuno Canas (2005), *A Multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor-Leste: Nacionalismo, Estado e Identidade Nacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- MESQUITA, Ana (2002), “O Gabinete do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos: Origem, Actividades e Desafios. A Experiência em Timor-Leste”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 49-64
- MESQUITA, Ana (2002), “A Cooperação Portuguesa com Timor Leste”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2002_2_14_c.html
- MILLER, Linda B. (1994), “The Clinton Years: Reinventing US Foreign Policy?”, in *International Affairs*, vol. 70, no. 4, Londres, Royal Institute of International Affairs, pp. 621-634
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2010), *Portugal Candidate to the United Nations Security Council 2011-2012*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Visto a 10 de Julho de 2010, em: www.mne.gov.pt

- MONTEIRO, António (1998), “Portugal no Conselho de Segurança: o Ano de 1997”, in *Política Internacional*, nº 17, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 73-91
- MONTEIRO, António (1999), “A Presença Portuguesa no Conselho de Segurança em 1997-1998”, in *Política Internacional*, nº 19, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 163-174
- MONTEIRO, António (2001), “O Conselho de Segurança e a Libertação de Timor-Leste”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 1, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 5-39
- MONTEIRO, António (2003a), “A Experiência Portuguesa na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, in *Nação e Defesa*, nº 104, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 81-95
- MONTEIRO, António (2003b), “Portugal, os Estados Unidos e a Guerra Angolana”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 6, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 6-30
- MONTEIRO, António (2006), “A União Faz a Força”, in *Nação e Defesa*, nº 115, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 187-192
- MONTEIRO, António (2008a), “As Nações Unidas, a Eleição para o Conselho de Segurança e para a Presidência da Assembleia Geral”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 51-62
- MONTEIRO, António (2008b), “A Paz em África: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 160-167
- MONTEIRO, António e GUIMARÃES, Fernando Andersen (1999), “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz”, in *Nação e Defesa*, nº 91, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 27-43
- MOREAU, Ron (1999), “Running Through a Minefield”, in Newsweek. Visto a 20 de Julho de 2010, em: www.newsweek.com/1999/05/30/running-through-a-minefield.html
- MOREIRA, Adriano (1977a), *O Drama de Timor, Relatório da ONU sobre a Descolonização*, Lisboa, Intervenção, 12ª edição
- MOREIRA, Adriano (1977b), *O Novíssimo Príncipe*, Lisboa, Intervenção, 11ª edição

- MOREIRA, Adriano (1979), “Poder Funcional – Poder Errático”, in *Nação e Defesa*, nº 12, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 15-27
- MOREIRA, Adriano (1999), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- MOREIRA, Adriano (2007), “A Diplomacia Portuguesa”, in *Negócios Estrangeiros*, nº 10, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 19-25
- NAÇÕES UNIDAS (2000), *As Nações Unidas e Timor Leste. A Autodeterminação Através da Consulta Popular*, Nova Iorque, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas
- NAÇÕES UNIDAS (2008), *The United Nations Today*, Nova Iorque, Departamento de Informação Pública das Nações Unidas
- NEGREIROS, Joaquim Trigo (1998), “Portugal no Conselho de Segurança da ONU”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/1998fa/1998fa_3_1.html
- NEGREIROS, Joaquim Trigo (1999), “Timor-Leste e a Indonésia: Laboratório e Espelho de Contradições de um Regime em Transição”, in *Política Internacional*, nº 19, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 175-188
- NEVES, Fernando (1997), “O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, in *Política Internacional*, nº 14, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 57-65
- NEVES, Fernando (2000), “Timor-Leste: Processo Diplomático”, in *Política Internacional*, nº 21, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 29-38
- NEVES, Fernando (2008a), “A Independência de Timor-Leste”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 73-81
- NEVES, Fernando (2008b), “Encerramento”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 275-280
- NEVES, José Paulouro (2008), “Portugal e a União Europeia – da Adesão ao Tratado de Lisboa. As Presidências”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 131-136.

- NEVINS, Joseph (2002), “The Making of ‘Ground Zero’ in East Timor in 1999: An Analysis of International Complicity in Indonesia’s Crimes”, in *Asian Survey*, vol. 42, nº 4, Berkeley, University of California Press, pp. 623-641
- NYE Jr., Joseph S. (1990), “Soft Power”, in *Foreign Policy*, Washington DC, Slate Group, pp. 151-173
- NYE Jr., Joseph S. (1992), “O Mundo Pós-Guerra Fria: uma Nova Ordem Mundial?”, in *Política Internacional*, nº 5, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 79-95
- NYE Jr., Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais*, Lisboa, Gradiva, 3ª edição
- NYE Jr., Joseph S. (2003), “Limits of American Power”, in *Political Science Quarterly*, vol. 117, nº 4, Nova Iorque, The Academy of Political Science, pp. 545-559
- NYE Jr., Joseph S. (2004), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, Public Affairs
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2002), “Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo”, in *Penélope*, nº 26, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 93-122
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2006), “O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário (1926-1974)”, in *Análise Social*, vol. XLI, nº 178, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 145-166
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-75*, Lisboa, Tinta da China
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2009), “O Flanco Sul sob Tensão. A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975”, in *Relações Internacionais*, nº 21, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 61-78
- PAIS, Marta Santos (1997), “Portugal e os Direitos Humanos”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/1997/1997_3_12.html
- PAIXÃO, João Quintela (1997), “A Candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas”, in *Política Internacional*, nº 14, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 67-87

- PALMA, Elisabete (2002), “A Política de Cooperação para Timor-Leste”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2002/2002_3_3_9.html
- PALMA, Elisabete (2005a), “Portugal em Timor-Leste: INTERFET e UNTAET”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2005/2005_4_3_10.html
- PALMA, Elisabete (2005b), “Portugal em Timor-Leste: da UNTAET à UNMISSET”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2005/2005_4_3_11.html
- PALMEIRA, José (2006), *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa, Prefácio
- PFANNER, Tony (2007), “Principled Humanitarian Action in the East Timor Crisis”, in MINEAR, Larry e SMITH, Hazel (ed.), *Humanitarian Diplomacy. Practitioners and their Craft*, Tóquio, United Nations University Press, pp. 174-193
- PEREIRA, Bernardo Futscher (1990), “Continuidade na Mudança. As Relações entre Portugal e os Estados Unidos”, in *Política Internacional*, nº 2, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 5-19
- PEREIRA, António Maria (1978), “Direitos do Homem e Defesa da Democracia”, in *Nação e Defesa* nº 8, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 51-76
- PEREIRA, Carlos Santos (2005), “Portugal e as Nações Unidas”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 143-162
- PEREIRA, José Mattos (1979), “As Relações de Cooperação entre Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa”, in *Nação e Defesa*, nº 10, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 109-129
- PESSOA, Fernando (2008), *Mensagem*, Lisboa, Potugália Editora, fac-símile 1ª edição
- PINHEIRO, João de Deus (1988), “Grandes Eixos da Política Externa no Portugal de Hoje”, in *Nação e Defesa* nº 45, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, pp. 13-36
- PINHEIRO, Paulo Vizeu (2006), “Angola: de Bicesse a Lusaka [Anotações a um Processo Negocial]”, in FRANCO Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Português de Relações Internacionais e Universidade Nova de Lisboa, pp. 137-149

- PINTO, António Costa (2001), *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte
- PINTO, Maria do Céu (2010), *O Papel da ONU na Criação de uma Nova Ordem Mundial*, Lisboa, Prefácio
- PIRES, Maria João Morais (1993), “Democracia e Direito Internacional”, in *Política Internacional*, nº 7/8, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 112-148
- PIRES, Mário Lemos (1994), *Descolonização de Timor – Missão Impossível?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 3ª edição
- POLÍTICA INTERNACIONAL (1990) “A Política Externa Portuguesa: Entrevista com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Manuel Durão Barroso”, in *Política Internacional*, nº 2, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 67-92
- PROENÇA, João de Matos (1988), “A Cooperação Política Europeia”, in *Estratégia* nº 4, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
- PUREZA, José Manuel (2001), “Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências para o Internacionalismo Solidário”, Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Visto a 10 de Setembro de 2010, em: www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/164/164.pdf
- RAMIRES, Filipe (2006), “Objectivo Timor: Portugal, Timor e a Guerra do Pacífico (1941-1945), in *Relações Internacionais*, nº 11, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, 2006, pp. 5-18
- RATO, Vasco (2006), “Striking First: The Use of Force in Post-Cold War American Foreign Policy”. Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Visto a 20 de Fevereiro de 2010, em: www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=27
- ROBINSON, Geoffrey (2010), *“If You Leave Us Here We Will Die”: How Genocide Was Stopped in East Timor*, Princeton, Princeton University Press
- RODRIGUES, Francisco (2005), “A Guarda Nacional Republicana nas Operações de Paz da ONU”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 179-188
- RODRIGUES, Luís Nuno (2004a), “A Diplomacia Portuguesa no Início das Guerras Coloniais”, in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 69-100

- RODRIGUES, Luís Nuno (2004b), “‘Orgulhosamente Sós’? Portugal e os Estados Unidos no Início da Década de 1960”. Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Visto a 20 de Fevereiro de 2010, em: www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140
- RODRIGUES, Luís Nuno (2006a), “Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)”, in FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Português de Relações Internacionais e Universidade Nova de Lisboa, pp. 61-100
- RODRIGUES, Luís Nuno (2006b), “A Administração Johnson e a Questão Colonial Portuguesa: o ‘Plano Anderson’”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 89-112
- RODRIGUES, Luís Nuno (2006c), “Da Criação da UNESCO à Adesão de Portugal (1946-1965)”, in *Relações Internacionais*, nº 12, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 167-181
- ROLLO, Maria Fernanda (1988), “Salazar e a Construção Europeia”, in *Penélope*, nº 18, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 51-76
- ROSAS, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo”, in BRITO, J. M. Brandão (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 15-59
- SANTOS, António de Almeida (2006a), *Quase Memórias, (Da Descolonização de cada Território em Particular) Volume I*, Cruz Quebrada, Casa das Letras
- SANTOS, António de Almeida (2006b), *Quase Memórias, (Da Descolonização de cada Território em Particular) Volume II*, Cruz Quebrada, Casa das Letras
- SALAZAR, António Oliveira (1981) “Circular sobre a Integração Europeia, para as Missões Diplomáticas, do Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Março de 1953”, in GUERRA, Ruy Teixeira, FREIRE, António Siqueira e MAGALHÃES, José Calvet, *Os Movimentos de Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração
- SARAIVA, António José (1980), “O 25 de Abril e a História”, in *Filhos de Saturno*, Lisboa, Bertrand Editora
- SEJERSTED, Francis, BELO, Ximenes e HORTA, José Ramos (1997), *Timor Leste Nobel da Paz: Discursos Proferidos na Cerimónia de Outorga do Prémio Nobel da Paz 1996*, Lisboa, Colibri

- SHERLOCK, Stephen (1996), “Political Economy of the East Timor Conflict”, in *Asian Survey*, vol. 36, n° 9, Berkeley, University of California Press, pp. 835-851
- SILVA, Aníbal Cavaco (2002), *Autobiografia Política I*, Lisboa, Temas e Debates
- SILVA, Aníbal Cavaco (2004), *Autobiografia Política II*, Lisboa, Temas e Debates
- SILVA, José Morais e BERNARDO, Manuel Amaro (2000), *Timor - Abandono e Tragédia*, Lisboa, Prefácio
- SIMPSON, Brad (2005), “‘Illegally and Beautifully’: The United States, the Indonesian Invasion of East Timor and the International Community, 1974-76”, in *Cold War History* vol. 5, n° 3, Nova Iorque, Routledge, pp. 281-315
- SIMPSON, Gerry (1998), “A Stone in Each Shoe: Australian Foreign Policy and East Timor”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 143-153
- SOARES, Mário (1974), *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia
- SOARES, Mário (1976), *Portugal: Que Revolução?*, Lisboa, Perspectivas e Realidades
- SOARES, Mário (2002a), “As Transições do Séc. XX”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2002/2002_3_1_4.html
- SOARES, Mário (2002b), “Política Externa: Breve Reflexão”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2002/2002_3_2_5.html
- SOARES, Mário (2008), “Portugal e a Recuperação da Imagem Internacional”, in *O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade. Perspectivas de Futuro*, Lisboa, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, pp. 37-43
- SOUSA, Fernando (dir.) (2008), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª edição
- SOUSA, Teresa (1997), A “Opção Europeia” in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/conjuntura/conj_1997_3_14_c.html

- SOUSA, Teresa (1999), “Kosovo, Timor e Direito de Ingerência Humanitária”, in *Política Internacional*, nº 20, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 9-15
- SOUSA, Xavier (2005), “O Exército e as Operações de Paz da ONU. Lições Aprendidas”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 197-219
- SPÍNOLA, António (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 5ª edição
- SPRINGHALL, John (2001), *Decolonization Since 1945 – The Collapse of European Overseas Empires*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan
- SYMMONS, Clive R. (1998a), “The Role of Recognition in Instances of Denial of Self-Determination in the Light of the East Timor Case: Positive and Negative Duties on third States in International Law?”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 107-142
- SYMMONS, Clive R. (1998b), “The International Recognition Position Regarding the Purported Incorporation of East Timor into Indonesia”, in LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe*, Lisboa, International Platform of Jurists for East Timor, pp. 211-221
- TAYLOR, John G. (1993), *Timor - A História Oculta*, Lisboa, Bertrand Editora.
- TAYLOR, John G. (2000), “A Indonésia e a Transição para a Independência em Timor-Leste”, in *Política Internacional*, nº 20, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 193-225
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1995), “Portugal e a NATO”, in *Análise Social*, vol. XXX, nº 133, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 803-818
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000), “Portugal no Mundo – Século XX”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em:
www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_1999_2000_1_46_h.html
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa”, in *Relações Internacionais*, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, pp. 5-12
- TELES, Miguel Galvão (1999), “Timor Leste”, in *Separata do II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Coimbra, Almedina, pp. 568-674

- TELES, Patrícia Galvão (1999), “Autodeterminação em Timor Leste: dos Acordos de Nova Iorque à Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999”, *Documentação e Direito Comparado*, nº 79/80, Lisboa, Gabinete de Documentação e Direito Comparado, pp. 379-423
- TELES, Patrícia Galvão (2004a), “Portugal e a Resolução Pacífica de Conflitos: o Caso de Timor-Leste”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2004/2004_3_1_8.html
- TELES, Patrícia Galvão (2004b), “Portugal e o Tribunal Internacional de Justiça”, in *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Público. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em: www.janusonline.pt/2004/2004_3_2_2.html
- TELO, António José (1999), “As Relações Internacionais da Transição”, in BRITO, J. M. Brandão (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 225-267
- TELO, António José (2006), “Portugal, os EUA e a NATO”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 45-88
- TELO, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença
- TELO, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença
- THEMIDO, João Hall (1995), *Dez Anos em Washington – 1971-1981*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- THOMAZ, Luís Filipe (1994), *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, Difel
- VASCONCELOS, Álvaro (1999), “Valores e Interesses na Política Externa da União Europeia”, in VASCONCELOS, Álvaro (coord.), *Valores da Europa: Identidade e Legitimidade*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
- VASCONCELOS, Álvaro (2000), *Portugal 2000: A Via Europeia*, Paris, Notre Europe
- VENÂNCIO, Moisés (1994), *The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
- VENÂNCIO, Moisés (2005), “Portugueses no Sistema das Nações Unidas: o Caso dos ‘Junior Officers’ do PNUD”, in BRANCO, Carlos Martins e GARCIA, Francisco Proença (coord.), *Os Portugueses e as Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, pp. 309-318

- VITORINO, António (1993), “Ajuda Humanitária e a Nova Ordem Internacional”, in *Política Internacional*, nº 7/8, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, pp. 43-57
- WAGNER, Tilo (2006) “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, in *Relações Internacionais*, nº 11, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, 2006, pp. 79-89
- WEDGWOOD, Ruth (2000), “Trouble in Timor”, in *Foreign Affairs*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations. Visto a 10 de Dezembro de 2009, em:
www.foreignaffairs.com/articles/56641/ruth-wedgwood/trouble-in-timor
- WHEELER, Nicholas J. e DUNNE, Tim (2001), “East Timor and the New Humanitarian Intervention”, in *International Affairs*, vol. 77, nº 4, Londres, Royal Institute of International Affairs, pp. 805-827

Imprensa

- Público*, 29-11-2005, “Portugal disse aos EUA que não se oporia à invasão de Timor-Leste”
- Público*, 17-11-2007, “Foram mortos porque filmaram aquilo que a Indonésia queria esconder”
- Público*, 08-12-2009, “Militar indonésio reconhece execução de jornalistas em Balibó”

Fontes digitais

- Presidência da República Portuguesa: www.presidencia.pt
- Assembleia da República: www.parlamento.pt
- Governo de Portugal: www.portugal.gov.pt
- Ministério dos Negócios Estrangeiros: www.mne.gov.pt
- Representação Permanente de Portugal junto das Nações Unidas: www.missionofportugal.org
- Intervenções de Portugal sobre Timor nas NU: www.un.int/portugal/timordocsport.htm

- Organização das Nações Unidas: www.un.org
- Carta das Nações Unidas: www.un.org/en/documents/charter/index.shtml
- AGNU: www.un.org/en/ga
- CSNU: www.un.org/docs/sc
- SGNU: www.un.org/sg
- CESNU: www.un.org/en/ecosoc
- Conselho de Tutela: www.un.org/en/mainbodies/trusteeship
- TIJ: www.icj-cij.org
- Alto-comissário das NU para os Direitos Humanos: www.ohchr.org
- DUDH: www.un.org/en/documents/udhr/index.shtml
- Arquivo de resoluções da AGNU: www.un.org/documents/resga.htm
- Arquivo de resoluções do CSNU: www.un.org/documents/scres.htm
- UNAMET: www.un.org/peace/etmor99/etmor.htm
- UNTAET: www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etmor/etmor.htm
- UNMISSET: www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmisset/
- Timor-Leste e as NU: www.etan.org/etun/default.htm

Governo da República de Timor-Leste: <http://timor-leste.gov.tl>
Arquivo e Museu da Resistência Timorense: <http://amrtimor.org>
Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio: www.deplu.go.id
Departamento de Negócios Estrangeiros australiano: www.dfat.gov.au
Departamento de Estado norte-americano: www.state.gov
Delegação da União Europeia junto das NU: www.europa-eu-un.org

Instituto Português de Relações Internacionais: www.ipri.pt
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: www.ces.uc.pt
Gabinete de Documentação e Direito Comparado: <http://gddc.pt>
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: www.ics.ul.pt
Instituto de Defesa Nacional: www.idn.gov.pt
Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais: www.ieei.pt
Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL: www.ihc.fcsh.unl.pt
Janus – Espaço Online de Relações Exteriores: www.janusonline.pt
Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático: www.mne.gov.pt

ANEXOS

Presidentes da República Portuguesa

1974-1974 António de Spínola

1974-1976 Francisco Costa Gomes

1976-1986 António Ramalho Eanes

1986-1996 Mário Soares

1996-2006 Jorge Sampaio

Governos de Portugal desde 25 de Abril de 1974

I Governo Provisório (16 de Maio de 1974 - 18 de Julho de 1974)

Primeiro-ministro: Adelino da Palma Carlos

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Soares

Ministro da Coordenação Interterritorial: António de Almeida Santos

II Governo Provisório (18 de Julho de 1974 - 30 de Setembro de 1974)

Primeiro-ministro: Vasco Gonçalves

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Soares

Ministro da Coordenação Interterritorial: António de Almeida Santos

III Governo Provisório (30 de Setembro de 1974 - 26 de Março de 1975)

Primeiro-ministro: Vasco Gonçalves

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Soares

Ministro da Coordenação Interterritorial: António de Almeida Santos

IV Governo Provisório (26 de Março de 1975 - 8 de Agosto de 1975)

Primeiro-ministro: Vasco Gonçalves

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Ernesto Melo Antunes

Ministro da Coordenação Interterritorial: António de Almeida Santos

V Governo Provisório (8 de Agosto de 1975 - 19 de Setembro de 1975)

Primeiro-ministro: Vasco Gonçalves

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Ruivo

VI Governo Provisório (19 de Setembro de 1975 - 23 de Julho de 1976)

Primeiro-ministro: Pinheiro de Azevedo

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Ernesto Melo Antunes

I Governo Constitucional (23 de Julho de 1976 - 23 de Janeiro de 1978)

Primeiro-ministro: Mário Soares

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Mário Soares

II Governo Constitucional (23 de Janeiro de 1978 - 29 de Agosto de 1978)

Primeiro-ministro: Mário Soares

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Victor Sá Machado

III Governo Constitucional (29 de Agosto de 1978 - 22 de Novembro de 1978)

Primeiro-ministro: Alfredo Nobre da Costa

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Carlos Corrêa Gago

IV Governo Constitucional (22 de Novembro de 1978 - 7 de Julho de 1979)

Primeiro-ministro: Carlos Mota Pinto

Ministro dos Negócios Estrangeiros: João de Freitas Cruz

V Governo Constitucional (7 de Julho de 1979 - 3 de Janeiro de 1980)

Primeiro-ministro: Maria de Lurdes Pintasilgo

Ministro dos Negócios Estrangeiros: João de Freitas Cruz

VI Governo Constitucional (3 de Janeiro de 1980 - 9 de Janeiro de 1981)

Primeiro-ministro: Francisco Sá Carneiro

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Diogo Freitas do Amaral

VII Governo Constitucional (9 de Janeiro de 1981 - 4 de Setembro de 1981)

Primeiro-ministro: Francisco Pinto Balsemão

Ministro dos Negócios Estrangeiros: André Gonçalves Pereira

VIII Governo Constitucional (4 de Setembro de 1981 - 9 de Junho de 1983)

Primeiro-ministro: Francisco Pinto Balsemão

Ministro dos Negócios Estrangeiros: André Gonçalves Pereira (1981-1982) e Vasco Futscher Pereira (1982-1983)

IX Governo Constitucional (9 de Junho de 1983 - 6 de Novembro de 1985)

Primeiro-ministro: Mário Soares

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Jaime Gama

X Governo Constitucional (6 de Novembro de 1985 - 17 de Agosto de 1987)

Primeiro-ministro: Aníbal Cavaco Silva

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Pedro Pires de Miranda

XI Governo Constitucional (17 de Agosto de 1987 - 31 de Outubro de 1991)

Primeiro-ministro: Aníbal Cavaco Silva

Ministro dos Negócios Estrangeiros: João de Deus Pinheiro

XII Governo Constitucional (31 de Outubro de 1991 - 28 de Outubro de 1995)

Primeiro-ministro: Aníbal Cavaco Silva

Ministro dos Negócios Estrangeiros: João de Deus Pinheiro (1991-1992) e José Durão Barroso (1992-1995)

XIII Governo Constitucional (28 de Outubro de 1995 - 25 de Outubro de 1999)

Primeiro-ministro: António Guterres

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Jaime Gama

XIV Governo Constitucional (25 de Outubro de 1999 - 6 de Abril de 2002)

Primeiro-ministro: António Guterres

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Jaime Gama

XV Governo Constitucional (6 de Abril de 2002 - 17 de Julho de 2004)

Primeiro-ministro: José Durão Barroso

Ministro dos Negócios Estrangeiros: António Martins da Cruz (2002-2003) e Teresa Gouveia (2003-2004)

Representantes Permanentes de Portugal junto das Nações Unidas, em Nova Iorque

1974-1975 Embaixador José Veiga Simão
1975-1976 Embaixador José Manuel Galvão Teles
1977-1981 Embaixador Vasco Futscher Pereira
1981-1986 Embaixador Rui Barbosa de Medina
1986-1988 Embaixador João Uva de Matos Proença
1988-1992 Embaixador Fernando José Reino
1992-1996 Embaixador Pedro Catarino
1997-2001 Embaixador António Monteiro
2001-2002 Embaixador Francisco Seixas da Costa
2002-2004 Embaixador Gonçalo Santa Clara Gomes

Secretários-gerais das Nações Unidas

1972-1981 Kurt Waldheim (Áustria)
1982-1991 Javier Pérez de Cuéllar (Perú)
1992-1996 Boutros Boutros-Ghali (Egipto)
1997-2007 Kofi Annan (Gana)

Presidentes da República da Indonésia

1967-1998 Hadji Suharto
1998-1999 Bacharuddin Jusuf Habibie
1999-2001 Abdurrahman Wahid
2001-2004 Megawati Sukarnoputri

Ministros dos Negócios Estrangeiros indonésios

1966–1978 Adam Malik
1978–1988 Mochtar Kusumaatmadja
1988–1999 Ali Alatas
1999-2001 Alwi Shihab
2001-2009 Hassan Wirajuda

Presidente da República Democrática de Timor-Leste

2002-2007 Xanana Gusmão

I Governo Constitucional timorense (20 de Maio de 2002 – 10 de Julho de 2006)

Primeiro-ministro: Mari Alkatiri

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: José Ramos-Horta

Posição de princípio da República da Indonésia relativamente ao território de Timor português

Registo Oficial das NU, 12 sessão, 1ª Comissão, 912ª reunião, 26 de Novembro de 1957

Documentos jurídicos portugueses relativos à descolonização timorense

Lei Constitucional n.º 7/74, de 27 de Julho de 1974

Lei Constitucional n.º 7/75, de 17 de Julho de 1975

Constituição da República Portuguesa: art.º 307.º na versão de 1976, art.º 293.º na revisão de 1989 e art.º 293.º na revisão de 1997.

Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Timor

Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960
Resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960
Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960
Resolução 1699 (XVI), de 19 de Dezembro de 1961
Resolução 1807 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962
Resolução 3294 (XXIX), de 13 de Dezembro de 1974
Resolução 3485 (XXX), de 12 de Dezembro de 1975
Resolução 31/53, de 1 de Dezembro de 1976
Resolução 32/34, de 28 de Novembro de 1977
Resolução 33/39, de 13 de Dezembro de 1978
Resolução 34/40, de 21 de Novembro de 1979
Resolução 35/27, de 11 de Novembro de 1980
Resolução 36/50, de 24 de Novembro de 1981
Resolução 37/30, de 23 de Novembro de 1982
Resolução 54/194, de 15 de Dezembro de 1999
Resolução 55/172, de 14 de Dezembro de 2000

Proporção de voto nas resoluções da AGNU entre 1975-1982

1975: 50% (72 votos a favor, 10 contra, 43 abstenções e 19 ausentes)
1976: 46,6% (68 votos a favor, 20 contra, 49 abstenções e 9 ausentes)
1977: 44,9% (67 votos a favor, 26 contra, 47 abstenções e 9 ausentes)
1978: 39,3% (59 votos a favor, 31 contra, 44 abstenções e 16 ausentes)
1979: 40,8% (62 votos a favor, 31 contra, 45 abstenções e 14 ausentes)
1980: 37,7% (58 votos a favor, 35 contra, 46 abstenções e 15 ausentes)
1981: 34,4% (54 votos a favor, 42 contra, 46 abstenções e 15 ausentes)
1982: 31,8% (50 votos a favor, 46 contra, 50 abstenções e 11 ausentes)

Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Timor

Resolução 384 (1975), de 22 de Dezembro de 1975
Resolução 389 (1976), de 22 de Abril de 1976
Resolução 1236 (1999), de 7 de Maio de 1999
Resolução 1246 (1999), de 11 de Junho de 1999
Resolução 1257 (1999), de 3 de Agosto de 1999
Resolução 1262 (1999), de 27 de Agosto de 1999
Resolução 1264 (1999), de 15 de Setembro de 1999
Resolução 1272 (1999), de 25 de Outubro de 1999
Resolução 1319 (2000), de 8 de Setembro de 2000
Resolução 1338 (2001), de 31 de Janeiro de 2001

Acordos de 5 de Maio de 1999, entre a República da Indonésia e a República Portuguesa sobre a Questão de Timor

www.un.int/portugal/acordos.htm
www.un.int/portugal/consulta.htm
www.un.int/portugal/consulta2.htm

Transcrição da conferência de imprensa de Kofi Annan, Ali Alatas, Jaime Gama e Jamsheed Marker, de 5 de Maio de 1999

www.un.int/portugal/timor5maiobis.htm